AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU,* referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (https://monografiashistoriaufu.wordpress.com).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia.* Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

A NARRATIVA DE THOMAS DAVATZ: RELATO DE MEMÓRIA E DOCUMENTO HISTÓRICO, SENTIMENTOS E RESSENTIMENTOS NA HISTÓRIA. (1850-1888)

ANA FLÁVIA RODRIGUES

3740
S.9.(c)

ANA FLÁVIA RODRIGUES

A NARRATIVA DE THOMAS DAVATZ: RELATO DE MEMÓRIA E DOCUMENTO HISTÓRICO, SENTIMENTOS E RESSENTIMENTOS NA HISTÓRIA. (1850-1888)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História, sob a orientação da Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli.

Uberlândia, Dezembro de 2008.

RODRIGUES, Ana Flávia. 1980.

A narrativa de Thomas Davatz: Relato de memória e documento histórico, sentimentos e ressentimentos na História. (1850-1888)

Ana Flávia Rodrigues – Uberlândia, 2008.

112 fl.

Orientadora: Josianne Francia Cerasoli

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Palavras Chaves: memória, história, imigração e ressentimento.

ANA FLÁVIA RODRIGUES

A NARRATIVA DE THOMAS DAVATZ: RELATO DE MEMÓRIA E DOCUMENTO HISTÓRICO, SENTIMENTOS E RESSENTIMENTOS NA HISTÓRIA. (1850-1888)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli – Orientadora

Profa. Dr. André Fabiano Vogt

Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula

Dedico
À minha família pela confiança no
meu potencial e por seu amor tão saudoso.
à todos os estudantes que deixam sua família,
sua casa e sua cidade na busca de uma carreira.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por estar comigo sempre, em cada passo do caminho que percorri até aqui.

Agradeço à minha mãe e meu pai, a quem amo muito, que compreenderam que a distância entre nós era necessária e por me deixarem ir em busca dos meus sonhos.

A todas as minhas irmãs, e em especial aquela a que chamo carinhosamente de "Dú", por ter me acolhido em sua casa a fim de dar-me oportunidade de morar e estudar aqui em Uberlândia. E também à Rita pelo apoio e exemplo de vida. Agradeço a todos os meus sobrinhos e ao restante dos meus familiares.

À minha orientadora Josianne Francia Cerasoli, com quem aprendi muito a respeito da pesquisa histórica e que é continuamente atenta a todos os detalhes.

Ao professor André Fabiano Vogt pela disponibilidade em ler meu trabalho e por ter aceito fazer parte da composição de minha banca examinadora.

À Professora Dilma Andrade de Paula por sua retidão e por ter atendido ao meu convite me dando a honra de tê-la integrando a banca examinadora desta monografia.

Gostaria também de remeter um agradecimento especial à professora Christina Roquete Da Silva Lopreato, sempre dedicada, compreensiva e sensível às necessidades dos alunos, a qual lecionando sobre a História do Brasil me despertou para o estudo do tema da imigração.

E para completar a todos os professores, coordenadores, secretários e serviçais que trabalharam no instituto de história, contribuindo para o andamento do curso, com quem tive a oportunidade de aprender, um pouco com cada um. Aos meus amigos do peito e a todos os colegas da turma, bem como a todos aqueles que cooperaram de alguma forma para a concretização deste trabalho, seja dando sugestões, trocando idéias, indicando alguma bibliografia, e por fim participando da minha trajetória acadêmica.

'Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo 'tal como ele propriamente foi'. Significa apoderar-se de uma lembrança tal qual ela cintilou no instante de um período".

Walter Benjamin, filósofo e sociólogo judeu-alemão,
em *Teses sobre Filosofia da História.*

SUMÁRIO

Introdução 9

Capítulo I: Memória e suas relações com a História: compreender os relatos de memória inscritos historicamente.....16

Capítulo II: A imigração, a parceria em Ibicaba e as memórias de um colono: história de ressentimentos.....33

II. I Parcerias com o Brasil: Imigração, trabalho e revolta.....33

II. II O Ressentimento nas memórias do colono Thomas Davatz.....61

Capítulo III: Considerações e reflexões finais sobre história, memória e ressentimento.....83

Anexos:

Lei de Terras de 1850 88

Carta de um imigrante publicada no jornal alemão "Folhetos para Emigrantes".....93

Contrato de Parceria 94

Relação das Queixas dos Colonos 99

Exposição do Senador Vergueiro dirigida ao vice-presidente da Província de São Paulo 106

Referências Bibliográficas.....109

Fontes.....112

Introdução

Antes de tudo, é preciso esclarecer de onde partirá esta análise, de minhas subjetividades, por isso é preciso rapidamente delinear minha trajetória. Como migrante, faz parte de minha vida pensar como as necessidades sociais e econômicas e os interesses – sejam eles adquirir cultura, experiência, independência financeira, arriscar a construir uma vida adulta e autônoma, seja por interesses de outra ordem – são condições que implicam em reordenarmos nosso modo de vida, os lugares com que nos identificamos, passar por um processo de estranhamento, conhecer o novo, o outro, se adaptar, onde a casa, as referências, os costumes, as soluções encontradas e possíveis, as práticas culturais, as relações humanas, de amizade, de trabalho são diferenciadas de um lugar para outro. É assim que me sinto por ser migrante, por sair de um lugar onde nasci e fui criada - Coromandel - para me aventurar numa cidade maior – Uberlândia – em busca de sonhos, de trabalho, de estudo e outras coisas, assim como grande parte da população que forma a cidade veio de outros lugares, seja de cidades vizinhas ou de outros estados. A própria comunidade estudantil, com a qual tenho convivido durante os anos de graduação na Universidade Federal de Uberlândia, em sua grande maioria é constituída por migrantes.

Assim pode haver sentimentos comuns entre os que são impelidos por alguma razão a mudarem de lugar, do lugar de viver, do lugar de construírem suas vidas e deixar algo para trás. Talvez por isso o tema que me proponho a seguir chamou tanto minha atenção, por me identificar, mesmo em circunstâncias históricas, temporais e locais diferentes, com os imigrantes suíços e alemães que vieram para o Brasil a partir de 1824, mas para trabalharem mais especificamente nas lavouras de café no sistema de parceria foi a partir de 1845[1]. Nesta monografia, me proponho a investigar quais sentimentos estão presentes e motivam as memórias os imigrantes no Brasil influenciando sua construção histórica. Dentro disso, este trabalho parte de um interesse em conhecer melhor a história da imigração suíça e alemã, do sistema de parcerias e da vida no interior das colônias de café, investigando, interrogando e levantando problemáticas que nos permitam fazer uma rica análise histórica acerca do tema.

---

[1] Estas informações podem ser consultadas no texto: SEYFERTH, Giralda. *Identidade Étnica, assimilação e cidadania. A Imigração alemã e o Estado brasileiro.* Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de Outubro de 1993. 24 páginas. Disponível em: < http://www.scielo.br > . Acesso em: 19/10/2008.

É possível perceber a relevância do tema pela própria formação e diversidade do povo brasileiro ao mesmo tempo em que a grande maioria desconhece a história de seus ascendentes. Além do mais, numa sociedade onde vemos pessoas lutando por um lugar seja imigrando ilegalmente para países mais ricos, seja guerreando contra 'invasores', seja defendendo o reconhecimento como nação, lutando pela independência e autonomia do país, seja afirmando sua identidade, é preciso compreender melhor esse fenômeno. Haja vista que no mundo globalizado do nosso tempo presente são muitos os fluxos migratórios que nos remetem a pensar como em outros tempos as pessoas também sentiam necessidade de buscar lugares.

O ponto de partida foi a colônia da fazenda Ibicaba, no interior de São Paulo, lugar eleito para nosso estudo, e o principal elemento instigador que despertou a curiosidade para este objeto de estudo foi os relatos de Thomas Davatz em sua obra *Memórias de um colono no Brasil* (Suíça, 1858), que li ao estudar sobre a imigração para o Brasil em uma disciplina do quarto período de graduação chamada História do Brasil II, com a professora dra Cristina Roquette da Silva Lopreato.

A fazenda Ibicaba foi o lugar escolhido não só por ser o algoz de Thomas Davatz, mas porque teve um papel de destaque em sua época, ocupou uma posição importante na colonização do Oeste paulista e na fixação dos imigrantes europeus na Província de São Paulo, sendo considerada a fazenda precursora do sistema de parcerias no Brasil.

O sistema de parceria consistia em um acordo entre o trabalhador rural (que quando imigrante era chamado de colono) e o proprietário da fazenda a que eram designados, que deveria plantar a quantidade de pés de café nas terras que lhes eram confiadas com este destino, colherem, beneficiarem e partiriam o lucro do café vendido com o fazendeiro, sendo deduzidos somente do imigrante, os custos com o transporte do mesmo aos locais de venda, além disso, o colono era meeiro também com o patrão nos gêneros alimentícios plantados que excedessem ao consumo, sendo o ganho com a venda destes repartido na razão de cinqüenta por cento. Dos recebimentos das colheitas anuais seriam debitadas também as quantias referentes ao custo que o patrão tivera para trazer o imigrante da Europa até as dependências da fazenda, isso quando o financiamento da viagem não era pago pelas municipalidades européias das quais os colonos partiam, mas em todo caso eram acrescidos de juros de 6% ao ano, valendo informar que tem-se notícias de juros de 12% ao ano. O sistema de parceria era basicamente regulado por contrato entre as partes, no caso de Ibicaba se dava entre a firma Vergueiro & Companhia e o candidato à lavoura de café. Eram assinados na maioria das

vezes ainda na Europa e prendia o imigrante à terra, pelo menos até que suas dívidas fossem quitadas.

A fazenda Ibicaba se tornou famosa não só pelo sistema de parceria, mas também porque possuía um sistema econômico no seu interior, uma "auto-suficiência" em seus limites, pois possuía mercearia, ferreiros, carpinteiros, moeda-própria enfim toda uma estrutura organizada e com um forte aparato administrativo. Mas um dos fatores que ocasionou sua decadência foi justamente esse, pois por funcionar semelhantemente a um banco e fazer muitos empréstimos aos colonos que mal remunerados não tinham como quitar seus débitos, então a fazenda entrou em crise, mesmo porque depois do levante e da publicação do livro, o fluxo imigratório diminuiu, as formas de trabalho e remuneração tiveram que ser repensadas, o país também passou pela Guerra do Paraguai, enfim todo um conjunto de fatores, que não é nosso foco, contribuíram para que "*já em 1857 começa o declínio de Ibicaba e no ano de 1865 é solicitada a falência, deixando de ocupar a posição de destaque que tivera, desde 1847 quando estabeleceu o sistema de parceria como sistema de colonização*".[2]

O objetivo deste trabalho é a compreensão histórica da memória da imigração suíça e alemã no Brasil, através dos relatos dos imigrantes inseridos no sistema de parceria e nas implantações de mão-de-obra alternativa à escrava, questionando a influência dos sentimentos em suas memórias acerca das relações que viveram no interior desse processo e a constituição histórica das mesmas. Este estudo também tem como finalidade dar alguma contribuição para o estudo da colonização, cultura do café e imigração em São Paulo, ampliando mesmo que timidamente o conhecimento das relações de trabalho nas fazendas de café de São Paulo por volta da metade do Século XIX. Além disso, cabe ressalvar a devida consideração às práticas empresariais da época, que embora não seja o nosso foco, será cogitado.

A discussão das relações de trabalho nas fazendas de café não podem ser feitas de forma coerente se não atentarmos para as práticas dos empresários, dos fazendeiros também. São vários sujeitos envolvidos nesta história e por isso não podemos dar voz apenas a uma facção.

Este estudo fará um recorte cronológico entre os anos de 1850, data da lei Eusébio de Queiroz que decretava o fim do tráfico, e década abordada por Davatz em suas memórias até 1888 quando há a abolição e época em que a fazenda Ibicaba já havia falido juntamente com o

[2] WITTER, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. Edições Arquivo do Estado, São Paulo, 1982. 2ª Edição revista e ampliada. Coleção Monografias. Vol. 5. p. 83.

sistema de parcerias. Esse recorte é feito devido aos limites que a construção de um texto monográfico possui e ao tempo hábil que influencia o período dedicado ao estudo.

Assim como minhas saudosas memórias de infância e adolescência junto à minha família são influenciadas por meus sentimentos que por sua vez subjetivam minha compreensão histórica, da mesma forma tento traçar a relação entre estes três elementos: sentimentos, história e memória, quanto à imigração suíça e alemã no Brasil, tendo como espaço e objeto de análise as relações vividas no interior da fazenda Ibicaba, no tempo da existência do sistema de parcerias entre colonos e fazendeiros, elegendo como fonte principal a obra do imigrante suíço Thomas Davatz "*memórias de um colono no Brasil*".

Escolhi este livro-relatório como fonte porque é carregado de afetividades, em sua ambigüidade: tanto afetos como desafetos, por ter chamado a atenção pela presença dos ressentimentos nos relatos da narrativa que tece ao longo do texto. Ele rompe com o silêncio sobre como os colonos viviam no interior das fazendas no Brasil. É interessante notar que ele conseguiu ampliar a discussão desse problema na época, porque sua opinião e seus relatos se espalharam por toda Europa, conseguindo mobilizar esforços em direção à essa questão e fez com que no Brasil os fazendeiros se preocupassem com a repercussão de suas ações.

O livro me despertou interesse pelo tema, por se tratar de uma narrativa baseada em memórias que se inscrevem num dado momento histórico, o que me levou a fazer uma opção que achei mais prudente: pensar primeiramente a relação entre História e Memória. Essa relação é muito importante porque procuro entender as transformações da sociedade do período escolhido, a qual foi construindo significados para tais experiências e se confrontando com diferenças culturais e sociais.

Neste trabalho, é imprescindível pensar a relação memória e história. A memória reconstrói aquele espaço vivido a partir dos sentimentos atuais, não dá para lembrar diferente do que sentimos, por isso é importante pensar a relação entre História e Memória antes de partir para as memórias do colono Davatz.

Outras fontes também foram buscadas, embora o acesso à elas não seja fácil, visto que há muitos documentos no museu da imigração, em São Paulo e na própria fazenda Ibicaba, além disso muitos cadernos de anotações dos fazendeiros se perderam. A respeito disso José Sebastião Witter, historiador que também se dedicou ao estudo da obra de Davatz e mais especificamente da fazenda Ibicaba, ao se referir a sua fonte principal o Livro Mestre V, nos informa que: "*Os demais livros de contabilidade, que devem ter tido a numeração de I a IV, devem ter-se perdido, pois houve um incêndio nas dependências da sede nos fins do século*

XIX. Também é possível que a documentação tenha simplesmente se perdido, com as sucessivas modificações pelas quais passou a sede do estabelecimento agrícola"[3].

Mas ainda assim para que a voz de Thomas Davatz não soasse unânime e para fugir de posturas unidirecionais decidi utilizar como fonte as cláusulas dos contratos de parceria firmados entre as partes – colonos e fazendeiros – e também uma carta do Senador Vergueiro, patrão do referido colono, além de cartas de imigrantes, até mesmo para contrapor à Davatz e analisar possíveis diversidades de opiniões que coexistem e se formam na relação, pois as culturas não são segmentadas, mas agregam elementos uma da outra.

Além disso, as fontes selecionadas são ricas em juízos de valor que indicam como os sentimentos influenciam os relatos de memória e enriquecem o conhecimento do processo cultural que envolveu a imigração no Brasil. Ainda quanto às fontes cabe informar que a Internet foi ferramenta útil na pesquisa sobre o tema e na busca de mais fontes, porém reconheço que é preciso ser usada com consciência, crítica e ética.

É claro que as memórias de Davatz serão de certa forma ressignificadas por mim, pois a memória é reconstruída no presente, a partir do qual partimos para analisar e compreender o passado, mas longe de nós, historiadores, determinar um sentido para a experiência do outro, pois aqui a intenção é conhecer melhor esse outro, num exercício de alteridade que muito enriquece a história e que é essencial para a nossa vida. Justamente por respeitar o outro não há intenção de estigmatizar os fazendeiros como senhores maus e nem reforçar estereótipos do imigrante, do colono, ao contrário o trabalho deve contribuir para a desconstrução dos mesmos.

No Capítulo I *"Memória e suas relações com a História: compreender os relatos de memória inscritos historicamente"* é onde desenvolverei as principais idéias e perspectivas que norteiam meu pensamento acerca das relações entre memória e história. Entendê-las e refletir sobre elas é fundamental, pois se irá trabalhar com uma fonte histórica, mas bastante subjetiva, e por isso mesmo esta análise focará no papel dos sentimentos e ressentimentos presentes nos relatos de memória de Thomas Davatz, bem como de outros sujeitos, como, por exemplo, os donos da fazenda e os relatores das condições das colônias no Brasil a serviço do governo da Suíça, como Johann Jakob von Tschudi, devido ao fato de que hoje a história está aberta para pensar como as afetividades se inscrevem nela. É neste primeiro momento que procuro esclarecer melhor minha problemática, discutindo como a memória se inscreve na história e como a história precisa da memória, visto que a relação entre elas é de muita proximidade. É a partir disso que poderemos avaliar como se insere a questão dos sentimentos

[3] WITTER, José Sebastião. op. cit., p. 19.

nos relatos dos imigrantes do processo de implantação de mão-de-obra livre nas fazendas de café no Brasil.

No Capítulo II: *"A imigração, a parceria em Ibicaba e as memórias de um colono: história de ressentimentos"* dividido em dois sub-itens será desenvolvido na primeira parte intitulada *"Parcerias com o Brasil: Imigração, trabalho e revolta"* um breve histórico a respeito da imigração, indicando em que conjuntos de acontecimentos o Brasil e a Europa estavam inseridos, visto que diversos fatores contribuíram para o processo de emigração/imigração, bem como para a implantação do sistema de parcerias, assim este capítulo tratará também da 'revolta dos parceiros', para a partir daí analisar o livro de Thomas Davatz, *Memórias de um colono no Brasil*, produzido com base em sua experiência e na encomenda de um relatório descritivo acerca das condições dos colonos suíços nas fazendas brasileiras, suas memórias e subjetividades se transformaram em uma rica fonte para historicizarmos a imigração no Brasil. Neste momento do trabalho destacarei o "início da imigração no Brasil", especificamente a questão da imigração suíça e alemã, momento este relacionado à mudança e instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, à questão da demarcação de fronteiras, onde os primeiros imigrantes se instalaram, no sentido de promover o povoamento de algumas regiões, também relacionado a uma idéia existente na época de ser necessário proteger a corte de uma suposta invasão espanhola. Mas a ênfase está no momento em que a necessidade de mão-de-obra para as lavouras brasileiras leva muitos agenciadores a arrebanhar trabalhadores na Europa para imigrarem no Brasil.

Inseridos em muitas dificuldades econômicas, políticas e sociais na Europa, passando por desemprego e fome, muitos decidiam emigrar, principalmente suíços e alemães, tentados pela imagem paradisíaca que era divulgada na Europa, deste modo construíam no seu imaginário um Brasil idealizado, onde seus problemas seriam resolvidos, onde seus sonhos de possuírem um pedaço de terra seria realizado, onde tudo que se plantasse daria facilmente, onde o povo seria cordial, a comida farta, o clima ameno, enfim em todos os aspectos era um país ideal para reconstruírem suas vidas e realizar seus planos e desejos, mas essa idealização seria confrontada com uma diferente e dura realidade e a esperança, a crença e a espera, de uma vida melhor seria para muitos uma experiência frustrada.

A respeito da idealização que os imigrantes constroem em relação aos países para o qual estejam desejosos de ir em busca de condições melhores de vida, Sergio Buarque de Holanda nos dá uma rica definição desse sentimento da terra ideal:

> *"A primeira idéia que um mundo novo oferece ao emigrante é freqüentemente a de uma esfera de possibilidades infinitas e*

> *onde a capacidade de ação não encontra estorvo. A aptidão para emigrar envolve, sem dúvida, tal capacidade – nisso têm razão os que vêem as migrações como um autêntico processo de seleção – mas envolve também uma capacidade de idealizar em excesso a terra procurada, "terra prometida", criando imagens falsas e ilusórias. Certa dose de fantasia e credulidade, por pequena que seja, certo definhamento do senso de crítica, existiu sempre à origem de todas as migrações em grande escala"*[4].

Assim esse sentimento de idealização vai não só motivar os imigrantes, mas também aparece na obra de Thomas Davatz e é justamente essa idealização frustrada que se transformará em ressentimentos.

Na segunda parte do capítulo II, no tópico chamado de "*O Ressentimento nas memórias do colono Thomas Davatz*", pensaremos a respeito da presença de afetos e desafetos em suas memórias, em como a experiência frustrada que o imigrante suíço teve no Brasil influenciou subjetivamente a construção de sua narrativa, além de pensarmos a reconstrução histórica daquele tempo sob o foco dos ressentimentos. Neste momento aprofundarei a discussão do documento histórico principal dessa monografia.

No Capítulo III intitulado "*Considerações e reflexões finais sobre história, memória e ressentimento*" é onde faço um balanço geral da idéias desenvolvidas ao longo da pesquisa, bem como fecho o texto pensando a alteridade, pontuada em alguns momentos do texto, refletindo como a memória da imigração vem se inscrevendo na história, ressaltando a necessidade de buscar mais fontes para este tema e apontando algumas sugestões para se trabalhar este objeto, lançando possibilidades para que outros também se interessem em enriquecer o conhecimento histórico do assunto em questão. Este momento consiste, além de uma rápida conclusão do trabalho, em um espaço onde deixo as idéias abertas, pois não temos respostas prontas para tudo, somos nós quem as construímos e buscamos insistentemente até com mais questões que vão sendo colocadas.

---

[4] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. São Paulo. ed. Itatiaia da Universidade de São Paulo. 1980. Série Reconquista do Brasil, vol. 11.[Tradução, Prefácio e Notas Sérgio Buarque de Holanda]. p.19.

Capítulo I:

Memória e suas relações com a História: compreender os relatos de memória inscritos historicamente

O capítulo inicial desta reflexão escrita que se apresenta agora almeja cumprir o objetivo de desenvolver as principais idéias e perspectivas que norteiam meu pensamento acerca de memória e história. Refletir sobre elas é fundamental, pois se irá trabalhar com uma fonte histórica bastante subjetiva, e por isso mesmo este primeiro momento da análise focará os aspectos e característica da memória e da história, para a partir dessa compreensão, ter embasamento para desenvolver o percurso desta pesquisa que visa pensar como a memória se inscreve na história e como esta historiciza a memória. É neste ponto que procuro travar um debate bibliográfico, ainda que tímido, mas bem intencionado, pois a inscrição da memória e dos sentimentos na história é um tema que precisa ser encarado, para a partir disso avaliar como se insere a questão dos sentimentos em diferentes narrativas, entre elas os relatos dos imigrantes no processo de implantação de mão-de-obra livre nas fazendas de café no interior do Brasil, mais especificamente em São Paulo. Antes de focar o relato de uma memória específica, que traduz múltiplas experiências – como é o caso da nossa fonte principal, as *"Memórias de um colono no Brasil"* (Suíça, 1858), de Thomas Davatz – devemos passar primeiramente por uma reflexão acerca do que se pensa sobre memória e história e de parte dos debates produzidos a respeito deste tema.

As discussões acerca da memória, tanto na história como em outras áreas, têm se tornado mais comuns e freqüentes, e de fato é necessário desenvolvermos trabalhos que busquem tais reflexões. A contemporânea popularidade da memória é atribuída por Pierre Nora ao fato dela não ser mais uma prática social, mas um exercício regulado pela tradição histórica, pois a história seria nosso meio de memória, o lugar onde ela se aportaria, pois a memória precisa desses lugares-âncora, de acordo com o autor que declara: "Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais"[5].

[5] NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo, n. 10, Dez 1993. p.10.

Isso porque ele enxerga uma "distância entre a memória verdadeira, social, intocada, atribuída às sociedades ditas primitivas, – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança"[6]. Do que podemos inferir que para ele a nossa memória seria só história, pois seria o vestígio e trilha que teria sobrado de supostas "memórias originais".

A fim de melhor esclarecermos as idéias que acabamos de lançar, aprofundemos um pouco mais nas noções que este autor trabalha. Pierre Nora elaborou algumas diferenças entre memória e história, de forma um tanto dicotômica, porém rica, ao dizer:

> *Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural, individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo*[7].

Dessa forma o autor pode listar muitas características que conferem estatutos próprios tanto à memória quanto à história, com o intuito de diferenciá-las e fazer-nos conhecer seus atributos. Mas embora seja preciso reconhecer que memória e história possuem características e mecanismos diversos, e seja arriscado fundi-las numa única coisa, as diferenças não precisam ser duais, polarizadas, nem uma ser melhor do que a outra e nem ao menos a soma

---

[6] Idem, ibidem.
[7] Idem. p.9.

delas, apenas precisam ser pensadas com categorias e atributos próprios de cada uma, reconhecendo e frizando sua relação tão próxima, e o quanto uma é necessária à outra. A maneira como se relacionam com os sujeitos, com o tempo e com o espaço divergem, por exemplo; quando passamos a(s) memória(s) de outrem ou de grupos coletivos à diante, já não é mais memória: é informação e conhecimentos históricos, é comunicação – verbal ou não – e não lembranças, como uma rememoração "pura" reproduzida.

Para Nora "Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história [...] A necessidade de memória é uma necessidade de história"[8]. A memória só existe hoje abrigada no gesto e no hábito, em algum saber, ofício transmitido, mas fora isso a memória foi transformada por sua passagem em história, a história é voluntária, é um dever, não é espontânea. Para Nora ela não é mais nem social, nem coletiva, a memória é imediata, já a história é indireta e precisa de um intermediador entre ela e os homens, que é o historiador, é um conhecimento do passado nem sempre por aqueles que o viveram e, portanto não lhes tem lembranças, embora possa haver identificação e analogias, contudo a história é indireta.

Seguindo esse entendimento a história acumula tudo para lembrar, seja em arquivos, testemunhos, vestígios, indícios, documentos, seja em imagens, discursos, sinais visíveis do que foi como a arquitetura e etc, justamente por saber que as lembranças se perdem e muitas já o foram. Nora fala em "massa de arquivo de todas as lembranças"[9], mas de fato arquivar todas as memórias de todo o mundo seria impraticável, impossível, mesmo na tentativa de guardar todas as lembranças, esse tudo seria operado mediante uma seleção, então alguma coisa seria preterida.

Após ser interpretada a memória é escrita, talvez num intuito de "guardar as lembranças", são transformadas em documentos e registros. É claro que não há memória de todos os fatos e que é a memória de alguns fatos que alimenta a história, pois como já dissemos seria impossível narrar, escrever e arquivar tudo. A seleção que a memória faz vai influenciar no conhecimento histórico que se tem daquele povo, portanto, a memória é conteúdo da história, ela não existe em um estado puro que faça com que a memória corresponda, ou seja, igual a história ou as histórias de um povo. As lembranças são diferentes da história, dos processos históricos vividos pela sociedade. Mesmo porque não adiantaria a repetição de memórias decoradas, a tradição oral sozinha não bastaria para conhecermos o passado, pois as relações e condições da época precisam também ser conhecidas, as condições

[8] Idem p. 14.
[9] Idem p. 16.

históricas precisam ser estudadas. Rememorar é muito diferente de historicizar, não é só tentar repetir, uma decoreba, tal qual foi, mas analisar, entender os processos históricos. No caso dos testemunhos orais, eles são memória, mas as possibilidades de exploração de tais relatos é história, inclusive os relatos de memória escritos, como as memórias de Davatz, ou os diários, que já vêm com uma seleção operada pelo próprio autor. A memória de um fato lembrado sob óticas diferentes não é a mesma coisa de termos variadas interpretações históricas.

Para aprofundar e defender sua idéia acerca da memória, Nora vai inserir a discussão do que chamou de "lugares de memória" que define como aqueles que:

> [...] *nascem e vem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais*[10].

Então é preciso historicizar a memória, ao que parece para não perdê-la. Segundo Nora são lugares tanto no sentido da palavra, lugar material, quanto simbólico e funcional, ao mesmo tempo e em graus diferentes. Além disso, são caracterizados por serem "simples, ambíguos, naturais, artificiais, sensível à experiência, abstratos..."[11]. Neste sentido, Jacy Alves de Seixas esclarece ainda melhor e de forma concisa o que são esses lugares de memória: "a memória constrói um tempo...vale-se de lugares (concretos e/ou simbólicos) para se exprimir, materializar-se, é um movimento intrínseco e não exterior"[12].

Como exemplo de lugares de memória podemos listar:

> *Museus. arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade... sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo numa sociedade...*[13]

Há ainda as ditas "memórias de papel" que como as bibliotecas, centros de documentação e bancos de dados também são lugares de memória. Lugares de memória seriam então, em meu entendimento, construções que os homens fazem para guardar a lembrança e isso passa a construir uma história ou vir a ser um elemento que constitui a

---

[10] Idem p. 13
[11] Idem p.21.
[12] SEIXAS, Jacy Alves de. *Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? Projeto História.* São Paulo: Educ, v.24, 2002, p. 43.
[13] NORA, Pierre. op. cit., 13.

história dos costumes, dos rituais, de determinadas épocas etc. Pode-se então dizer que a fazenda Ibicaba na então Província de São Paulo é um lugar de memória, o interior do Brasil é um dos lugares das memórias de Thomas Davatz, bem como seu diário, seu relatório, seu livro que ele mesmo chama de "*Memórias*" é um lugar de memórias existentes, onde busca reconstruí-las e atualizá-las, bem como é um depositário de lembranças ressentidas – creio que pelo conteúdo que deixa escapar ressentimentos – que constituem não só um exercício de memória voluntária, mas também a memória involuntária aparece ali, pois aflorada por seus afetos e desafetos.

Ao falar desses lugares de memória, Nora acaba por formular outra distinção entre memória e história, pois afirma que a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos. Isso é uma diferença entre elas, de composição, comportamento e de característica. A história é o que aconteceu e a memória a forma com que nos lembramos disto. Para ele, a historiografia é a história fazendo sua própria história e dessa forma fugindo de ser vítima da memória, assim estaria ocorrendo um afastamento da história em relação à memória, ou seja, não é memória, é história, pois estudamos tais fatos sem, contudo nos identificarmos com eles, os mitos de origem, por exemplo, presentes nas narrativas orais são "essencialmente memórias, mas não compreendem a história de determinados indivíduos". Embora se diga que é a história daquele determinado povo, as pessoas de dentro daquela comunidade não estão representadas ali em suas especificidades, em suas trajetórias/histórias individuais. Porém, atualmente diversos historiadores vêm trabalhando com narrativas orais, não no sentido antigo da tradição oral, mas depoimentos de pessoas a fim de perceber particularidades de determinados tempos históricos, através de entrevistas onde o sujeito narra a partir de suas memórias, algum fato histórico ou mesmo expõe suas experiências e sentimentos, mas é claro que nem sempre são compartilhadas verbalmente, por vezes são relatos escritos como, por exemplo, as já citadas memórias de Davatz.

Os relatos de memória são transmitidos de diversas formas, não só pela fala, mas também pela narrativa escrita em diários, memoriais, biografias e outros tipos de livros, produções estas que constituem instrumento de análise histórica e uma fonte de estudo para o pesquisador. Estas fontes nos instigam a uma reflexão sobre a relação existente entre memória e história. Os relatos de memória são lembranças do passado que não resgatam a memória ou o vivido, mas reconstroem de acordo com o momento em que são lembrados, pois não é possível reproduzir integralmente, mas na relação estreita entre memória e história partimos sempre do presente, pois uma se inscreve na outra.

Ao utilizarmos os relatos da memória de alguém como fonte para uma reflexão histórica, assumimos uma grande responsabilidade para nós historiadores, pois tomamos emprestada a narrativa de pessoas e damos nossas interpretações a elas. Devemos ter o cuidado de não desconsiderar a subjetividade, as intenções e pressupostos daqueles que construíram aquela narrativa, aquela lembrança, para não congelar aquela memória em um sentido que é nosso, tirando o sentido que determinado sujeito histórico atribuiu de acordo com sua experiência, respeitando o autor que produziu tais relatos de memória. Sem dúvida é uma fonte muito rica, pois atualmente a história considera a importância dos sentimentos em suas análises e nem sempre outros tipos de fontes virão tão carregados de sensações e afetividades, visto que nos relatos de memória podemos encontrar elementos que provavelmente não encontraremos em outro lugar.

Os sentimentos afloram à memória e esta por sua vez carrega consigo alguns sentimentos, mas isso não significa que ela seja revivida, pois não se tem mais o mesmo espaço e tempo, embora a memória tenha uma certa independência em relação a estes, ela compõe a história que por sua vez é dependente do espaço e do tempo.

Contudo, seria prudente concordar com Fabiano Freitas e Paula Braga ao recomendarem que:

> [...] *a memória não pode mais ser vista como um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, de valor acessório para as ciências humanas... a história não pode ter a pretensão de estabelecer os fatos como de fato ocorreram, e por isso coexistem, não obstante, várias leituras possíveis sobre a utilização da memória para a interpretação da história*[14].

Uma das leituras possíveis seria entender a memória como fonte viva da história, segundo Freitas e Braga isso é resultado das transformações historiográficas que ocorreram, que promoveram esse processo, ao propor considerar-se a subjetividade na história e assim instrumentalizar "um discurso historiográfico mais narrativo e humano e menos expositivo e mecanicista"[15]. Mas também a história não pode se autonomear detentora e tradutora das memórias existentes. É preciso reconhecer a importância das duas e perceber como elas se complementam e corroboram mutuamente.

---

[14] FREITAS, Fabiano Junqueira de Freitas & BRAGA, Paula Lou Ane Matos. *Questões introdutórias para uma discussão acerca da história e da memória.* p.1. Disponível em: < http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/ > . Acesso em: 04/08/2008.

[15] Idem. p.3.

A história pode ser escrita com várias linguagens, já a memória tem uma forma própria, pois as representações que ela produz e expressa são impregnadas de sensibilidade. O que nos leva a reconhecer que por muito tempo a história se limitou a analisar objetivamente os documentos, de forma até "fria", e ainda com a pretensão de dar a interpretação da memória, mas agora a história trabalha com a subjetividade que a enriquece em suas diversas interpretações possíveis.

A memória e a história, embora tenham uma relação de proximidade e de mútua dependência, possuem ambas características próprias. Primeiramente, consideremos que a história é um campo específico do saber enquanto que a memória é estudada por diversos campos do conhecimento, como a psicologia, a psicanálise, a filosofia – lembremos de Platão –, a medicina que a concebe como função humana, enfim muitas áreas como a própria história que a estuda.

A história não é uma função humana, uma capacidade inerente ao ser humano de lembrar as coisas como é a memória, ela é escrita, contada, produzida através da historiografia, das interpretações que fazemos das memórias, das fontes, das relações em que vivemos, dos acontecimentos. Já a memória é uma capacidade do homem e não se prende necessariamente ao tempo, ela tem uma maior mobilidade e liberdade em relação ao tempo e ao espaço. Talvez essa liberdade seja da construção da memória, já que a história como processo, depende de algo maior que a vontade do homem e tem que partir de algum fato, que existiu. No entanto, a memória pode "se dar ao luxo" de ter um envolvimento maior com a imaginação.

Ao nos posicionarmos em relação a uma postura teórico-metodológica de não considerar memória e história como sendo iguais, poderíamos então apontar para algumas diferenças entre as mesmas. Primeiramente, a consideração da memória como uma narrativa que parte da função de lembrar algo, um mecanismo intrínseco ao organismo humano, enquanto a história e a historiografia são racionais, são exteriores, intencionalmente e socialmente construídas. A memória é que imagina, e a história pensa, analisa. Porém um ponto de proximidade é que ambas constroem e o fazem de acordo com o presente, visto que a história parte dos questionamentos do presente para investigar o passado e a memória é então reorganizada de acordo com o momento vivido, ligada a um presente em que se lembra de algo, assim toda memória é uma atualização.

Tendo essas discussões em vista é preciso se deter mais em pensar a questão memória atrelada à história, ressalvando primeiramente que história e memória não precisam ser e não são antagônicas, contrárias, assim como também não são sinônimos, mas possuem uma

relação bem próxima, características comuns, coexistem e precisam uma da outra. É claro que a história precisa da lembrança do que aconteceu e do que está acontecendo, pois a memória a compõe, mas também a experiência histórica passa pela nossa memória. Por exemplo, uma biografia, pode ser a história de alguém construída por um autor e pode ser o relato das memórias de alguém sobre sua vida, historicizando tais lembranças que seria o caso de uma autobiografia.

Não teríamos como entrar em contato com a memória de determinado povo que viveu longe de nós se não fosse por intermédio da história. Deste modo ganhamos mais ao ver os aspectos de cada uma como contribuições recíprocas, convenientes a ambas. A memória se utiliza da imaginação, da criatividade e da fabulação, é inspirada por sentimentos e ressentimentos, já a história é mais comprometida com os acontecimentos, com fatos, não pode se dar ao luxo de criar, apenas interpretar, porém os sentimentos e ressentimentos também estão presentes na história e motivam ações, nós é que precisamos atentar mais para isso.

A história, ao ser trabalhada pelos historiadores, por vezes se prende às fontes, o que a memória não precisa necessariamente. No entanto, um ponto em comum entre memória e história é que os sentimentos e sensações instigam e influenciam a ambas, desempenhando um papel significativo. A sensibilidade é necessária às duas, tanto à memória quanto à história, e ambas envolvem razão e afetividades[16], se aproximando, mas isso não as torna iguais, são distintas, pois se manifestam de formas diferentes, ou como diria Jacy Alves de Seixas suas linguagens são diferentes.

A memória é filtrada pela história, não tem como escapar das metodologias da história, embora a memória não seja refém da história e nem algo "menor" que ela. Podemos perceber isso ao pensar, por exemplo, em um grupo que utilizava da tradição oral para que a memória da história de seu povo ficasse viva e passasse às gerações futuras, que ao ser dizimado, suas memórias, os conhecimentos acerca do seu povo só chegaram a nós através da história, pois a memória deles já não existe, a não ser como conteúdo histórico referente àquele tempo, pois é claro que enquanto vivemos vemos surgir constantemente memórias, muitas delas sendo escritas, guardadas e sofrendo interpretações históricas.

[16] Neste ponto optei por colocar razão e afetividades por ter pensado que dentro de nossos vários sentimentos, das formas de nos sentir, estão as afetividades, e dentro destas tanto os afetos quanto os desafetos, ou seja, as maneiras com que podemos ser afetados em nosso intimo tanto positiva quanto negativamente, não só de uma forma, mas de várias e ambíguas maneiras de sentirmos os acontecimentos que se inscrevem nas nossas memórias e na história.

A conferencista Lucia Maria Lippi Oliveira[17] ao falar da relação entre memória e história expôs que é necessário compor a relação entre elas, pois uma precisa da outra, mas elas não são a mesma coisa. Para ela, a diferença entre história e memória consiste na primeira ser sobre o vivido e o escrito, nos fornecendo métodos, caminhos a que o homem se conheça. E já a segunda, a memória, é o registro do que foi levado, permite a construção de identidades. A memória é a evocação do que está sendo lembrado, é o combate ao esquecimento através da atualização do passado, permite-nos lembrar e fazer a reconstituição, através das lembranças, inscritas em um momento histórico presente. Porém seria melhor se pensássemos em reconstrução ao invés de reconstituição, além disso, a autora não atentou para a importância do esquecimento na atualidade, pois este faz parte da memória e não precisa ser combatido, mas entendido.

A cultura da memória está nos informando que o desejo de lembrar o passado nos leva a indagações sobre o nosso presente. Lúcia Lippi diz que a memória é humana e social, e que o passado tem um papel em função do presente, relacionando o historiador à pesquisa. Além disso, as questões do momento propiciariam uma retomada do passado e este é o elo, a ligação com o presente que estamos vivendo, e assim podemos entendê-lo.

A autora do discurso fala sobre passado e presente quanto à historiografia, no que enuncia o papel que o passado deve desempenhar no presente de valorização de memórias individuais, coletivas, familiares, empresariais, instituições e etc., que querem construir uma memória sobre si e que querem elaborar uma versão de sua história. Para ela, ouvir e analisar os relatos de memória de alguém é uma das formas de acesso ao passado, e é justamente esse acesso e essa análise da memória de alguém que este trabalho propõe, pois de fato Thomas Davatz construiu uma memória da colonização do Brasil e elaborou uma versão de sua história.

A história é mais crítica da própria memória, pois esta última, na maioria das vezes, se deixa manipular com mais facilidade, embora a história também esteja sujeita a isso mesmo sendo mais combativa.

A memória por vezes se traduz em uma presentificação do passado, percebida atualmente na importância que a memória tem recebido, mas para cumprir uma função social, seja em memoriais, na criação de museus, centros culturais, na publicação de diários, reconstrução de cidades, a memória de uma cidade como atrativo turístico e etc.

---

[17] OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi. *Conferência História e Memória: A Questão da Imigração*. Universidade Federal de Uberlândia, 21 de Julho de 2003. De acordo com apreensão e interpretação do que foi discutido verbalmente na conferência.

Essa é uma das peculiaridades da memória, de ser sempre atual, pois ela atualiza o passado, mantendo-o ativo, recriando e reconstruindo. Nossas lembranças são sempre atualizadas e reatualizadas e despertadas do presente, o próprio passado é "atualizado e transformado pela sensação presente"[18]. Aliás, como veremos na narrativa de Thomas Davatz, que diante de uma "sensação presente" naquele tempo de descontentamento e sentimento de decepção com as experiências no interior da colônia cafeeira no Brasil, vai lembrar e compor relatos de memória de acordo com a forma como se sentia no momento em que lembrava e relatava por escrito. O sentimento atual naquele tempo era de frustração, então os ressentimentos atualizavam suas memórias.

Balizando-nos pelas idéias de Jacy Alves de Seixas podemos acreditar que a memória é uma narrativa, ela tem uma linguagem diferente, contínua, já a história é racional, seus procedimentos são voluntários, sistêmicos e intelectuais, visto que a memória vai mais adiante; ela imagina, é instável, repentina, às vezes involuntária, já a história não tem esse lado involuntário, o qual não é guiado pela razão, mas nos surpreende de repente com algo mais profundo, ela precisa ser pensada, analisada, elaborada, ou seja, é sempre um esforço consciente. Enquanto a memória opera uma atualização, a história realiza uma interpretação.

A história estuda o passado "correndo atrás", ou seja, perseguindo fontes e indícios, ela investiga, interpreta e constrói narrativas. A memória nem sempre depende de uma ação intencional como a história, que não se faz involuntariamente, pois é preciso um esforço de produzir livros, reflexões, de arquivar, de catalogar fontes, de analisar, de relacionar ao presente, ao imediato, ou seja, a história é uma construção humana. Existe a memória, as lembranças do que aconteceu e existe a história e a historiografia, assim acredito que a história é a memória escrita, analisada e interpretada.

É importante ressaltar que nas fontes como jornais, revistas, livros teóricos, documentos oficiais, fotografias e etc há uma construção histórica, ela não se dá naturalmente, se constrói nas relações humanas, assim como a utilização de relatos de memória (escritos ou não) deve observar que a memória é construída e reconstruída a todo o momento, não há uma memória verdadeira, total nem absoluta. A memória é reconstruída de acordo com o momento em que o presente nos faz voltar ao passado, recente ou não. Essa idéia da memória como reconstrução é desenvolvida por Maurice Halbwachs em *A memória coletiva* (1968), onde o autor diz que: "O passado não se conserva e nem pode reaparecer tal qual, não se mantém

[18] SEIXAS, Jacy Alves de. *Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica.* In: Bresciani, M.S, Magalhães, M.B., Seixas, J.A. (org.). Razão e paixão na política. Brasília: Ed. UNB, 2002. p. 70.

intacto, mas nós o reconstruímos partindo do presente"[19]. O autor apresenta a idéia de uma memória que reconstrói o passado a partir do presente e dos interesses dos grupos sociais ao quais se vincula.

Para Halbwachs, "a memória não pode significar um reviver do passado. A memória é, sobretudo pensamento social e que acontece somente no cruzamento do coletivo com o individual. E então, a memória só existiria articulada com o presente, com um quadro social ativo" [20], assim a memória está sempre vinculada com as noções construídas pela sociedade de cada tempo. Deste modo a memória coletiva é a que se compartilha socialmente. Para Halbwachs a memória é social e plural, assim há múltiplas memórias e não apenas uma memória consagrada, pois existem diversos grupos sociais, e por isso mesmo existem disputas pela memória. Além disso, para ele a memória coletiva recompõe o passado se adaptando aos pensamentos dominantes da sociedade.

Dessa forma Maurice Halbwachs cunhou a noção de "memória social" e para ele a memória é compreendida como algo que é "real apenas na medida em que deve e pode apoiar-se sobre certos quadros sociais. São eles que conferem realidade à memória, ou seja, lembrar-se supõe, portanto, alguma coisa que nos é exterior, quadros imóveis"[21], mas passíveis de mudanças, que não são exclusivamente nossos e que se impõe de fora. Para ele é a sociedade que lembra, não nossa consciência, é algo exterior. Seu pensamento é muito válido na medida em que compreendemos que não construímos as representações que conhecemos sozinhos, mas lembramos a partir das idéias construídas pelo conjunto da sociedade, no entanto os quadros parecem limitar essa memória que ele concebe de modo um tanto racional, visto que não considera as afetividades nem individuais, nem coletivas.

De acordo com sua leitura, a memória – individual ou coletiva – parte do presente, do sistema de idéias e representações gerais, o que permitiria aos diversos grupos sociais de construírem e reconstruírem seu passado constantemente, reconstruindo assim suas memórias. E é justamente essa reconstrução que Thomas Davatz fará em seu livro *Memórias de um colono no Brasil* (Suíça, 1858), pois ele reconstrói a memória da experiência dos colonos, que era o grupo que ele representava, mesclando lembranças individuais e de sua coletividade, compartilhadas socialmente.

Na leitura que Jacy A. Seixas faz de Halbwachs, a afetividade está excluída de sua noção de memória, pois trata-se de uma concepção do social que afasta a imaginação e a

[19] HALBWACHS, Maurice. In: *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
[20] Idem.
[21] HALBWACHS, Maurice. Apud SEIXAS, Jacy Alves de. *Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: Memória Coletiva e História*. São Paulo: História. São Paulo: Ed. Unesp, 2001. p.100.

afetividade como se estas não fossem capazes de conferir sentidos múltiplos às ações humanas, mas na verdade o conteúdo irracional dos sentimentos é capaz de despertar nossas memórias mais profundas, as involuntárias. A memória mais profunda representa o passado e a história o interpreta, discute, analisa, informacionaliza, cataloga etc.

A trajetória das lembranças mais profundas traz consigo os sentimentos muitas vezes ambíguos como os sentimentos inscritos na trajetória que as memórias de Davatz trilham. A afetividade guardada pela memória não é a original experimentada. Não sentimos tal qual novamente, mas um pouco daqueles sentimentos permaneceram em nós talvez sob forma de ressentimentos, visto que partimos do presente e os sentimentos atuais influenciam nossas lembranças tanto voluntárias quanto involuntárias.

A memória reside, seguindo as reflexões de Jacy Seixas, tanto no mundo material como em nossas consciências, sendo assim a memória precisa de algo que a suscite e nós lembramos a partir do que podemos perceber, mas há diferença em perceber e lembrar, como na memória e na história, uma exerce ação sobre a outra reciprocamente, mas não podem ser indistinguíveis.

A memória, assim com a história, não nos deve servir apenas para conhecer os fatos e coisas, mas para nos fazer agir sobre eles, como afirma Jacy Seixas inspirada pelas idéias desenvolvidas por Henri Bergson[22]. A memória influencia a conduta dos indivíduos e dos grupos sociais, a memória leva à ação. A história leva ao conhecimento histórico do passado, da própria memória das relações construídas pelos homens ao longo do tempo, leva à reflexão. A memória nos impede de agir ou nos impele a agir, essa seria sua suposta "função ética". Como por exemplo, a vivacidade das memórias de tudo que Thomas Davatz e os colonos viveram no Brasil, tais lembranças o impelia a agir em prol da causa, fazendo-o acreditar que ele tinha uma missão, de tirar os colonos daquela situação de sofrimento, que acreditava estar cumprindo com a publicação de suas memórias:

> *é um dever sagrado cooperar energicamente para que a situação se modifique. É imprescindível um auxílio eficiente aos colonos* [...] *Diante do sagrado compromisso que me foi imposto a 9 de março de 1857, de tudo fazer para que fossem socorridos os que ficaram nas colônias, e diante da minha firme deliberação de aceitar e honrar tal compromisso, venho pedir e implorar, em nome de milhares de pobres colonos* [...] *que façam o possível pela ampla divulgação deste livrinho, a fim de que seu principal objetivo – a*

[22] BERGSON, Henri. Apud. SEIXAS, Jacy Alves de. op.cit, 2002. p. 76.

> *assistência aos colonos e a redução ou supressão da febre emigratória – possa ser mais facilmente atingido*[23].

Tudo que fora relatado e registrado por suas memórias era influenciado pela percepção que tinham daquilo que estavam vivendo, a partir de como Davatz e o grupo de colonos ao qual ele pertencia percebiam naquele tempo presente, no calor dos acontecimentos, as experiências pelas quais passavam.

Assim notemos que a percepção insere a memória no presente, segundo Henri Bergson e também Marcel Proust, é através do modo como percebemos o que vivemos que as lembranças serão guardadas e recordadas posteriormente e também as percepções localizadas no presente se vinculam às lembranças do passado. Mas as relações entre percepção e memória são bem mais complexas, visto que não é porque não percebo que não existe, mesmo porque existem graus diferentes de percepção, conforme podemos analisar através da leitura de Bergson em Jacy Seixas[24]. Deste modo podemos inferir que a memória é mais ligada à percepção e a história é mais ligada à interpretação daquela memória.

Tendo discutido isso, é preciso então considerar três elementos importantes para se ajuizar memória e história; são eles a duração, o tempo e o espaço. Dentro disso ponderemos a questão da duração e do tempo, a história, por exemplo, não se sustenta sem as noções de espaço e de tempo, este último, aliás, por vezes é encarcerado através da divisão racional em: passado, presente e futuro, da qual a história depende.

Em *Percursos de Memórias em terras de História*[25] Jacy Seixas nos informa que a memória em um instante retoma tempos múltiplos, já a história não tem tanta liberdade, ela se fixa mais ao tempo ou a determinadas divisões temporais estabelecidas pelo homem, ela trabalha com noções de tempo e espaço de modo diverso da memória.

Para Henri Bergson em *Matéria e Memória*, a memória "tem o poder de contrair numa intuição única uma pluralidade de momentos"[26], característica peculiar à memória, pois a história não consegue fazer isso por "se prender" ao espaço e ao tempo de forma mais específica, visto que quando estudamos o período medieval, por exemplo, devemos considerar em que lugar se constituiu, quais as características da época, o que estava acontecendo,

---

[23] DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. São Paulo, ed. Itatiaia da Universidade de São Paulo, 1980. Série Reconquista do Brasil, vol. 11.[Tradução, Prefácio e Notas Sérgio Buarque de Holanda] p.231-233.

[24] SEIXAS, Jacy Alves de. *Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica.* In: Bresciani, M.S, Magalhães, M.B., Seixas, J.A. (org.), Razão e paixão na política. Brasília: Ed. UNB, 2002. p. 63

[25] SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais.* In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia, Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp. p.37-58.

[26] BERGSON, Henri. *Matéria e memória.* São Paulo: Martins Fontes, 1999.

quando aconteceu, qual a cultura daquela época e etc. A memória compõe o imaginário social e a forma como cada povo constrói a sua história depende da cultura que elabora e referencia.

Em *Memória e Identidade Social*, Michael Pollak diz que: "A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada. Assim as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória"[27]. Segundo Pollak, a organização da memória é "um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo"[28], bem como os que devem ser esquecidos, ou seja, quais memórias serão selecionadas e farão parte da história. Dessa forma nem sempre nossas rememorações seguem a ordem temporal dos acontecimentos, nós é que os inscrevemos na história cronologicamente, e selecionamos o que vamos contar das nossas lembranças, assim como Thomas Davatz ao relatar suas memórias enquanto colono selecionou aquilo que corroborava as idéias que queria defender e que eram favoráveis ao grupo ao qual ele pertencia, representava e defendia.

Na reflexão de Pollak a respeito do pensamento de Halbwachs, os elementos que constituem a memória são os acontecimentos vividos pessoalmente, mas também os que são vividos pela sociedade a que pertencemos, ambos participam do nosso imaginário, mesmo não se situando necessariamente no nosso espaço-tempo, pois participamos dessas memórias por meio de socializações políticas, culturais, enfim históricas.

Quanto à duração podemos observar que a história se limita ao tempo cronológico (calendário, relógio e etc.) o que se deve ao seu âmbito racional, mesmo porque essa organização temporal é uma construção humana, intencional, mas o tempo das nossas memórias, é envolvido por sentimentos, é diferente, bem mais complexo, múltiplo e não cabe, nem se limita ao recorte tempo-espacial aplicado à história, ao cronológico, ao racional.

O tempo da história é o mesmo para todos, quanto à memória – individual, coletiva, voluntária, involuntária – não, ele difere de lembrança para lembrança. Na história trata-se de um tempo inteligível, paradigma do qual a memória não necessita e nem nós somos capazes de regulamentar seus múltiplos tempos. Nesse sentido vale observar que:

> *A inteligência vale-se de um ardil, especializando o tempo para poder reencontrá-lo...o tempo medido e mensurável é, portanto, uma construção do espírito, e não o tempo real. Nossa consciência ardilosamente*

[27] POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992. Arquivo em PDF. Disponível em: < www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf > Acesso em: 24/09/2007. p. 201.
[28] Idem. p. 203.

> *substitui o tempo pelo espaço, isto é, espacializa o tempo para poder concebê-lo, medi-lo*[29].

Por conseguinte, podemos apreender disso que o espaço é o tempo em que conseguimos pensar a memória, já na história tempo e espaço são coisas diferentes, cronologia e lugar. Assim temos que o tempo, o espaço, a duração e a percepção se aplicam de modos diferentes à memória e à história. Na memória são variados, mas quanto a isso a história já não tem tanta liberdade, ela precisa do cronológico, de certos limites temporais, da divisão temporal em passado, presente e futuro para se exprimir, para se organizar, estruturar e existir, pois como a própria Jacy Seixas diz, essa contração de vários momentos que a memória opera é um atributo exclusivo dela.

Ainda seguindo as reflexões da mesma autora um dado importante quanto ao tempo é que por vezes a história também tem visto o tempo da memória como irremediavelmente perdido[30], e por isso deveria ser historicizada, como se a história pudesse guardar a memória para não perdê-la, de fato o tempo não volta mais, nem a história se repete, parte daquela duração já se foi, durou um certo tempo e passou, mas as lembranças permanecem vivas, se atualizam e vem à tona, se alternam com os esquecimentos, e assim são reconstruídas. Na história há tempos não estudados, sobre os quais não pensados ainda, ou que tiveram menor relevância e atenção dispensada pela historiografia, mas nunca são tempos perdidos, já quanto à memória, temos que o tempo se comporta de maneira diferente, pois há tempos perdidos, aquilo do qual nunca nos lembraremos voluntariamente e também lembranças que ficam "invisíveis", mas somente até que as ativemos, as despertemos ou até que elas se manifestem involuntariamente despertadas pelos sentimentos.

Todavia quando Proust[31] fala em sermos tomados pela memória como uma "erupção", e que ela constitui-se de representações do passado, carregado de afetividades nos fazendo "reviver" as emoções experimentadas, acredito que ele está se referindo à memória involuntária enquanto as características da memória que Halbwachs elabora se distanciam justamente por caberem mais à memória voluntária, mesmo sendo coletiva e social, é voluntária, insisto que estão falando de coisas diferentes, Proust e Halbwachs, da memória

---

[29] SEIXAS, Jacy Alves de. *Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história*?. Projeto História. São Paulo: Educ, v.24, 2002. p. 51.

[30] Idem. Seguindo as reflexões de Pierre Nora sobre a memória historicizada e inspirada pela leitura de *Em busca do Tempo Perdido* de Marcel Proust. p. 50.

[31] Apud SEIXAS, Jacy Alves de. Halbwachs *e a memória-reconstrução do passado: Memória Coletiva e História.* Revista História. Ed. Unesp, São Paulo. 2001.p. 104. Neste texto ela retoma as principais idéias dos autores Marcel Proust e Maurice Halbwachs sobre as questões da memória.

involuntária e da memória voluntária, são um par como diz Jacy Seixas, mas que possuem em seus cernes aspectos diferentes.

Além disso, a referida autora cita metáforas "utilizadas para significar a memória histórica – a corrente, o fardo, a insônia, o ato de ruminar"[32], ou seja uma memória ligada aos aspectos racionais, ao conhecimento, à cognição, enquadrada nos moldes que criamos, daí poderíamos refletir que a memória histórica ou historicizada seria a memória voluntária, ligada ao hábito, sem a profundidade dos sentimentos que é traço constitutivo da memória involuntária, corroborando com essa perspectiva podemos citar:

> [...] *há uma diferença profunda entre a memória reconstruída, resgatada voluntariamente pela razão historiográfica – Pierre Nora falará, a esse respeito, de "memória historicizada" – e aquela retomada e reconstruída involuntariamente.*[33]

Assim podemos concluir que a memória involuntária não é tão "domável", não é tão fácil moldar, e nem os moldes servem bem à nossa capacidade crítica e reflexiva, mas mesmo historicizá-la é difícil, embora a memória involuntária precise ser considerada historicamente, pois os sentimentos e ressentimentos possuem grande influência nas ações dos sujeitos históricos e nos acontecimentos históricos, como relataremos no caso de Thomas Davatz ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Para tanto, Seixas incentiva que devemos: "incorporar a dimensão dos sentimentos e afetos contida nos atos de memória, individuais ou coletivos, e em sua manifestação na história".[34]

Ao tomar esse caminho é preciso reconhecer que existem dificuldades em pensar a afetividade na história e, sobretudo, a memória dos afetos e, dentre eles, dos afetos recalcados, dos sofrimentos e humilhações, dos ressentimentos, que a autora reclama, mas é justamente este desafio que define esta monografia, pois aqui se propõe enfrentar, já armada desse arcabouço teórico discutido neste primeiro capítulo, num limitado debate bibliográfico e historiográfico, pois a pesquisa histórica não pode mais fugir dessas questões.

Por todas as riquezas discutidas acima, as quais a memória acrescenta à história, longe de ser apenas um utensílio desta última, devemos interrogar:

---

[32] SEIXAS, Jacy A. *Comemorar entre Memória e Esquecimento: Reflexões sobre a memória histórica.* História: Questões & Debates. Curitiba, Editora da UFPR, n.32, jan/jun, 2000. p 85.

[33] SEIXAS, Jacy Alves de. *Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica.* In: Bresciani, M.S, Magalhães, M.B., Seixas, J.A. (org.), Razão e paixão na política. Brasília: Ed. UNB, 2002. p. 74.

[34] SEIXAS, Jacy Alves de. *Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: Memória Coletiva e História.* Revista História. Ed. Unesp, São Paulo. 2001.p. 105-106.

> [...] *essa poderosa memória de coisas e fatos dolorosos e/ou traumáticos que, entretanto, "subsiste", muitas vezes recalcada e latente – particularmente a memória das exclusões, das humilhações sofridas, dos ressentimentos. Entramos, assim, na discussão de um tema particularmente complexo, o da memória dos sentimentos, sejam eles felizes e reconfortantes ou infelizes e desumanizadores.*[35]

Esta reflexão acerca dos ressentimentos parece se encaixar muito bem na história de Davatz e vem a calhar para refletirmos sobre quais sensações influenciam o relato de suas memórias, fundamental para a análise histórica acerca do fato que é objeto de pesquisa deste ensaio monográfico. Mas ao nos propormos trabalhar, enquanto historiadores, com a memória, devemos nos perguntar: estamos construindo a história de quais memórias, das oficiais ou dos sujeitos "comuns"?[36].

Tendo esse dever e essa responsabilidade em vista, partimos para a discussão efetiva das memórias do colono Davatz no Brasil, porque é preciso que nós historiadores voltemos nossos olhares para historicizarmos a memória dos sentimentos e dos ressentimentos, pondo em prática a declaração de que estamos abertos a novos enfoques e objetos, então partindo do momento presente em que se fazem estas discussões acerca da necessidade da historiografia compreender o papel das afetividades na memória e na história, é que lanço um olhar para um momento passado recortado na segunda metade do século XIX, mais especificamente na história da revolta dos parceiros (ocorrida em fins de dezembro de 1856 estendendo seu clima tenso à janeiro de 1857) em Ibicaba – fazenda no interior do estado de São Paulo, nos arredores de Limeira –, por parte de colonos alemães e suíços imigrados para o Brasil, para analisar como a memória de uma experiência frustrada no Brasil se inscreve historicamente inflamada por ressentimentos tendo como principal fonte às *"Memórias de um colono no Brasil"*, publicado na Suíça em 1858 e escrito por Thomas Davatz.

---

[35] Idem.

[36] PACANO. Fábio Augusto. *História, Memória e Identidade.* p. 9. Disponível em: <www.2csh.clio.pro.br/fabio%20augusto%20pacano.pdf> . Acesso em: 19/10/2008.

Capítulo II:

A imigração, a parceria em Ibicaba e as memórias de um colono: história de ressentimentos

I. Parcerias com o Brasil: imigração, trabalho e revolta

Ao propor uma reflexão sobre o tema da imigração suíça e alemã no Brasil é preciso nos deter em um breve histórico, discutindo um episódio que ficou conhecido como a "revolta dos parceiros", para só então analisar nossa fonte principal: os relatos de Thomas Davatz. Isso porque as narrativas do imigrante relacionam-se com esse episódio, e partem de sua experiência e de um relatório em que deveria descrever as condições dos colonos suíços nas fazendas de café do Brasil, nos quais suas memórias e subjetividades se transformaram em um livro importante para pensarmos o início da imigração no Brasil bem como o tema da introdução da mão-de-obra livre, obra intitulada de *Memórias de um colono no Brasil.*

A obra foi publicada em 1858 na Suíça e, no Brasil, pela primeira vez em 1951, na língua portuguesa. Suas memórias se tornaram um documento não só para as autoridades suíças, mas para o estudo das relações de trabalho no Brasil. É rico em informações sobre o plantio do café e outros gêneros, abre espaço para pensarmos o processo de formação étnica do povo brasileiro e é um documento a respeito da história da imigração no Brasil, bem como da implantação da mão-de-obra livre. Apresenta o olhar do outro sobre nós, definindo-nos através das formas de ver e de pensar do estrangeiro, que nos inspira a pensar no exercício da alteridade, da relação com o outro indispensável à nossa existência e de como podemos ser limitados pela visão do alter sobre nós. Assim, o olhar de Davatz sobre sua experiência nas colônias no Brasil constrói uma imagem de nós mesmos.

Neste ponto, quero destacar a noção de "início da imigração no Brasil", quando refiro-me à questão da imigração suíça e alemã para o Brasil. A primeira iniciativa relativa à imigração européia para o Brasil, de uma maneira organizada, esteve ligada à mudança e instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro e estava relacionada com a questão da demarcação de fronteiras, onde os primeiros imigrantes se instalaram, no sentido de promover

o povoamento na região. Seria supostamente também uma maneira de proteger a corte de uma temida invasão espanhola. A primeira leva de imigrantes suíços para o Brasil se deu a partir da criação da colônia de Nova Friburgo, em 1819, na região da então capital Rio de Janeiro.

Nova Friburgo foi a primeira empresa colonial contratada pelo governo português e, apesar de ter sido pioneira, não foi a mais importante. Segundo Gisele Sanglard[37], havia o núcleo colonial Leopoldina, na Bahia, que embora tenha sido instalando antes de Nova Friburgo, em 1816, só recebeu imigrantes suíços efetivamente a partir de 1823, porém outras colônias tiveram maior destaque como a famosa colônia da fazenda Ibicaba do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que recebeu imigrantes a partir da segunda metade do século XIX. Enfim, deve-se levar em conta, que a história da experiência da imigração, a partir da vinda de colonos suíços para o Brasil ficou marcada pela inauguração da colônia de Nova Friburgo e pelo levante dos colonos de parceria em Ibicaba.

O Brasil começava abrir as portas para receber imigrantes desde o início do século e o governo português em 1808 já toma uma medida que beneficiará a imigração, incentivando-a com um decreto, com políticas que garantiriam, pelo menos até segunda ordem, algum direito ao estrangeiro:

> *O decreto de 1808 que estabelecia o direito de propriedade de terra a estrangeiros propiciou o aumento gradativo do trabalho livre, além de criar um sistema agrário paralelo ao escravista*[38].

Na verdade, essa lei expressa todo um projeto da corte portuguesa, que estava promovendo uma imigração que lhe desse segurança, incentivando o povoamento na região. Outro fator interessante é que havia no imaginário da época uma espécie de culto aos comportamentos europeus, bem como ao estilo europeu de se vestir, a todo um modo de vida, que se intencionava "reproduzir" no Brasil, queriam educar os brasileiros bem como promover um inatingível ideal de "branqueamento da raça", o que revelava sentimentos preconceituosos acerca da miscigenação. Além disso, criava-se um imaginário de que os europeus trariam civilização aos brasileiros. Neste sentido o texto de Gisele Sanglard corrobora:

---

[37] SANGLARD, Gisele. *De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes.* Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos V.10, n. 1 Rio de Janeiro jan./abr.2003. 53 páginas. ISSN 0104-5970. Disponível em: < http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/ > . Acesso em: 04/08/2008.

[38] DIETRICH, Ana Maria. *Imigração suíça e protestantismo no século XIX. Reflexões sobre a micro-história de Guilherme Gaensly.* Imagens de São Paulo. Gaensly no acervo da Light (1899-1925). p. 5.

> *A oferta vinha de encontro ao pensamento ilustrado português, cujo maior representante foi D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, que percebia o Brasil como "tábua de salvação" de Portugal, a partir do desenvolvimento de uma política baseada no comércio, com sua correspondência luso-brasileira representada por José Bonifácio, para quem, "como o Brasil começa a civilizar-se no século XIX deve chamar e acolher a todos os estrangeiros, que podem servir de mestres nos ramos de instrução, e economia pública", e que para tal dever-se-iam criar colônias de europeus*[...]. [39]

A autora ainda acrescenta, em relação ao caso específico que estuda, a colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, algo que era uma idéia generalizada em relação às colônias e a vinda de imigrantes para o país, quando fala do aumento de brancos e da civilização:

> *A colônia de Nova Friburgo teve papel bem definido na política joanina: ao mesmo tempo que promovia o povoamento, minimizava a insegurança, pois aumentava a presença quantitativa do elemento branco nas imediações da Corte. Essa foi uma colônia pautada na pequena propriedade, podendo assim aumentar a produção de variedades de gêneros alimentícios para a capital. O papel do imigrante europeu seria, assim, o de "promover e dilatar a civilização do vasto reino"*[...][40]

Ou seja, era como se os colonos europeus fossem desempenhar uma função social de aumentar o número de "brancos" e de produzir gêneros alimentícios, ensinando-nos a plantar e a ser civilizados, havia um projeto civilizador e uma teoria racista (eugênica) de branqueamento da população brasileira. E Sanglard ainda informa que havia muitos tipos de profissionais que eram necessários aqui no Brasil como carpinteiros, ferreiros e vários outros serviços considerados essenciais, assim esperava-se que pudessem também exercer suas profissões e ensiná-las aos portugueses e brasileiros, além de trazerem novas formas de trabalho para o país, estariam trazendo a civilização.

Esse imaginário do papel de civilizar era introjetado e apropriado pelos imigrantes europeus que aqui chegavam, projeto este que informa a visão que tinham do Brasil tornando-a ainda mais preconceituosa, o que é confirmando pela análise de Gisele Sanglard:

> *Seu ideal de civilização é bem claro, assim como a conclusão sempre negativa que tira das comparações que faz entre Brasil e Suíça: seu país natal é superior ao de adoção, para onde traz a*

[39] SANGLARD, Gisele. op. cit., p. 8.
[40] Idem. p. 8 e 9.

> *idéia de que eles, suíços, têm muito a contribuir para o desenvolvimento da nova terra.*[41]

Alguns trechos das descrições que Davatz faz do Brasil bem como das narrativas de suas memórias também expõem idéias semelhantes: "europeus – homens em todos os outros aspectos muito superiores aos brasileiros"[42]. Dessa forma, enquanto aos europeus são atribuídos qualidades como trabalhadores e educados, os brasileiros seriam cruéis e preguiçosos. E por todo o seu texto esta idéia de trazer a civilização da Europa está presente.

Havia variadas motivações para a vinda de estrangeiros, sobretudo queremos frizar em relação à vinda das etnias que estamos estudando, suíços e alemães, como por exemplo, a necessidade de serviços que aqui ainda não existiam, de funções e profissões raras ou inexistentes aqui, de mão-de-obra qualificada e de suas técnicas de trabalho, inclusive técnicas de construção civil e de plantio, como nos informa o autor Argollo Ferrão, ao apresentar as motivações de seu estudo sobre a presença alemã na região de Ibicaba:

> *Trata-se de uma contribuição para a História Econômica, e também para a História da Técnica no Brasil, uma vez que se apresenta uma das maneiras com que colonos europeus introduziram técnicas produtivas nos diversos ramos de atividade em que atuaram. Mostra também como tais técnicas foram inicialmente introduzidas, posteriormente assimiladas, e finalmente desenvolvidas no país*[43].

Esse trecho nos indica que os imigrantes não vinham exclusivamente para as lavouras, contribuindo para a construção do país em diversos aspectos, mas considerando-se os objetivos deste estudo nos voltaremos para aqueles que se dedicaram ao plantio do café. Resumindo, o momento em que os suíços chegavam ao Brasil, o país passava por um momento de transformação, pois com o fim do tráfico negreiro a necessidade de mão-de-obra seria suprida pelos camponeses europeus, além da necessidade de técnicas de plantio, produção de ferramentas e profissões quase inexistentes no país. E, além disso, a imigração já vinha sendo estimulada desde o período colonial para ocupar, colonizar e proteger vastos territórios do país considerados ainda inexplorados.

Além da pressão internacional que exigia mudanças no regime do trabalho e contrariava o regime escravista do Brasil, o país internamente tinha inúmeras demandas, que

---

[41] Idem. p. 18.
[42] DAVATZ, Thomas. op.cit., p. 235
[43] FERRÃO, André Munhoz de Argollo. *Colonos na Fazenda Ibicaba, empresários em Piracicaba: A evolução sócio-econômica de um grupo de imigrantes alemães (1850-1880).* Faculdade de Engenharia Civil. Unicamp. Campinas/SP. p. 1.

pediam novas políticas, dentre elas a necessidade de ocupação do território; além disso, a passagem da economia do açúcar, que era o primeiro artigo na balança comercial, para a do café, proporcionou um conjunto de circunstâncias que exigiam mudanças rápidas e efetivas no recrutamento da força de trabalho.

É a partir da segunda fase de imigração que analisarei a experiência vivida pelos colonos através da narrativa de Thomas Davatz, que considero a principal fonte de análise histórica para este trabalho. A vinda de colonos para a fazenda Ibicaba está inserida na segunda fase de incentivo à imigração, que estava voltada ao trabalho nas lavouras de cana de açúcar e café, uma vez que, com a proibição do tráfico negreiro em 1850, já se pensava na escassez da mão-de-obra escrava.

O caso em que me detenho é o da "Colônia Senador Vergueiro" localizada no interior da Província de São Paulo, assim, é preciso dizer que houve um grande desenvolvimento urbano paulista na virada do século XVIII para o século XIX, pois os espaços urbanos em geral começavam a sofrer rápida expansão, visto que "no Brasil o crescimento se deu em extensão e consistiu em ampliar a utilização do fator disponível – a terra - mediante incorporação de mais mão-de-obra"[44]. Embora tenha começado pelo Rio de Janeiro, logo muitos imigrantes chegariam às fazendas do interior do Estado de São Paulo que é o lugar que nos interessa.

É necessário levar em conta as características da economia brasileira e a forma pela qual a mesma se expandia, além do contexto que era vivido não só no Brasil, mas também na Europa, lugar em que a situação impulsionava a emigração. No Brasil se tinha um aumento dos cafeicultores ao passo que começava a escassear o braço escravo, em parte, devido às leis como, por exemplo, o Bill Aberdeen[45] decretado pela Inglaterra, e a lei da Extinção do Tráfico no Brasil (1850), elementos que influenciavam a dificuldade de obtenção de mão-de-obra para as lavouras brasileiras.

Há que se considerar que estaremos analisando a vida dos colonos no interior de uma propriedade agrícola, uma parte relacionada ao todo que é o contexto nacional e internacional que não era um pano de fundo para a imigração, mas constituinte da realidade social daquela época. Assim analisaremos primeiro o que se passava aqui no Brasil e depois as condições na Europa que influenciavam a emigração.

---

[44] WITTER, José Sebastião. op.cit., p. 29

[45] Legislação da Grã-Bretanha, promulgada em 1845, que proibia o comércio de escravos entre África e a América.

Em meados do século XIX, o Império Brasileiro enfrentava as controvérsias do problema da mão-de-obra, buscando soluções adequadas que mobilizou políticos e convinha aos fazendeiros, que nesse momento defendiam junto ao governo da época a implantação de uma política imigrantista subsidiada pelo Estado para que se tornasse viável a vinda de "braços estrangeiros" da Europa para trabalhar nas lavouras. A respeito disso José Sebastião Witter expõe:

> *A crise da mão-de-obra no Brasil exigia soluções urgentes, a fim de que a "grande lavoura" não sofresse demasiadamente a carência do elemento humano necessário ao seu funcionamento. As soluções para o problema foram sendo tentadas. A primeira alternativa foi a de estabelecer-se uma corrente contínua de imigração européia, destinada a suprir o déficit de trabalhadores, principalmente nas áreas de expansão dos cafezais*[46].

Todavia, para fomentar essa busca de alternativas para a crise de mão-de-obra era imprescindível constituir um aparelho legal que motivasse a imigração, deveriam estar cobertas por lei as condições de trabalho, moradia, direitos a sacramentos e cultos, a questão da cidadania do estrangeiro aqui, visto que um dos principais motivadores para a vinda ao Brasil era a possibilidade de serem destinados a eles um pedaço de terra própria, por posse e não por compra, pois eles vinham em grande maioria desprovidos de tais condições e não seria o simples acesso à terra que atenderia à suas necessidades:

> *O simples acesso à terra não era suficiente para atrair imigrantes... a necessidade de uma legislação própria que estabelecesse normas para a venda de terras públicas, de maior flexibilidade aos estrangeiros, da instituição do casamento civil, da liberdade de culto e do fim do regime escravista*[47].

De fato, as leis e políticas da época atentavam para o que estava acontecendo na sociedade, bem como as próprias formulações legais influenciavam e constituíam os acontecimentos, porém leis e decretos foram estabelecidos, mas não em garantia aos direitos e condições dos imigrantes, mas num protecionismo ao próprio estado e à propriedade privada que grandes latifundiários detinham. Um dos políticos que defendia a propriedade privada e era contrário à posse era o Senador Vergueiro, como Sérgio Buarque de Holanda conta:

---

[46] WITTER, José Sebastião. op. cit., p.30.

[47] SEYFERTH. Giralda. *Identidade Étnica, assimilação e cidadania. A Imigração alemã e o Estado brasileiro.* Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de Outubro de 1993. p.1-2. Disponível em: < http://www.scielo.br > . Acesso em: 19/10/2008.

> *Pela mesma época levantava-se no Senado a voz prestigiosa do velho Vergueiro a fim de censurar as numerosas doações de terra a imigrantes, pois não é justo – dizia ele – que se conceda a estrangeiros aquilo que se nega a nacionais. A prodigalidade extrema na concessão de sesmarias para a função de colônias, povoando matas incultas, não atendia em sua opinião à necessidade mais premente do Império, a necessidade de braços para o desenvolvimento dos germes de sua riqueza agrícola*[48].

Embora Holanda o considere um homem com espírito prático, capaz de encontrar novas soluções para problemas novos, se sobressaindo de forma singular e reconhecendo que a figura de Vergueiro era admirável na época o que se deveu em parte porque "foi ele realmente o iniciador da importação em larga escala de trabalhadores europeus para a lavoura de S. Paulo"[49], precisamos, contudo, lembrar que ele defendia políticas que fossem ao encontro de seus interesses pessoais e no máximo do grupo que representava que era os fazendeiros. Ao criticar as doações de terras aos imigrantes ele desconsiderava totalmente a necessidade destes em subsistir, mas ao contrário era extremamente determinado em seus objetivos pessoais, pois analisava somente a falta de trabalhadores e via nesses apenas "braços" em potencial para as lavouras e não vidas que também tinham seus projetos. Logo, para o Senador Vergueiro a Lei de Terras de 1850 viria muito a calhar.

Então é importante nos deter um instante em analisar que relação a legislação da época guardava com o processo de imigração e sistema de parcerias no Brasil. A legislação brasileira contribuiria dando abertura para a imigração no país. Dentre as leis que favoreceram condições históricas propícias à busca de outras formas de mão-de-obra, poderíamos citar a proibição do tráfico negreiro em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, que não acabou com a escravidão, mas dificultou a aquisição de escravos, enfraquecendo o sistema. É claro que a abolição vai se processar mais efetivamente a partir de 1888, pois é preciso salientar que o fim do tráfico negreiro não foi o fim da escravidão, ele intensificou a busca por alternativas como mão-de-obra e acirrou também o comércio interno de escravos.

> *A Lei de Terras, de 1850, regulamentada em 1854. estimulava a vinda de estrangeiros, pois os artigos 17 e 18 dessa lei autorizava o governo a trazer imigrantes para serem empregados em estabelecimentos agrícolas, em serviços*

[48] HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit.,.p.22.
[49] Idem. p. 26.

dirigidos pela administração pública ou para formarem colônias.[50]

Conforme podemos transcrever na íntegra os artigos 17 e 18 da respectiva Lei de Terras de 1850, que dispunha sobre as terras devolutas do Império:

LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850 [51]

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nelas se estabelecerem, ou vierem a sua custa exercer qualquer indústria no paíz, serão naturalizados querendo, depois de dous anos de residência pela fórma por que o foram os da colônia de S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do município.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que a estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Aos colonos assim importados são aplicáveis as disposições do artigo antecedente.

O texto da Lei de Terras não só determina a naturalização dos imigrantes que comprassem terras no país e/ou que exercessem atividade lucrativa em qualquer ramo da indústria, mas também regulava, financiava e permitia a entrada de empregados livres para as lavouras e outros serviços, incentivando a formação de colônias. Demonstrando assim que a necessidade de mão-de-obra era imediata, mas a referida lei consistiu segundo Márcia Menendes Motta em um "instrumento jurídico que vedou o acesso à terra aos pobres e preservou a estrutura fundiária de então"[52]. Assim é possível identificar a Lei de Terras de 1850 como uma fonte para compreensão da transição do trabalho escravo para o livre. No entanto, segundo Motta, ao permitir o acesso à terra somente através da compra, favorecia a transformação da mesma em renda territorial capitalista permitindo aos fazendeiros ampliar a concentração de terras, pois estes é que detinham capital para investir em mais terras, visto que seu investimento já não era mais tão voltado à aquisição de escravos, assim não haveria prejuízo aos interesses dos fazendeiros.

---

[50] MARTINS, Ana Luiza & COHEN, Ilka Stern. *O Brasil pelo olhar de Thomas Davatz (1856-1858).* Série O Olhar Estrangeiro. São Paulo: Atual Editora, 2000. p. 25

[51] Fonte: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm> Acesso em: 17/11/2008. Consta em anexo no final deste trabalho a Lei de Terras de 1850 na íntegra.

[52] MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História Agrária do Brasil: Um debate com a historiografia.* VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. A Questão Social no Novo Milênio. Coimbra 16,17 e 18 de Setembro de 2004. p. 10.

Segundo Warren Dean, a Lei de Terras foi um fracasso e a razão seria "a impossibilidade do Império em discriminar as terras públicas das privadas"[53], é claro que isso gerou conflito entre fazendeiros, posseiros, grileiros, imigrantes e o Estado, mas não devemos considerar a Lei de Terras somente como algo que servira para assegurar e consagrar a propriedade privada, impedindo o acesso à terra por outros meios que não a compra. Ao contrário, nós historiadores, pesquisadores e outros estudiosos precisamos reconhecer os conflitos agrários existentes no Brasil do século XIX, mesmo porque muitos posseiros resistiam, ainda que considerados na ilegalidade, bem como os imigrantes continuaram lutando por um pedaço de terra onde fossem assentados.

Em outras palavras, a legislação da época foi sendo revista e aprimorada no sentido de atender os interesses e necessidades dos grandes produtores que precisavam de outra opção para atender as suas demandas de mão-de-obra, bem como a crescente produção de alimentos, assim outras formas de trabalho passaram a coexistir com o sistema escravista e deu abertura para a entrada de estrangeiros no Brasil, como se fossem trabalhadores livres.

Essa política imigrantista financiada e apoiada pelo governo brasileiro, que dará a abertura para o fluxo imigratório que o Brasil receberá, indica as condições da época, mas embora a "importação de mão-de-obra" tenha sido uma solução encontrada naquele tempo, não significa que era a única opção, nem devemos generalizar, mas ao contrário fugir de paradigmas interpretativos do momento de transição da mão-de-obra, salvo que houve exceções, e alguns autores discordam da visão do sistema de parcerias com colonos europeus como a solução ideal, visto que:

> [o] *tema da transição do trabalho escravo ao livre na Província de São Paulo,* [...] *deve desfiar modelos mais gerais de interpretação e alcançar realidades particulares, diversificadas e complexas, que se aproximam mais do que são e foram as relações de trabalho no Brasil*[54].

Haja visto que havia um clima de disputa por idéias, por poder econômico, por políticas, e um debate acerca do trabalho, pois com a crise da mão-de-obra, este tema estava na ordem do dia. Argumentava-se que os trabalhadores nacionais estariam dispersos em várias propriedades espalhadas pelo país e na economia de subsistência, o que dificultava aos

---

[53] DEAN, Warren. Apud. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes. op.cit., p.14.

[54] MOURA. Denise A. Soares.(Professora de História do Brasil no Dep. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP.). Resenha de MESSIAS, Rosana Carvalho. *O Cultivo do café nas bocas do sertão: mercado interno e mão-de-obra no período de transição 1830-1888*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. História (São Paulo) Print ISSN 0101-9074. História vol.23 no.1-2 Franca 2004. p. 6.

grandes proprietários arregimentar uma quantidade significativa de trabalhadores entre os brasileiros, como é possível constatar:

> *A economia de subsistência, no entanto, estava condicionada pela grande propriedade, fosse esta destinada à pecuária ou à grande lavoura. Os trabalhadores ligados às 'roças', embora independentes estavam presos aos interesses dos grandes proprietários e quase sempre dispersos nos latifúndios. A nossa economia de subsistência, de maneira geral, estava de tal forma dispersa que o recrutamento de mão-de-obra dentro da mesma seria tarefa bastante difícil. O recrutamento só seria viável se contasse com a decidida participação dos grandes proprietários de terra. A experiência demonstrou, entretanto, que essa cooperação dificilmente podia ser conseguida*[55].

José Witter nos dá assim uma noção clara de como a questão da mão-de-obra era um problema fundamental a ser enfrentado naquela época, num momento conturbado em que havia uma cultura arraigada ao passo que a economia cafeeira pretendia se desenvolver. Ao fazer um estudo de Celso Furtado, ele inclui a questão das "dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência, contribuíram para formar a opinião de que a mão-de-obra livre do país não servia para a grande lavoura"[56].

Porém devemos fugir de determinismos e generalizações, havia outras opções e formas de conceber os problemas vividos, pois nesse caso foi todo um conjunto de acontecimentos e de relações que foram transformando o trabalho naquele período, a medida não foi geral, como o historiador ressalva:

> *No Vale do Paraíba nem o elemento europeu nem a parceria seduziram os fazendeiros.* [...] *Dessa forma, podemos constatar a resistência dos agricultores da região do Vale à introdução de imigrantes. Os fazendeiros optaram pelo comércio interprovincial de escravos, embora a elevação de preços do africano tivesse ocorrido de forma súbita depois da cessação do tráfico e em conseqüência da expansão cafeeira. Era com estas duas formas diferentes, a do recrutamento de braços existentes no país e na Europa, que tentavam solucionar um mesmo problema, ou seja, o da escassez de mão-de-obra*[57].

[55] WITTER, José Sebastião. op. cit., p. 29-30
[56] Idem. p. 31.
[57] Idem. p. 30-31.

Porém, é óbvio que todas as soluções encontradas, tiveram vantagens e inconvenientes, sucessos e insucessos. Trata-se aqui de uma pesquisa local, regional, de uma micro-história, mas que não deixa de reconhecer o que acontecia a nível nacional e mundial, pois as coisas não se dão soltas, é preciso considerar a relação entre as esferas.

A colônia Ibicaba guardava relações com a região onde estava fixada, inserida no contexto mais amplo do restante do país, embora nossas atenções se voltem primordialmente para a vida mais restrita do estabelecimento e seus vínculos com a região, devemos lembrar que ela fazia parte de uma estrutura mais ampla, pois não estava isolada do restante do país.

No caso em particular que nos propomos a analisar, a fazenda Ibicaba no então denominado Oeste Paulista foi mais conveniente, considerando a carestia dos escravos e o menor custo da imigração, a implantação do sistema de parcerias com mão-de-obra estrangeira, embora em sua fazenda existisse alguns brasileiros, escravos e portugueses. Semelhante afirmação é apontada por José S. Witter: "Em Ibicaba remanesciam os portugueses introduzidos em 1840 e escravos em número reduzido, quando o Senador Vergueiro tentara, pela primeira vez, introduzir o elemento livre na lavoura de café"[58]. Aliás, note-se que o recrutamento na Europa se deu a partir de 1847. Assim, a família Vergueiro teve a iniciativa necessária naquele momento para se adaptar às condições sócio-econômicas, ampliando sua propriedade, visto que antes fora um engenho de açúcar e seu principal gênero passaria a ser o café que entrava em ascensão. Segundo Witter informa, eram abertos a substituir os seus métodos agrícolas e os produtos cultivados para adaptar o estabelecimento às condições peculiares à época.

> *Vergueiro tinha em mente, a partir dessa data, substituir gradativamente o trabalho servil pela mão-de-obra livre. Esta tentativa de 1840 foi, de certa forma, a experiência de que necessitava para suas empresas futuras.* [...] *Do minúsculo engenho chegou a grande fazenda, e, como tal, foi objeto de admiração e motivo de emulação para os demais fazendeiros de café de São Paulo ou mesmo de outras províncias*[59].

A busca de mão-de-obra no exterior foi a solução do momento, apoiada pelos fazendeiros, e foi o sistema idealizado por Vergueiro, a parceria, que foi adotada e praticada não só em Ibicaba, mas em outras fazendas, importando principalmente suíços e alemães. Dessa forma a fazenda do Senador Vergueiro construiu uma imagem de precursora, positivando seu sistema de trabalho, a qual passou a ser a fazenda importante e destacada na

[58] Idem. p. 33.
[59] Idem. p. 26.

vida agrícola da então Província de São Paulo, mas isso será mais tarde desconstruído através da narrativa do colono Davatz. Por mais que vejamos o sistema de parcerias de Vergueiro com certo pessimismo, Sérgio Buarque de Holanda lhe dá um atributo: "foi principalmente por seu intermédio que se tornou possível à lavoura paulista admitir o trabalho livre sem passar pelas crises que essa transição iria provocar em outras regiões do Brasil"[60].

A mudança de regime de trabalho não seria da noite para o dia, houve permanências, pois a mudança da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre foi um processo longo, onde existia ao mesmo tempo (no período estudado – segunda metade do século XIX) a permanência de escravos e trabalhadores livres, pois não bastava apenas a proibição do tráfico de escravos e a vinda de imigrantes para o Brasil. Essa transformação implicava na mudança de modos de viver e de se organizar, não só dos estrangeiros, mas dos próprios fazendeiros brasileiros, uma vez que a escravidão estava arraigada na sociedade. A substituição se processaria gradativamente. Ainda assim, a pressão social e a preocupação dos fazendeiros com seus negócios, bem como todo um conjunto de elementos acima citados contribuiria para a implantação da mão-de-obra livre no Brasil.

A transição do trabalho escravo para o livre não deve ser explicada a partir de paradigmas limitados, que podem acabar por omitir experiências, peculiaridades, exceções e pular o próprio processo histórico. Neste sentido, Antônio L. Negro e Flávio Gomes tocam "o dedo na ferida":

> *A suposta inexorabilidade na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil foi mais projeção das elites, numa ideologia – a da construção da nação – que produzia discursos sobre a substituição da mão-de-obra. Escravos, africanos e crioulos seriam substituídos por trabalhadores livres, imigrantes europeus. Indolência e atraso por tecnologia e aptidão; forjava-se a ideologia do trabalho livre no Brasil criada sob os símbolos da civilização e do progresso. No imaginário das elites e nos projetos imigrantistas. África, escravidão, escravo e o negro eram associados à barbárie. A nação estava em jogo e a substituição do escravo pelo trabalhador livre seria menos uma questão de cálculos, prejuízos e lucros, quando não se desejava qualquer tipo de trabalhador livre, mas sim o imigrante, o branco europeu, considerado capaz de garantir a civilização e o progresso do Brasil*[61].

[60] HOLANDA, Sérgio Buarque de. op.cit., p. 36.
[61] NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. *Além de senzalas e fábricas. Uma história social do trabalho.* Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.18, n.1. Julho de 2006. p. 227-228.

Porém, a experiência de Ibicaba amplamente conhecida através da "revolta dos parceiros", de que trataremos mais adiante, descortinaria este "belo" ideal, confrontado com as mazelas sofrida pelo branco europeu no Brasil e pelos problemas do próprio sistema, mesmo que no imaginário da época fossem presentes as idéias de progresso e civilização, na prática o progresso financeiro de poucos se daria em detrimento de muitos e a noção de civilização deve ser relativizada, pois dá a idéia de que tudo que fora construído antes ou fora dela de sua concepção seria atraso. É claro que esses discursos faziam parte da tônica da época, porém a passagem da forma de trabalho, longe da projeções políticas, seria algo bem mais complexo.

A mão-de-obra disponível no Brasil naquela época não se adequava às exigências para trabalharem na grande lavoura. O café era uma economia crescente com muita exportação, pois a lavoura cafeeira estava em expansão, e assim muitos camponeses, na esperança de ter aqui seu pedaço de terra, vinham para praticar a agricultura familiar se constituindo em mão-de-obra livre, ingressos no sistema de parceria.

Havia um estereótipo corrente na época, que era disseminado no senso comum de que os indivíduos que não exibiam uma clara ocupação profissional eram "vadios", que o brasileiro era inapto ao trabalho das lavouras de café que seriam supostamente melhor realizados pelos europeus. Nesse ambiente "a eficiência do colonizador teuto, são contrapostos a uma imagem estereotipada do brasileiro rural, desqualificado como caboclo por todo um conjunto de características desabonadoras, remetidas a uma condição de inferioridade racial", segundo Giralda Seyferth[62].

O ideal não se reflete exatamente no real, pois é uma construção e o ser humano é muito complexo para caber em parâmetros pré-definidos. Tanto a imagem do imigrante como trabalhador ideal quanto a imagem negativa do trabalhador brasileiro devem ser desconstruídas. Os alemães (e também suíços e europeus de um modo geral) ganhavam aqui uma representação do trabalhador ideal, bom agricultor que viria suprir a carência de mão-de-obra, mas essa idéia é um tanto simplista, pois eles seriam inseridos numa nova realidade, sob diferentes condições das que viviam, além da convivência com diferentes culturas, ao que devemos acrescentar que a experiência efetiva com certeza fugiria do idealizado, mesmo porque foram inseridos em um sistema de trabalho que traria muita insatisfação e polêmica.

> *A imigração alemã foi retomada após 1845, tendo em vista os interesses da política de colonização do Império, que podem ser constatados em vários relatórios e obras publicadas por*

[62] SEYFERTH, Giralda. op. cit., p. 7.

> *diplomatas, conselheiros e técnicos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas: os alemães eram considerados bons agricultores, imigrantes ideais para povoar vazios demográficos no regime da pequena propriedade; por outro lado, os estados alemães, principalmente a Prússia, eram vistos como países de emigração, e acreditava-se que parte do fluxo dirigido para os Estados Unidos da América poderia ser desviado para o Brasil, caso fossem tomadas medidas adequadas*[63].

Esse tipo de preconceito é citado em algumas bibliografias que estudam o mesmo tema citando que tais estereótipos faziam parte do imaginário e das relações de poder da época. Isto pode ser claramente exemplificado através de Denise Moura:

> [...] *predominou a interpretação de que este segmento (os trabalhadores livres nacionais) sofreu o preconceito e rejeição dos fazendeiros, que viram no imigrante europeu o modelo de trabalhador ideal. A vitória da política imigrantista articulada pelos cafeicultores do novo oeste paulista teria, assim, viabilizado a entrada de milhares de famílias imigrantes*[64].

Contudo, a autora acredita que temos avançado em relação aos modelos interpretativos, que explicam a transição do trabalho no Brasil, revendo-os, pois seu estudo é focado justamente nos trabalhadores nacionais livres e libertos.

As pesquisas atuais sobre a mão-de-obra livre e a imigração têm, todavia, ampliado o entendimento de tais questões, como é nosso objetivo fazer, desconstruindo explicações fatalistas e reconhecendo o quanto a sociedade é diversa e complexa. Não dá para excetuar os trabalhadores nacionais daquele tempo histórico, estes sujeitos estavam lá, não podemos desconsiderá-los em nossas discussões. O processo de modificação da mão-de-obra escrava para a livre não foi de um dia para o outro, mas um processo que comportou particularidades, um momento de profundas modificações pelo qual o Brasil passava. E havia não só exceções, mas também as especificidades de cada região e as variantes de local para local. O caso que estudamos é a realidade particular dos municípios da Província de São Paulo, mesmo que haja elementos comuns em outras colônias, o caso de Ibicaba não deve generalizado. Temos então que reconhecer esses pormenores:

> *Vesse sentido. múltiplas formas de trabalho marcaram a transição do trabalho escravo para o livre na Província de São*

[63] Idem. p. 1-2.
[64] MOURA, Denise A. Soares. op. cit. p. 1.

> *Paulo, especialmente em regiões que possuíam estrutura fundiária e de mercado de trabalho particulares em relação a nichos agroexportadores mais antigos, como Campinas e Rio Claro, cuja produção cafeeira estava fortemente assentada sobre a grande propriedade e o braço escravo, embora esta conclusão não anule a importância do trabalhador nacional livre e liberto nessas regiões*[65].

O trabalho nessa época seria então re-definido e re-arranjado, passaria por adequações, pois era um momento de agudas transformações econômicas e sociais, em que o trabalhador também teria de ser re-ajustado se adaptando às 'novas' condições, embora com permanências do sistema escravo.

Destarte, cientes do que acontecia no Brasil, das condições do país que propiciaram a imigração, nos detenhamos em entender o que acontecia na Europa, o que influenciou a exportação de tantas pessoas e quais as condições que os instigaram a emigrar.

As obras que falam da emigração[66] (saída de pessoas de sua terra natal para viver em outro país) e imigração (entrada e estabelecimento num país de estrangeiros para viver ali) sempre descrevem a necessidade de emigração para o Brasil com um sentimento romântico, nostálgico em relação a uma saudosa pátria que deixaram para trás, pressionados por suas condições, e onde gostariam de viver em circunstâncias melhores e também um sentimento idealizado em relação à 'terra de oportunidades' e de possibilidades que encontrariam, ao mesmo tempo de esperanças de uma vida melhor. Mas é preciso citar alguns fatores que contribuíram para a imigração suíça no Brasil: crises econômicas, população numerosa e pouca terra, altos impostos e fome impeliam os camponeses a procurarem outras formas e lugares de sobrevivência.

Ana Maria Dietrich, em *Imigração suíça e protestantismo no século XIX*, embora trate na segunda parte de seu texto a questão do protestantismo, nos serve de referência acerca de vários assuntos que envolvem o tema da imigração sobre o qual ela também escreve, assim ela lista alguns elementos que condicionaram a leva de suíços para o Brasil como alternativa para os insatisfeitos com as condições na Europa, tais como a crise caracterizada pelo "fechamento comercial da Europa oriental"[67], em que por volta de 1815 e 1816 ocorrera o chamado Bloqueio Continental Napoleônico e assim as tarifas aduaneiras subiram muito.

---

[65] Idem. p.3.

[66] Algumas das obras são: Ana Luiza Martins e Ilka S. Cohen em *O Brasil pelo Olhar de Thomas Davatz* (1856-1858), *Memórias de um Colono no Brasil*, (Suíça, 1858) de Thomas Davatz e SANGLARD, Gisele. *De Nova Friburg a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos.

[67] DIETRICH, Ana Maria. op. cit.

Com isso, o desemprego na Suíça e na Alemanha aumentou, muitas colheitas foram perdidas, pois o campo também estava em crise, e deste modo o custo de vida se tornava muito alto e as condições de ganho e de vida eram precárias, daí famintos e sem recursos os camponeses saíam do país. E, sem ter como comercializar, muitas famílias ligadas a atividades comerciais, como têxteis e relojoarias, também emigravam.

Segundo Ana Luiza Martins e Ilka S. Cohen houve uma "febre de emigrar" no momento em que havia muitos europeus vindo para o Brasil, pois o homem do campo ia para as cidades em busca de trabalho, os pequenos agricultores estavam endividados, houve secas que prejudicaram as plantações, enfim um empobrecimento crescente e um excesso de mão-de-obra na Europa, de modo geral. Neste momento, folhetos de propaganda eram distribuídos em regiões pobres, anunciando o sistema de parceria, onde os governos locais e das municipalidades davam suporte para o recrutamento.

De acordo com Débora Bendocchi Alves[68], a situação sócio-econômica nos estados alemães, dos camponeses e artesãos era de muita pobreza, pois a sociedade de meados do século XIX era ainda bastante agrária ao passo que o setor industrial crescia muito, era um tempo de mudanças e crises. Com as reformas agrárias os camponeses perdiam terras e com o desenvolvimento da indústria muitos ofícios desapareciam. Sem "espaço" eram impelidos, pelas más condições em que viviam em seu país, a emigrarem. Segundo a autora "no Brasil garantiriam pelo menos a alimentação diária" [69].

Havia comunidades[70] na Alemanha e na Suíça que rateavam entre si o custo de sobrevivência dos desempregados, desocupados e inválidos, que se tornavam onerosos. Com a oportunidade de mandá-los ao Brasil bancavam os muito pobres com sustento e passagens para emigrarem. Deste modo a emigração era uma alternativa, uma "solução social", diminuindo as despesas da comunidade, tirando-lhes o peso e a responsabilidade, bem como era de interesse das autoridades que temiam revoltas.

---

[68] ALVES, Débora Bendocchi. *Cartas de imigrantes como fontes para o historiador: Rio de Janeiro-Turíngia (1852-1853).* Instituto de História Ibérica e Latinoamericana. Universidade de Colônia. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.23, n.º 45, pp. 155-184, 2003.

[69] Idem. p. 170.

[70] Como pequenas vilas onde a comunidade era responsável pelos desempregados e necessitados. Segundo nos informa Débora Bendocchi Alves as comunidades alemãs eram responsáveis materialmente pelos seus membros mais pobres, sendo obrigadas a sustentá-los. Muitas delas ajudavam ou pagavam a passagem para que essas pessoas emigrassem já que não havia expectativa de melhora para a grande maioria. A emigração era vista como uma solução social, diminuindo os custos das comunidades e os riscos de uma "revolução". Além disso, o sistema de parceria era o menos oneroso para a comunidade, pois o proprietário da fazenda pagava, em forma de empréstimo, parte ou o valor total da viagem marítima de seus futuros parceiros. Como exemplo, podemos citar Rudolfstadt, Sitzendorf e Burkersdorf.

As dificuldades da imigração, as condições na Europa diante de crises econômicas, perseguições políticas, fome, são tratadas por Ana Luiza Martins e Ilka S. Cohen[71] em *O Brasil pelo Olhar de Thomas Davatz (1856-1858),* levantando as motivações, as razões diversas para as pessoas deixarem seus países, bem como abandonar todo um modo de vida e enfrentar um lugar distante, diverso, com outras condições climáticas, sociais, econômicas e culturais. Esclarecendo que emigrar não seria apenas viajar, mas deixar de viver em um lugar e se restabelecer e construir uma vida em outro lugar, tendo que se adaptar e vencer adversidades.

Então, tendo discutido a que Brasil e Europa nos referimos, conhecendo nosso país na época e um pouco da Suíça e dos estados alemães daquele tempo, podemos a partir disso aprofundar nosso estudo.

Aqui no Brasil os colonos suíços e alemães destinados a Ibicaba trabalhariam nas lavouras de café, ingressos no sistema de parcerias, e toda a trajetória e elementos da vida no interior da fazenda da firma Vergueiro & Cia. será analisada a partir de agora através da construção histórica feita pelas memórias de um dos imigrantes que mais se destacou: Thomas Davatz.

Seu livro *Memórias de um Colono no Brasil* traz uma definição do sistema de parcerias na prática, não como um conceito, mas disperso por toda a obra vai narrando as lembranças do que vivera nesse sistema, detalha a maneira com que eram tratados, como "escravos", a forma de plantio do café em que a terra ainda não estava preparada, tinham que fazer queimadas e limpar os cafezais recebidos de má qualidade e em meio a terreno pedregoso, o pagamento recebido pelo café, a dedução do beneficiamento, as taxas de transporte, os juros pagos, enfim para Davatz a parceria representava o que os colonos viviam na prática, um sistema que os espoliava e que não correspondia ao contrato que o determinava.

Como o sistema de parceria era financiado pelos fazendeiros, tornava-se a solução mais barata, pois os colonos pagariam o empréstimo com o rendimento de seu trabalho. Embora muitos tenham morrido na travessia, principalmente crianças, e outros sem sucesso ficassem em condições ainda piores. Além de enfrentarem no Brasil epidemias como febre amarela, cólera e etc, os imigrantes viravam "escravos" dos fazendeiros, pois tinham que trabalhar já com as dívidas da passagem, alimentação, instrumentos de trabalho e outras despesas que lhes eram cobradas com juros de 6% ao ano.

[71] MARTINS, Ana Luiza & COHEN, Ilka Stern. op.cit.

Acerca disso e segundo o autor Johann Jakob von Tschudi, um naturalista e explorador suíço, que foi mandado por seu país ao Brasil a fim de escrever um relatório que constasse as condições das colônias (que, aliás, em 1860, era o embaixador suíço designado no Brasil, permanecendo até 1868), redigiu um relatório intitulado de *Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo*, no qual afirmava que:

> *Nada se pode argüir contra os juros de 6%, que são inteiramente legais e usuais. Alguns fazendeiros pagavam os juros de 12%, porque ao firmar contrato com a companhia Vergueiro não dispunham do capital necessário e pagavam o dinheiro tomado, com juros de 12% sobre os adiantamentos que os colonos haviam recebidos das suas comunas, as quais, não obstante, não tinha cobrado juro nenhum, até que um emissário do governo Imperial pôs termo a este abuso* [72].

Desta forma Tschudi nos dá noticias do repasse de imigrantes com lucros a outros fazendeiros, da cobrança da firma Vergueiro de valores que haviam sido subsidiados aos colonos pelas municipalidades da suíça e por fim julga abusivas as práticas de usura que os colonos sofriam.

É claro que prevalecia o objetivo primeiro dos fazendeiros de buscar o lucro, embora tivessem empregado muitos recursos na obtenção de escravos e na manutenção do sistema, eram naquela época isentos de despesas com a mão-de-obra, no sentido de não ser pagos salários pelo trabalho desempenhado, pois os colonos recebiam apenas os lucros líquidos da venda do café. Acostumados a todo um modo de pensar e agir em relação aos seus trabalhadores, a lógica predominante era que estes últimos recebessem o mínimo para sobreviver e continuar o trabalho, o método de ação não mudaria assim tão de repente. As práticas coercitivas, cotidianas, estavam arraigadas e já faziam parte há muito tempo de todo um modo de trabalho dos fazendeiros, por isso mesmo os contratos entre fazendeiros e colonos já seriam pensados no sentido de que os próprios imigrantes reembolsassem com juros as despesas gastas com eles, o material de trabalho, alimento, moradia, transporte até as dependências da fazenda, absolutamente tudo era pago por eles, posteriormente.

---

[72] TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818 – 1819. *Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980. página 143.

No sistema de parceria[73] o imigrante era livre na condição humana, mas preso aos contratos de trabalho, pois o sistema era um método de endividamento contínuo. Essa forma de lidar com eles, descontando-lhes todas as despesas acrescidas de juros de seus 50% do lucro da plantação, que deviam aos fazendeiros, será mais tarde motivo de muita insatisfação e revolta. Porém as cláusulas dos contratos continham muitas desvantagens para os imigrantes, que por vezes assinavam ainda na Europa. E assim já saíam endividados com a passagem somada aos custos do seu sustento, acrescidos de auxílios recebidos e sobre isso incidiam juros, sendo estes valores debitados de seus ganhos com a produção. Os contratos prendiam o trabalhador, evitando que ele abandonasse a fazenda e o trabalho, pois a parceria era um sistema que fixava o imigrante à terra, pelo menos até que suas dívidas fossem quitadas. Tendo em vista que uma das principais cláusulas do contrato de parceria obrigava-os:

> *Art.5.º*
> *Parágrafo 6 – A pagar a Vergueiro & Cia., o montante da passagem, sustento e auxílios recebidos, que vencerão os juros legaes de seis por cento contados da data em que for feita a despeza – pelo que ficarão os colonos solidariamente responsáveis – applicando na amortização de tal dívida pelo menos metade de seus lucros annuaes*[74].

A fim de melhor expor as dificuldades reclamadas por Davatz em representação aos colonos, é fundamental citar o próprio documento, onde ele faz uma relação das queixas dos colonos, pois assim podemos comparar os dizeres do contrato e os reclames de seu inadimplemento. A nona queixa está associada a questão do mal pagamento do café e aos colonos se sentirem lesados. Nota-se que Davatz explica o problema com detalhes tentando justificar e comprovar a autenticidade de sua reclamação, característica aliás presente em toda sua produção:

> *A casa Vergueiro está longe de entregar aos colonos sequer metade do producto liquido da venda do café colhido. Três alqueires de café em cereja, conforme resulta da experiência e do testemunho de outros lavradores, podem dar duas, mas nunca uma arroba de peso, e, no entanto paga-se apenas uma arroba e provavelmente nem isso, pois estamos profundamente*

[73] Pelo que foi possível perceber na leitura das fontes trabalhadas, os imigrantes já ficavam sabendo do sistema de parceria na Europa, antes de partirem, através das agências de viagens, dos jornais, das cartas daqueles que já estavam no Brasil e por intermédio dos propagandistas que divulgavam o país lá, é claro que as informações estavam sujeitas às subjetividades daqueles que as comunicavam. Saber na prática como era o sistema de trabalho somente através de suas experiências efetivas.

[74] DAVATZ, Thomas. op. cit., p. 257

> *convictos, embora sem ter meios de prová-lo, de que os preços estipulados para os colonos são bem inferiores aos que correm no mercado. A casa Vergueiro não fornece nenhum dado comprobatório de sua exactidão nos extractos de conta apresentados*[75].

Dentre as dezoito queixas que partiam da realidade que vivenciavam no cotidiano da colônia, as quais foram elaboradas pelos trabalhadores e redigidas por seu "porta-voz", essa é uma que se destaca justamente por ser um abuso regulamentado no contrato:

> *Art 5°*
> *O sobredito colono obriga-se ao seguinte:*
> *Parágrafo 4 - A pagar quatrocentos reis por arroba de café – correspondente a três alqueires rasos de café em cereja – até que o trabalho referido no artigo precedente, trabalho em commum, tenha tido seu curso normal*[76].

Eis aí um dos artigos mais polêmicos do contrato por estabelecer a razão de uma arroba de café para três alqueires sendo que por vezes correspondia ao dobro, chegando a duas arrobas de peso a cada três alqueires. Além dessa proporção estabelecida pela Casa Vergueiro ainda esse mesmo café era posto numa medida grande calculando-se de forma fraudulenta que não daria nem uma arroba, somando-se a isso o pagamento aos colonos em preço abaixo do mercado, descontado impostos, despesas com beneficiamento e transporte, não restava quase nada do pagamento aos colonos. Nas palavras de Thomas Davatz, "as medidas em que são aferidas o café são grandes em demasia e quando é pesado os produtos que lhes são vendidos é em uma balança demasiado leve". Deste modo, não recebiam pelo tanto que colhiam, pagavam por uma determinada quantidade de alimento, e ainda levavam bem menos do que o declarado.

O pagamento parcelado do recebimento anual e o fato deles não receberem juros a seu favor em função disso, além de serem obrigados a comprar gêneros alimentícios nas dependências da fazenda com preços muito acima dos praticados no mercado da época constam na queixas relatadas por Davatz. Esse documento afirma ainda que eram anotados valores em suas cadernetas sem a indicação a que se referiam, além de pagarem por consultas médicas mais que o combinado, descontando mais de uma vez o mesmo débito, além de tais despesas não incluírem o tratamento. São muitos os motivos e conteúdos dessas reclamações, que constarão por completo no final deste trabalho.

---

[75] Idem. p. 273. Todas as queixas constam em anexo no final desde trabalho.
[76] Idem. p. 256.

Ele enumera diversas contestações que podemos sintetizar, se queixa ainda da conversão à moeda brasileira, exagerando as cotações, redução desnecessária, segundo afirma, pois os credores europeus eram pagos apenas na mesma moeda em que eram feitos os empréstimos aos colonos. Uma amostra era quando o colono trazia algum dinheiro para pagar sua dívida e sua moeda era cotada a um preço bem mais baixo do que a dívida, de modo que de qualquer forma ele ficava devendo muito.

Há outras queixas que indicam um desrespeito ao acordo de parceria firmado entre as partes. A casa teria prometido através do instrumento contratual facultar terras adequadas aos colonos, no entanto Davatz se queixava que as terras distribuídas eram inapropriadas para o plantio por serem roças áridas, pedregosas e estragadas, dando poucos mantimentos e quando era necessário vendê-los para comprar um porco ou outros mantimentos os Vergueiros lhes tomava a metade sendo que o contrato previa que se fosse para o sustento a administração da colônia não teria direito. Tais reclames se referiam diretamente às seguintes cláusulas:

> *Artº.4*
> *3 – A atribuir a cada pai de família a porção de cafeeiros que elle possa cultivar, colher e beneficiar.*
> *4 – Facultar ao colono o plantio em terras adequadas e em lugar designado dos mantimentos necessários para o seu sustento.* [...]
> *Artº. 7*
> *Nos gêneros alimentares produzidos pelo colono, sendo por elle consumidos não terão Vergueiro & Cia. parte alguma, porém terão metade das sobras alienada*[77].

Eis aí como sobrescrito nos parágrafos 3 e 4 mais uma incumbência desrespeitada por parte da firma Vergueiro & Cia. A que refere-se ao parágrafo quarto do artigo quarto do contrato protestado na queixa onze, que debate o fato de que a empresa prevê a entrega de quantos cafeeiros o colono puder cultivar, colher e beneficiar, e, no entanto lhe é entregue não cafeeiros, mas plantações onde se encontram árvores muito pequenas que mal frutificam. Acerca da não observância dos contratos por parte dos fazendeiros, Sérgio B. de Holanda observa:

> *A aceitação pronta de tais trabalhadores não significava sempre, de parte dos grandes proprietários rurais, a admissão igualmente pronta, ou sequer a compreensão, de todas as*

[77] Ibidem. p. 256-257

> *conseqüências que essa mudança iria acarretar no sistema de relações entre patrões e serviçais*[78].

Mesmo porque no interior das fazendas esses senhores do café eram a autoridade e exerciam poder sobre os seus empregados, condicionando normas e interpretando os contratos como lhes convinham, além disso, se cercavam de todo um aparato para manterem seus privilégios como, por exemplo, delatores entre os colonos, ameaças, controle dos acontecimentos dentro da colônia, pois os administradores estavam sempre atentos e bem informados, censura às correspondências, aplicação de multas, prisão de colonos com apoio da polícia local e ainda os vínculos com a presidência da cidade, de quem tinha apoio.

Mas a expressão do descontentamento dos colonos leva por terra a imagem da parceria como modelo, como condição de vida e de trabalho perfeita para os que imigrassem, como solução, sistema exemplo para outros, a ser copiado e seguido e etc. Em relação ao sistema de parcerias é possível avaliar:

> *A rigor esse processo tornou-se mais digno de censura pelos abusos a que se prestou do que pelos princípios em que descansa.* [...] *assegurava-se o serviço permanente dos trabalhadores forçando-os por meio indiretos a acumular outras dívidas e reduzindo-os assim, praticamente, à condição de servos*[79].

Podemos perceber que os contratos de parceria nem sempre eram cumpridos, tanto por parte dos fazendeiros como também por parte dos imigrantes. Ao meu olhar, havia dos dois lados uma certa "displicência" em relação ao cumprimento de algumas cláusulas dos contratos. Por um lado, alguns fazendeiros cobravam dos colonos juros que eles próprios deviam pagar e, por outro lado, muitos colonos iam se endividando a cada colheita por acreditarem que não conseguiriam nunca mais pagar suas dívidas.

Para justificar que o sistema como vinha sendo praticado em Ibicaba era praticamente inviável economicamente para os colonos, podemos dizer que por várias vezes em suas memórias Thomas Davatz relatava que grande número de famílias residentes na fazenda estavam endividadas e por isso mesmo viviam em condições precárias e mal sobreviviam. Como é bem exemplificado no trecho de seu documento que se segue:

> [...] a *situação das dívidas contraídas por numerosos colonos é realmente horripilante e para atestar como a crença tão*

[78] HOLANDA, Sérgio Buarque de. op.cit., p. 27.
[79] Idem. p. 28.

> *corrente na Europa de que nas tais colônias é possível em poucos anos e facilmente, a qualquer pessoa, libertar-se das suas dívidas, não passava de uma doce ilusão. Essas dívidas além do café mal pago, das despesas da comissão, do processo de redução do dinheiro à moeda do país, das somas destinadas à viagem e da estranha divisão dos lucros da venda do café esclarecem bem as queixas dos colonos* [...] *Algumas famílias, que um ano antes contavam com um pequeno saldo ativo e que eram das mais diligentes e parcimoniosas em toda a colônia, estavam reduzidas então a haveres muito mais escassos, quando não com alguma dívida o que implicava num retrocesso a condições inferiores, sem haver um grande capital exigindo pagamento de juros. A maior parte das outras famílias, sempre que não pudessem amortizar aos poucos sua dívida com dinheiro europeu, viviam sobrecarregadas de dívidas muito maiores do que quando chegaram a Ibicaba, embora já então estivessem oneradas com a comissão exigida, os preços da viagem, etc. Certos exemplos, que escolhi apenas entre famílias das mais ativas e econômicas, servem para comprovar semelhante afirmativa*[80].

O sistema de parceria foi durante um tempo considerado como solução ideal para a questão da mão-de-obra, mas com a experiência efetiva e os abusos cometidos pelos diretores das colônias, o sistema começou a ser questionado e entrou em crise. A crise é em parte atribuída às diferenças sócio-culturais de pessoas que viviam em um lugar-comum e também ao autoritarismo daqueles que comandavam o sistema. A crise gerou todo um sentimento de desconfiança presente no imaginário da época, baseado nos relatos de experiências frustradas e nas denúncias de descumprimento dos contratados, influenciando assim o insucesso do mesmo.

Os colonos, depois de um ano de trabalhos pesados na lavoura, recebiam menos do que a expectativa e então começaram a ficar insatisfeitos com as irregularidades no cumprimento das cláusulas do contrato. A Vergueiro & Cia. passou a "exportar" imigrantes para outros fazendeiros, comercializando mão-de-obra. Eram negócios parecidos com o comércio de escravos, sendo esse repasse de mão-de-obra estrangeira lucrativo, visto que conforme já citamos, Tschudi nos informa que sobre esse repasse incidiam juros de 12% aos fazendeiros que os comprassem. Essa "revenda" de mão-de-obra era permitida pelo contrato:

Art.10º

[80] DAVATZ, Thomas. op. cit., p.128.

> *Vergueiro & Cia. poderão transferir o presente contracto com todas as cláusulas nelle contidas para qualquer outro fazendeiro, desde que o dito colono _____ não tenha nenhum motivo justo ou fundado para recusar essa transferência*[81].

É ainda notório que ficar junto de seus parentes ou de conterrâneos do mesmo Cantão não era avaliado como um motivo justo, nem julgado como suficientemente fundado para que a firma desistisse de repassá-los a outros proprietários. Além disso, o governo provincial passou a cobrar taxa de entrada no país, e ao desembarcar no Brasil, o imigrante contraía mais essa dívida, que não constava no contrato. Os colonos também se endividavam consumindo gêneros alimentícios adquiridos nos armazéns e açougues da própria fazenda. Atendimento médico e remédios também eram financiados, e tudo pago com juros, assim eles estavam sempre com saldo devedor bem superior ao saldo credor.

> *Frustração seria a melhor palavra para definir o sentimento dos colonos ao receberem o pagamento pela colheita de 1855 em agosto de 1856, tendo esperado um preço semelhante aos que os lavradores da região diziam ter obtido pela venda do café*[82].

As expectativas eram grandes e elas não se realizaram, no lugar do contentamento ficou um sentimento de desapontamento, pois o ideal fora frustrado. Eles receberam menos da metade do razoável. Deste modo, o sistema de parceria dificilmente encerraria seu ciclo com a liqüidação das dívidas por parte dos colonos, pois os juros aumentavam as dívidas, mais e mais despesas eram somadas ao montante e como eram mal pagos, recebendo menos do que o esperado pelas colheitas, não tinham condições de pagar as dívidas, além do mais os colonos suspeitavam dos cálculos das quantidades de gêneros colhidos, e assim trabalhavam muito, recebiam pouco e deviam bastante, tornando-se um sistema desumano. Mesmo porque parceria, em seu sentido mais restrito, nos remete a uma sociedade entre partes que se juntam em prol do bem de ambas, onde as duas sejam mutuamente beneficiadas e não uma tirar proveito da outra esmagadoramente.

Havia uma série de medidas adotadas pelos administradores da fazenda que eram intoleráveis, como o fato de não poderem transitar livremente nas fazendas, pois se saíssem sem licença da colônia eram multados, e essa era uma forma, entre tantas outras estratégias, para estender as dívidas dos trabalhadores e os amarrarem naquele lugar, presos ao sistema de parceria e com dívidas intermináveis. A situação na qual viviam era muito contraditória com o

[81] Idem. p. 258.
[82] MARTINS, Ana Luiza & COHEN, Ilka Stern. op. cit., p.70.

que lhes fora proposto inicialmente e com o que era propagado na Europa, assim toda a idealização que fizeram do Brasil foi sendo descortinada e estavam diante de uma situação decepcionante. O controle exercido sobre os colonos e a pressão que estes, organizados, poderiam exercer, criava uma tensão social permanente no ambiente das colônias.

Os administradores tinham muitas atribuições, muitas responsabilidades, lidavam com povos diferentes e formas de trabalho também diversas, como ainda existia a escravidão, os imigrantes parceiros e uma vasta extensão de terra para administrarem, isso contribuiu para que sua figura não fosse bem vista pelos trabalhadores que tinham que se submeter a eles. Como nem todos os fazendeiros que contratavam mão-de-obra suíça e alemã falavam a língua dos imigrantes, então o elo entre eles se dava pelo intermédio de um diretor/tradutor da fazenda, geralmente um alemão ou suíço que subira de cargo, que já estava na fazenda há muito tempo, então ele poderia mudar o conteúdo das falas, traduzir conforme seus interesses e assim tirar alguma vantagem, pois as dificuldades de comunicação faziam parte do cotidiano nas colônias: "O senador Vergueiro ignorava o alemão e eu não sabia o português. Era preciso um intérprete e o Sr. Jonas prestou-se a sê-lo"[83].

Todos esses impasses contribuíram para o que ficou conhecido como a "revolta dos parceiros", o filho de imigrantes e colonos, José Sebastião Witter, que cresceu em uma fazenda de café, vem acrescentar muito a respeito da trajetória da fazenda Ibicaba, no interior de São Paulo, e do sistema de parceria que culminaria com uma manifestação de descontentamento dos colonos, que se tornou o famoso levante.

> [...] *o ano de 1857, quando os defeitos próprios do regime e os abusos levados a efeito por administradores e contratadores na Europa conduziram Ibicaba a uma crise da qual não se restabeleceria tão cedo*[84].

Os colonos, sentindo-se enganados e prejudicados pela forma como o sistema vinha sendo exercido, começaram a ficar cada vez mais desconfiados sobre os preços do café aplicados às suas produções, e sobre os descontos feitos em suas contas, assim a tensão e o descontentamento foram crescendo e os colonos passaram a se reunir tarde da noite para decidirem como agiriam na defesa de seus direitos. Assim se organizaram e planejaram pedir ajuda às autoridades brasileiras. Os parceiros fizeram também um abaixo-assinado e levaram à direção da fazenda para expor-lhes seus motivos de descontentamento. Outra medida tomada na defesa de melhores condições foi escrever para o consulado da Suíça no Rio de

[83] DAVATZ, Thomas. op. cit., p. 187.
[84] WITTER, José Sebastião. op. cit., p. 37.

Janeiro, pedindo um inquérito para apurar seus ganhos, descontos e taxas aplicados pelos fazendeiros, queriam a assistência do consulado. Thomas Davatz escreveu para o governo da Suíça reivindicando um inquérito para verificar as contas e o cumprimento do contrato, denunciando também as más condições em que os colonos viviam, a partir do que observava já que estava vivendo e trabalhando no interior da colônia, conforme ele relata em seu livro *Memórias de um colono no Brasil.*

Porém, havia um informante da família Vergueiro entre os colonos, e assim os fazendeiros procuraram ajuda das autoridades brasileiras, no caso o vice-presidente da Província de São Paulo, Antonio Roberto de Almeida, e tomaram medidas para arrefecer os ânimos, como prometer melhorar as condições e corrigir possíveis erros:

> *Vergueiro e os diretores da fazenda. assumiram uma atitude cautelosa. Ao saberem que as reivindicações dos colonos já haviam sido encaminhadas para a Suíça, perceberam que não poderiam tomar uma atitude repressiva ou violenta, pois fatalmente o caso se tornaria público*[85].

A "Revolta dos Parceiros" começou no fim de 1856 e foi até o início de 1857 causando agitação nas redondezas da fazenda Ibicaba, visto que os colonos queriam ser ouvidos pelas autoridades brasileiras, escolheram a data do dia 24 de dezembro, véspera do Natal, para se manifestarem. Os colonos acreditavam estar sendo ludibriados pelos patrões e queriam atenção. Foram armados de paus, foices, espingardas e outros utensílios. Mas foi um movimento que não chegou a efetuar-se, embora tenha mobilizado tropas imperiais e movimentado a região, o que foi muito relevante para chamar à atenção para os problemas do sistema de parceria. É importante lembrar que desde que saíam da Suíça eram orientados pelo consulado a não se envolverem ou participarem em quaisquer movimentos políticos no Brasil como manifestações, revoluções, e isso aconteceu com Thomas Davatz, fato que acabou ganhando uma proporção maior do que a esperada, visto que considerado o líder e incitador do levante, e por isso foi expulso da fazenda Ibicaba.

O levante teve grande repercussão por outras colônias e fazendas, por todo o Brasil e na Europa, atingindo a propaganda que se fazia do Brasil e o sistema de parcerias. O que podemos depreender a partir da análise do comentário de J. J. Tschudi:

> *Estes sucessos em Ibicaba vieram, naturalmente, dificultar os negócios da firma Vergueiro & Cia., com o estabelecimento de severas medidas contra os agentes de emigração, tanto na Suíça*

[85] Idem. p. 75-77.

> *como na Prússia.* [...] *Alguns poucos fazendeiros, cujos colonos se haviam mantido tranqüilos, passaram a observar religiosamente as cláusulas dos contratos, a tratar os colonos com humildade e a conceder-lhes mesmos certas regalias, afim de contentá-los.* [...] *O sistema sofreu um golpe mortal.*[86]

As condições e transações do sistema de parceria deixavam os colonos desconfiados e estes questionavam os fazendeiros e administradores, criando assim um clima de animosidade. De acordo com J.J. Tschudi, desde 1857 não chegou ao Brasil nenhum colono de parceria proveniente da Suíça.

Outro fator que contribuiu para a diminuição da emigração na Europa foi a notícia da guerra do Paraguai em 1865, que causou desinteresse aos europeus de se aventurarem para o Brasil, assunto este também comentado por Ana Luiza Martins e Ilka Stern Cohen em *O Brasil pelo olhar de Thomas Davatz.*

Após o levante de Ibicaba, começou a haver por meio de artigos, cartas e livros, propagandas contrárias à emigração para o Brasil, denunciando a escravização por dívidas intermináveis, uma política imigratória brasileira que prejudicava os europeus, e a desonestidade dos fazendeiros e diretores/administradores das fazendas. Assim a imigração no Brasil sofreu um declínio nesse momento e o sistema de parceria entrou em decadência como esclarece Débora Bendocchi Alves:

> *Em 1862. alguns anos após a revolta dos colonos em Ibicaba, dava-se por acabada a experiência com o sistema de parceria tanto na região fluminense quanto em São Paulo. Liquidando ou não os seus contratos, muitos parceiros alemães dessas fazendas dirigiram-se para as colônias do sul do Brasil na esperança de se tornarem pequenos proprietários, sonho da maioria dos imigrantes. Outros, como na província de São Paulo, foram se estabelecer como artesãos ou comerciantes nas vilas mais próximas, contribuindo assim para o aparecimento da pequena indústria na região*[87].

Ainda segundo essa autora, com a divulgação na Suíça e nos estados alemães do relatório de Thomas Davatz, que se tornou um livro por iniciativa do próprio autor, e de vários artigos publicados em periódicos, o sistema de parceria passou a ser totalmente condenado pela opinião pública européia e as manifestações dos colonos no caso de Ibicaba influenciaram algumas alterações evidenciando o problema imigratório bem como a

[86] TSCHUDI, Johann Jacob von. op. cit., p. 147.
[87] ALVES, Débora Bendocchi. op. cit., p. 164.

necessidade de se repensar as formas de mão-de-obra livre. Alguns países na Europa como Alemanha e Suíça tomaram medidas restringindo ou proibindo emigrações para o Brasil. A experiência de mão-de-obra dos colonos talvez não tenha sido tão livre, pois os imigrantes eram presos à terra, pelas dívidas e proibições de circularem e saírem das dependências da fazenda, desconhecendo outras oportunidades para suas vidas.

O trabalho de Martins e Cohen é um livro com linguagem clara, uma obra para-didática, que analisa a obra *Memórias de um colono no Brasil* de Thomas Davatz. Segundo elas, o livro do imigrante teve grande repercussão no Brasil e no mundo, principalmente na Europa, pois teria o objetivo de alertar os imigrantes que queriam se aventurar no Brasil e "foi tão acatado que em 1859 surge na Prússia o reescrito de Heydt, proibindo a saída de imigrantes para o Brasil, principalmente para a Província de São Paulo"[88].

A experiência da mão-de-obra camponesa e branca no Brasil foi sem dúvida, através do exemplo de Ibicaba, muito marcante, pois foi um dos passos importantes no processo de mudanças de um sistema escravocrata para o assalariado.

Decepcionados e, muito provavelmente, ressentidos com a diferença entre o sonho de uma vida melhor no Brasil e as condições de trabalho em que efetivamente viviam, cada vez menos imigrantes ingressavam no sistema. Assim começou a haver mudanças gradativas. Segundo José Sebastião Witter, o regime de Vergueiro foi perdendo força e desaparecendo, visto que em 1860 já haviam desaparecido muitas colônias e em 1870 restavam apenas treze colônias. Depois da sublevação dos colonos de Ibicaba e da morte do Senador Vergueiro (em 1859) o sistema de parceria e a fazenda abriram falência.

Como nos informa Witter, após ter feito um estudo em que confronta o documento que é a obra de Davatz e os documentos de arquivos pessoais e arquivos públicos do interior de São Paulo, além do livro de contabilidade da administração da fazenda dos Vergueiro chamado de "Livro Mestre V", assim ele conclui que por volta de 1865 a fazenda Ibicaba começaria a entrar em decadência e posteriormente falência:

> *Se a revolta de Ibicaba em 1857 não apresentou conseqüências imediatas e de vulto, cremos, no entanto, ter sido o fator decisivo das modificações profundas que se processaram principalmente naquela fazenda, pois a escrituração do estabelecimento correspondente a 1862 a 1865 demonstra que logo após 1857 nele foi adotado o regime de trabalho assalariado*[89].

[88] WITTER, José Sebastião. op. cit., p. 43.
[89] Idem. p. 42-43.

Assim, começaram a surgir outras formas de organização da mão-de-obra como a locação de serviços, outros tipos de contratos com salários fixos, preços pré-fixados por produção etc. Contudo, embora o sistema de parceria seja, em termos gerais, vinculado ao fracasso, Argollo Ferrão ressalta as exceções afirmando que houve casos de sucesso como, por exemplo, a família de Phellip Diehl, embora precisemos reconhecer em que circunstâncias tanto os sucessos quanto os insucessos teriam ocorrido, pois cada família imigrava sob condições particulares:

> [...] *entretanto, Stolcke cita H. Haupt, um emissário do governo prussiano, que já em 1867 observava que apenas em circunstâncias muito favoráveis tais como roças férteis, família grande, e ausência de doenças, poderia uma família imigrante ressarcir suas dívidas num tempo razoável. Vários observadores emitiram opinião semelhante* [...] *Apesar do fracasso que, em termos gerais, obteve-se com o sistema de parceria, houve casos de sucesso, em que grupos de imigrantes, em curto espaço de tempo, transformaram-se em empresários bem sucedidos. Este é precisamente o caso de um determinado grupo de colonos alemães que emigrou para o Brasil e estabeleceu-se na Fazenda Ibicaba sob o sistema de parceria*[90].

Este autor ainda observa que este grupo de colonos, mesmo dotado de privilegiada condição econômica e social em seu país de origem, além de terem profissões necessárias no Brasil, acabou levando quatro anos para conseguir indenizar a Vergueiro & Cia. e saírem de Ibicaba: "Mesmo assim, tiveram que empreender uma viagem para a Europa a fim de trazerem equipamentos e instrumentos de trabalho. Denota-se assim o grau de dificuldade pela qual passavam outros grupos de imigrantes menos afortunados"[91].

De fato romper com as dificuldades do sistema de parceria não era fácil e a realização dos sonhos não era para todos. Então considerando que havia outras experiências não tão traumáticas como as de Thomas Davatz em Ibicaba e por isso mesmo outras formas de ver e de viver a colonização, partamos para a análise do que chamamos ressentimentos, para nós presentes em suas memórias.

II. O Ressentimento nas memórias do colono Thomas Davatz

[90] FERRÃO, André Munhoz de Argollo. op. cit., p. 7-9.
[91] Idem. p. 21.

O relatório de Thomas Davatz descrevendo as condições em que os colonos viviam, bem como suas memórias e apreciações da experiência na colônia brasileira, se transformaram no livro *Memórias de um colono no Brasil,* constituindo uma fonte histórica que nos permite questionar as relações que envolveram a imigração de europeus, sobretudo suíços e alemães no Brasil do século XIX. O foco desta análise é o papel dos sentimentos na história, discutindo a presença do ressentimento nas memórias de Thomas Davatz, após ser expulso da fazenda e voltar para a Suíça.

A obra de Davatz apresenta características próprias do caráter de um relatório, burocrático, detalhista e descritivo, principalmente quanto às técnicas de cultivo do café. No entanto, é possível perceber contradições entre momentos em que tentava ser objetivo, mas acabava desabafando sua insatisfação, atacando o sistema de parceria, pois ele sentia-se responsável pela vida dos colonos e muito arrependido por ter caído na "febre de emigrar", por isso defendeu a causa dos colonos.

De acordo com Pierre Ansart em *História e Memória dos Ressentimentos* o ódio é interiorizado e recalcado através de nossa dimensão psicológica, que transforma em valor positivo aquilo que denegamos como, por exemplo "a inferioridade transformada em humildade resignada, a fraqueza disfarçada em amor da justiça, o ódio "recalcado" [...] transformado, eventualmente, em ódio de si mesmo"[92]. Davatz se coloca na posição de sujeito que sofreu as injustiças praticadas pelos fazendeiros contra os colonos, mas sempre tentou reações por meio de sindicâncias, declarações, deliberações, nunca se exaltando, com uma humildade resignada, mas guardando rancores e também culpa por ter colocado sua família, seus amigos e conterrâneos naquela situação. Ele se sentia culpado por ter levado outras pessoas consigo e ter feito propaganda positiva a respeito da situação que para ele se transformou em uma experiência terrível. Aquilo que aparece como seu ódio e sua culpa parecem estar, ao longo de toda a reconstrução de suas memórias, recalcados, já que a questão do sofrimento é presente o tempo todo.

Sua obra apresenta lamento, ressentimento e mágoa, pois afirma que gostaria de ter permanecido em seu país, não fossem as condições e falta de opções em que se encontrava. Seus relatos parecem conter um arrependimento da "aventura" no Brasil. Assim, ele alerta aos outros quanto à realidade ser diversa da propaganda feita por agenciadores de empregos na Europa. Sua narrativa é marcada pelo estranhamento diante do novo, de uma cultura diversa

[92] ANSART, Pierre. *História e Memória dos Ressentimentos.* In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). Memória e (res)Sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp. 200: [Tradução de Jacy Alves de Seixas].p. 17.

da sua e de uma situação diferente da que ele havia idealizado, visto que ele lia[93] muito sobre o Brasil, o que lhe influenciou a vir e construir uma imagem idealizada do país que o decepcionou.

Suas descrições são detalhistas e tudo é relatado com marcante pessimismo e com sua avaliação acerca do que experimentou no Brasil, apresentando particularidades e elementos de sua subjetividade que são traços presentes, de modo geral, em todo o texto. Davatz registrou a sua própria versão dos fatos, ora também se defendendo e se justificando. Ele narra uma das histórias possíveis vividas no interior das colônias de café, e suas memórias são inspiradas por seus sentimentos, e seus relatos vão construindo e não resgatando a memória, assim como os jornais suíços de donos de agências de viagens elogiavam a imigração quando precisavam recrutar pessoas, da mesma forma é preciso enfatizar o papel das subjetividades nessas histórias e memórias.

Seguindo as reflexões de Pierre Ansart, poderíamos dizer que as hostilidades ocultas que fazem parte da história precisam ser compreendidas e explicadas, pois elas são interiorizadas e negadas pelos sujeitos e, por isso mesmo é "preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte, pois são exatamente estes os sentimentos e representações designados pelo termo ressentimento"[94]. Assim as representações dos nossos sentimentos ruins ou negativos também devem ser inseridas nas análises históricas. Segundo Ansart nossos sentimentos são compostos de ódio, inveja, hostilidade, sensação de impotência por não exprimir os mesmos, e sempre revivemos a experiência da impotência renovada, com rancor. Levar isso em consideração nos ajuda a entender a narrativa de Thomas Davatz, pois de fato há um sentimento de impotência pelo que não conseguiu realizar no Brasil, pelos desafetos que sofreu, pelos abusos de que foi vítima, parece ter um rancor guardado que nas linhas que constróem sua obra foi se espalhando, foi sendo disseminado ao longo da composição da narrativa, pois o olhar que lança sob o Brasil é sempre com uma avaliação negativa, sempre retomando um clima hostil, tenso, insatisfeito, rancoroso, pois faz questão de denunciar e que muitos saibam do caráter do outro, que lhe fizera mal, a si e aos seus, os colonos.

Uma das formas é denegrir a imagem do outro, é testemunhar contra o seu algoz, no caso o lugar das decepções de Davatz, ou melhor, o não-lugar, pois ele não encontrou aqui o que outrora idealizara, e assim ferido pelo Brasil ataca o caráter dos brasileiros:

---

[93] Davatz era um homem letrado e tinha a função de mestre-escola em seu país, equivalente a um professor primário, esta informação esta contida In: MARTINS, Ana Luiza & COHEN, Ilka Stern. op.cit., p. 10.
[94] ANSART, Pierre. op. cit. p. 15.

> *No convívio diário e superficial mostra-se amável, prestativo e hospitaleiro. Tais qualidades, todavia, não têm raízes profundas em seu caráter e podem mudar-se bem cedo nos defeitos contrários. De temperamento inflamável ao excesso, sua cólera expande-se facilmente e em muitos casos pelo assassínio do objeto dessa cólera.* [...] *E se porventura se decidem ao trabalho, agem com excessiva lentidão e incompetência. Não é necessário observar que ele pouco se ocupa das igrejas e das escolas*[95].

Ele retoma diversos estereótipos do brasileiro, como preguiçoso, incapaz, inculto, e a ele opõe o estrangeiro, que seria o civilizado, o correto que fora injustiçado, enfim faz parte de um relato aqui entendido como ressentido o descrédito ao outro, enquanto o "eu", a vítima só teria qualidades não reconhecidas:

> *Se somos vítimas de indivíduos que nos prejudicam e ferem nossas liberdades, experimentamos e estimamos que estes indivíduos sejam malévolos, enquanto nós seríamos os bons. As forças que me são hostis são nefastas e perversas, enquanto eu próprio sou justo e inocente do mal que me é feito. Portanto, os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo, e suas expressões, as manifestações (as "explosões de sentimento", como diz Nietzsche) podem ser gratificantes. O ódio recalcado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo*[96].

Davatz reconstrói suas memórias de forma a tomar partido de seu grupo, coeso com eles e em defesa deles, se solidarizando com os seus. Assim, sua obra é a trajetória das decepções de um colono no Brasil. Algo consoante é afirmado também pelo estudioso da fazenda Ibicaba, José Sebastião Witter, que faz uma avaliação de sua obra, lembrando o quanto há de subjetividade em seus relatos, bem como a defesa fervorosa de um dos lados, pois para ele:

> *Davatz sempre tornou mais negra a situação existente dentro de Ibicaba, pois a sua obra é facciosa. Quando dizemos facciosa nos referimos ao fato de ter sido elaborada por uma das partes, isto é, a dos colonos. Todavia muitas afirmações que faz são válidas. Se considerarmos os montantes por nós colhidos no*

95 DAVATZ, Thomas. op. cit., p. 74-75.
96 ANSART, Pierre. op. cit. p. 21-22.

> *Livro Mestre V acreditamos que Davatz tinha razão ao afirmar a falta de condições para as famílias se manterem pelo menos até 1865.*[97].

O suíço Johann Jakob von Tschudi – que também escreveu um relatório acerca desse processo de colonização e introdução de mão-de-obra imigrante no Brasil – acredita que o fracasso desse sistema de colonização não se deve somente aos fazendeiros; pois a maior parte daqueles que emigravam não eram pessoas de boa índole, conforme ele julga ao construir seu relato em "*Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo*" (1818-1819):

> *Seria injusto atribuir o fracasso do sistema de colonização unicamente aos contratos lesivos e aos fazendeiros. Creio, antes, que a maior parte da culpa cabe aos próprios colonos...*[98]

Suas memórias são motivadas por sentimentos e interesses diferentes e assim seus posicionamentos se distanciam das memórias de Davatz, são memórias e juízos de valor diferentes, as motivações e as formas de conceber aquela experiência, ressalvando que Davatz viveu efetivamente a experiência de ser um colono aqui e Tschudi não, veio do exterior, viajou e voltou. As lembranças entram aqui em uma aparente contradição, pois as conveniências em lembrar e esquecer se alternam para ambos os autores acima citados.

Outro trecho de Tschudi que revela um distanciamento do pensamento de Davatz pode ser observado a seguir:

> *Grande parte dos imigrantes era constituída de elementos* indesejáveis e vagabundos, *que oneravam os cofres públicos de suas comunas, motivo pelo quais estes resolveram pagar-lhes o preço da passagem, sob a forma de adiantamento.* [99] [grifo do autor]

O relato de Davatz não é isento, mas tendencioso ou faccioso, como afirma Witter. Homem estudado, que possuía recursos de narrativa envolventes, acabou construindo um tipo de contra-propaganda da emigração na Europa. É a partir de sua trajetória no Brasil que Thomas Davatz vai contar suas impressões, dificuldades de adaptação, insatisfações, descontentamento de seu grupo, enfim narra a experiência de dois anos na fazenda Ibicaba, a partir de suas memórias e sentimentos, trazendo informações ricas de um momento histórico

[97] WITTER, José Sebastião. op.cit., p. 51
[98] TSCHUDI, Johann Jacob von. op.cit., p. 149.
[99] Idem. p. 150.

do qual não havia muitos relatos, que compreendessem o período de transição da mão-de-obra escrava para a livre, sobretudo com essa dimensão subjetiva.

Sua narrativa traz uma imagem desencantada do Brasil, antes visto mais comumente como um paraíso, um país de maravilhas tropicais, e depois como adverso e cruel, com doenças, clima quente, exploração do trabalho, contradições e curiosidades que levariam os leitores a conhecer o Brasil sob a ótica de um ex-colono que desconstrói um imaginário social do estrangeiro deslumbrado, por exemplo, ao falar das experiências frustradas com a colheita do café, com enfermidades por que passou e etc.

Fazendeiros e colonos, brasileiros e estrangeiros, enfrentavam também a questão das diferenças de concepção de mundo, passavam por um choque cultural, onde o diferente pode ser visto inicialmente com os pressupostos que cada um carrega, com um olhar talvez preconceituoso, e nesse sentido o desejo de conhecer o outro e se conhecer através dele seria fundamental no processo de adaptação a uma nova realidade e de conhecimento do estranho, pois a dificuldade de lidar com as diferenças do outro, no encontro de culturas diversas, é justamente a falta da relação de alteridade.

O choque cultural pode ser entendido nesse caso de forma mais restrita, como um encontro de culturas distintas num lugar estranho, diverso e adverso, além de viverem as dificuldades de adaptação, diferenças e diversidades culturais, como, por exemplo, ser de religião protestante enquanto a religião oficial do Império brasileiro era a católica, cita as diferenças de costumes, língua, tipo físico, formação, educação etc. O texto do imigrante nos faz pensar também na questão da identidade cultural em território estrangeiro, os mecanismos para preservá-la como, por exemplo, o enfrentamento de várias restrições relacionadas aos ritos de batismo e casamento. Mas é preciso considerar que as adversidades eram vividas pelos dois lados, não só os estrangeiros/colonos, pois os brasileiros (proprietários) também tinham que encarar uma significativa transformação cultural, tanto no viver como nos modos de lidar com a mão-de-obra, visto que períodos de transformações, como esse da implantação de uma nova forma de trabalho e inserção de elementos da cultura européia no Brasil trazem alguns infortúnios, e tais mudanças marcam a experiência subjetiva de ambos.

Essa questão da identidade e do confronto de culturas diferentes em um mesmo espaço também pode ser melhor esclarecida se ponderarmos que:

> *A sua origem condiciona-os a usos e costumes totalmente diversos do Brasil, o que já os coloca em face de um problema de relacionamento humano bastante difícil. Acrescente-se o fator língua e veremos quanto mais difícil se torna esse*

> *relacionamento. A religião católica foi outro entrave. Isto criou condições desfavoráveis para aqueles que não fossem católicos, que compreendiam a maioria.* [...] *chefes do grupo familiar, homens de certa idade, o que fatalmente dificultou o entendimento da vida brasileira e os tornou mais apegados às tradições e às lembranças da pátria distante*[100].

É claro que há todo um conjunto de representações da vida que as pessoas carregam consigo e que vão influenciar a forma de se apropriarem da cultura do lugar para onde imigraram, porém devemos ter um cuidado com a noção de tradição, pois as práticas culturais não permanecem intocadas ao longo do tempo como uma relíquia que os povos guardam intacta, mas são transformadas e vivas, é preciso fugir de noções folcloristas da cultura alemã, pois podem dar a idéia de algo congelado no tempo, e a própria identidade é sempre reconstruída, assim como a memória e a história de acordo com o vivido e experimentado.

O isolamento nas propriedades, as imposições do sistema de parcerias, a dificuldade em relação à língua e à comunicação, são fatores que dificultaram o relacionamento entre brasileiros e suíços, alemães etc. A situação comum que enfrentavam enquanto colonos os agregavam, pois as mazelas, o trabalho na lavoura, o fato de serem estrangeiros, enfim a condição em que se encontravam os uniam em um grupo social, em uma coletividade. Essa questão da identidade dos alemães e suíços aqui no Brasil, bem como o distanciamento que viviam no interior das fazendas é tratada por Giralda Seyferth:

> [...] *mesmo quando situadas geograficamente próximas das capitais provinciais, ficaram um longo tempo social e espacialmente distantes da sociedade brasileira – isolamento relativo, que contribuiu para o fortalecimento de uma consciência étnica coletiva estruturada pelo próprio processo histórico de colonização*[101].

Segundo Seyferth havia uma forte organização comunitária e a própria falta de recursos advindos do Estado brasileiro contribuiu para que suas necessidades e problemas comuns os unissem e se organizassem, visto que só poderiam recorrer a seus compatriotas. A autora citada acima aprofunda ainda mais na questão da identidade étnica. Para ela:

> [...] *o elemento mais concreto dessa etnicidade é o sentido de comunidade baseado na história comum da colonização – da qual o pioneirismo dos primeiros colonos emerge como símbolo étnico –, na cultura comum, considerada alemã, e na origem*

[100] WITTER, José Sebastião. op.cit., p. 56.
[101] SEYFERTH, Giralda. op.cit., p.3.

> *formalizada é assumida como endogâmica e definida por um conjunto de elementos concretos que servem como limites a separá-la dos "outros" entre os quais se destacam o uso cotidiano da língua alemã, a escola comunitária, as instituições culturais* [...] *além das características mais óbvias relacionadas ao estilo de vida e a uma ordem econômica e social derivada da experiência comum da colonização.* [...] *tem caráter de limite inclusivo, no sentido que tem este na definição de um grupo étnico. Isto é, refletem a idéia de pertencimento a uma unidade, um sentido de identidade coletiva, reforçada pela crença na "origem comum"*[102].

Uma questão importante que aparece nesse trecho é a questão do outro, do alter, pois tanto para os brasileiros que de maneira diferente também viviam o processo de imigração, quanto para os alemães, um era o outro do outro. Assim podemos discutir a questão da alteridade. Embora devamos ressalvar que mesmo no meio dos grupos há diferenças e que as coletividades também podem ser diversas, de fato eles viviam sua cultura e se re-afirmavam, mesmo sendo suíços e alemães de regiões variadas como Turíngia, Prússia, Baviera, Saxônia etc.

A esse respeito, do relacionamento com o outro e da questão da identidade, Pierre Ansart nos diz que quando existe uma hostilidade comum entre grupos ocorre um afastamento entre comunidades culturais diferentes, assim se sentindo ludibriados pelos anfitriões, os brasileiros, mais especificamente seus patrões, acabaram não tendo uma proximidade com os brasileiros, mas isolaram-se em seu grupo. Assim a identidade comum de serem de uma mesma etnia germânica, imigrantes europeus, colonos e grupo de pessoas afetadas acabaram por

> [...] *enfatizar não apenas os sentimentos e afetos dos indivíduos, mas, de forma complementar, as representações, as ideologias, os imaginários, as crenças (e, portanto, as religiões), os discursos, que presumimos desempenhar papel relevante no devir dos ressentimentos* [103].

Os ressentimentos presentes na obra de Davatz representam os ressentimentos e descontentamentos de muitos colonos, grupo em que reconhecia sua identidade. De modo geral todos os grupos têm as mesmas reações emocionais e as mesmas atitudes, tanto que o descontentamento com o sistema, o sentimento de frustração, insatisfação, injustiça, de se sentirem explorados eram manifestos por colonos de outras fazendas e regiões, através de

[102] Idem. p.3-5.
[103] ANSART, Pierre. op.cit., p. 20.

cartas, mensageiros ou pessoalmente, como relata Davatz, ou seja, há sentimentos e condutas em comum na sociedade, sob condições diferentes é claro, mas as manifestações são comuns, de modo geral, porque os sentimentos são os mesmos, são os afetos e desafetos inerentes ao ser humano. A experiência efetiva no Brasil levou por terra também o sonho do enriquecimento fácil, da fartura de terras tropicais e da cordialidade dos brasileiros. Davatz criticava também a visão da imigração no Brasil como bela mistura de raças e povos, apontando a miscigenação, como uma grande mistura que era traço característico do Brasil.

A imagem da natureza do Brasil, com sua fauna e flora exuberantes, era constantemente utilizada como atrativo para os estrangeiros, era uma visão difundida por viajantes, cientistas, naturalistas e propagandistas que agenciavam passagens para o país. Assim a narrativa de Davatz vai chamar atenção justamente por não se limitar a descrições bucólicas do Brasil, mas por questionar o cotidiano e as condições de vida dos trabalhadores livres.

> *Lindas descrições, relatos atraentes dos países que a imaginação entreviu* [...] *sedutores e fascinantes* [...] *E assim como na febre física dissipa-se a reflexão tranqüila, o juízo claro, coisa parecida ocorre nas febres de emigração. Eu próprio fui vítima, em dado momento, da febre de emigrar.* [...] *Apesar do número e da beleza das aves do Brasil nunca seu canto delicia ou ouvidos; em quase toda parte só se escuta o vozerio impertinente e monótono. Há também nesse país uma grande quantidade de galinhas e patos. Mas das numerosas galinhas que se criam, colhem-se poucos ovos*[104].

Após sua experiência no interior do Brasil, Thomas Davatz procurou desfazer a idéia do Brasil como um lugar paradisíaco, combatendo assim o ufanismo. Criticava o clima, a flora, a fauna, a população, os costumes locais e etc. Trata-se de um relato ressentido, pois agora negava tudo que antes admirava.

O ressentimento pode ser entendido aqui como mágoa, como um conjunto de sentimentos que re-sentimos, sentimos novamente, que continuam presentes nos nossos sentimentos atuais, que latentes motivam nossas ações passionais. Os ressentimentos parecem ser uma manchinha em nossos corações que o tempo não apagou e que ficamos ruminando e sempre ressurgem através da memória.

No auge do descontentamento com as condições em que viviam na colônia, os parceiros se manifestaram no já citado levante dos colonos, onde os sentimentos ficaram à flor

[104] DAVATZ, Thomas. op. cit., pp. 47 e 78.

da pele, ou seja, afloraram, o clima ficou tenso, e essa hostilidade no encontro com as frustrações gerou um clima conflituoso, expressaram toda sua revolta. Isso seria nas palavras de Ansart "as conseqüências e manifestações do ressentimento, ódio recalcado, próprio do ressentimento, à agressividade direta do guerreiro quando em combate"[105]. Pierre Ansart ao estudar as reflexões de Max Scheler destaca a "ruminação" própria do homem envolvido pelo ressentimento, que fica pensando, repensando, arquitetando o que fazer com o seu objeto de ódio, se organizando, elaborando estratégias, rememorando o sofrimento, enfim de fato mastigando, engolindo, retomando, mastigando de novo e assim até o momento ou de engolir e se submeter ou de pôr para fora seus ressentimentos, como foi o processo que levou à revolta dos colonos de Ibicaba, onde houve uma exteriorização das mágoas guardadas.

Assim os ressentimentos dos colonos culminaram na manifestação aberta da revolta encabeçada por Thomas Davatz, mas não se resolveram nela, exteriorizaram, mas não acabaram com eles, pois não foram esquecidos, visto que a própria narrativa do imigrante passa a ser um meio de "ruminar" o assunto, a memória dos ressentimentos é bem viva em sua escrita, é uma forma da dor ser repassada e sentida de novo, expor "ao mundo" o que sofreu é um comportamento ressentido. É através de comportamentos e atitudes que eles, os ressentimentos, se manifestam, muitas vezes inspiram condutas de vingança:

> [...] *desejos de vingança. Max Scheler assinala esta dinâmica do ressentimento como criadora de valores, ou seja, de finalidades sentidas como desejáveis pelos indivíduos e que eles buscam realizar.* [...] *explosões de vingança de uma população por muito tempo dominada e mantida sob temor?*[106].

Com base nisso, é possível afirmar que o ressentimento é um traço que marca toda a obra de Davatz. A análise que fez da natureza foi a partir dos olhos de um trabalhador braçal, não de um naturalista que tem uma relação mais contemplativa com a natureza, mas Davatz tinham que enfrentá-la. O sol e as chuvas eram muito agressivos, falava a partir de sua condição de camponês, de quem trabalhava a céu aberto. Tudo era visto com pessimismo ou com uma lente negativa, até o canto dos pássaros e a vastidão das florestas lhe incomodava, bem como criticava a falta de organização das cidades onde as casas pareciam estar "amontoadas". Sua forma de escrever é caracterizada por uma economia de elogios e um reforço constante dos aspectos que considerava negativo, julgando sempre a partir de seu olhar estrangeiro, sempre tendo a cultura suíça e alemã como parâmetro para inferiorizar o

[105] ANSART, Pierre. op.cit., p. 20-21.
[106] Idem. p. 21-23.

Brasil em relação ao padrão europeu, país que não o acolhera como ele desejara, então esse desapontamento é conteúdo de seus ressentimentos, ligando-se a uma expectativa não satisfeita.

Embora as memórias de Davatz estejam localizadas num tempo mais distante, século XIX, algumas reflexões de Pierre Ansart nos ajudam a compreender seu sentimento em relação ao país no qual depositara seus sonhos e se frustrara, o qual o suíço constantemente denegria, assim longe de querer ser anacrônica, reconheçamos o quanto são válidas:

> *A exaltação do grupo nacional fornece ao sujeito um objetivo para suas necessidades de vínculo, embasamento para sua auto-estima e orgulho pessoal, ao mesmo tempo em que equilibra este vínculo pela difamação das nações rivais. Este fenômeno não é próprio apenas do nacionalismo. Podemos observá-lo nas comunidades religiosas, nas seitas e em toda coletividade que se encontra em rivalidade com outras*[107].

Davatz não é do nosso tempo, mas a questão dos vínculos dos grupos nacionais e a desconstrução da imagem do outro, que podem ser nações rivais, é um tema que ainda hoje está na ordem do dia.

Contudo, seu relato é rico por indicar como eram precárias as condições de vida dos colonos, a moradia, a alimentação, as despesas, o pagamento desvantajoso etc. Esclarece suas intenções ao escrever, que seria defender os direitos dos colonos que ficaram no Brasil, advertir os que ainda não foram, e com interesse de que a publicação trouxesse-lhe alguma vantagem econômica para ajudá-lo no sustento de sua família.

Em *O Brasil pelo olhar de Thomas Davatz,* Ana Luiza Martins e Ilka S. Cohen afirmam que Davatz deu voz aos "oprimidos", ou melhor, aos imigrantes, pois estes resistiam, questionavam o sistema, se apropriavam dele. E outra característica peculiar da obra de Davatz é o momento específico em que ele escreve quando estava no início a implantação do trabalho livre em substituição ao trabalho escravo.

Seu relatório tem atributos de um desabafo, expondo seus sentimentos e desilusões, conforme afirma Martins e Cohen:

> *Em razão disso, tem-se o caráter original desse documento, construído sob o propósito de denúncia, na qual se infere o breve curso de uma esperança transformada em irremediável e fatal decepção. Mesclam-se nessa obra o olhar de saudade e o*

[107] Ibidem. p. 24-25.

> *de revolta. Aquela, inerente a todo imigrante. Esta, acirrada em Davatz, devido ao drama vivenciado por ele*[108].

O livro de Davatz é interessante, pois é contado por um sujeito que viveu aquelas experiências, aquele momento histórico e através de seu olhar de imigrante e colono no Brasil conta um pouco sobre a história da imigração suíça e alemã para o Brasil e também sobre a substituição da cultura de cana pela de café. Era um imigrante falando do processo de imigração, que não deixa de ser tendencioso, o que deve ser lido com criticidade, mas consiste em um documento fundamental para estudo da imigração, pois ele foi testemunha do que acontecia em sua época não só vendo de perto, mas vivenciando, pois inserido naqueles acontecimentos. E para, além disso, nos permite ampliar essa dimensão objetiva do conhecimento para uma historicidade que envolva os sentimentos, visto que justamente por ser tendencioso Davatz nos dá uma dimensão subjetiva, e devemos entendê-lo considerando que essa parcialidade deve ser respeitada como parte de seu registro e de sua experiência.

Seus relatos partem de suas subjetividades, a história que ele conta não escapa a seus sentimentos e os registros são influenciados por uma circunstância pessoal, pela experiência frustrada que ele teve no Brasil, ao mesmo tempo em que foram impelidos pelo que acontecia à sua volta, com os colonos, com as relações de trabalho, com as condições na Suíça da qual partira e no Brasil que conheceu. Além disso, sua obra teve o caráter de um apelo às autoridades para reverem os acordos de emigração/imigração com outros países inclusive o Brasil. Ele encerra seu livro alertando aos seus pares para não se iludirem com as propagandas e desestimulando-os a emigrarem.

Um documento importante que nos serve de fonte para o estudo dos sentimentos dos imigrantes, do deslumbramento inicial com o Brasil, da vida no interior das colônias é a carta. A respeito das cartas que os colonos enviavam aos seus parentes e amigos há muitas controvérsias quanto a veracidade de seus conteúdos, e é a respeito disso que falaremos adiante.

Ao analisar algumas cartas escritas por imigrantes quando chegaram ao Brasil naquele período de incentivo à imigração, podemos perceber o ressentimento de Davatz, a sua total desilusão e decepção com o Brasil, ao se referir ao fato de existirem cartas muito positivadas quanto às colônias brasileiras. Para ele "palavras tais como "bom", "belo", "agradável", etc. correspondem ao que entre nós se chama "ruim", "feio", "desagradável", etc"[109].

---

[108] MARTINS, Ana Luiza & COHEN, Ilka Stern. op.cit., p.14.
[109] DAVATZ, Thomas. op. cit., p. 247.

Havia cartas realmente muito sedutoras, não que se duvide da autenticidade, mas em qualquer parte seria difícil achar um mundo tão perfeito como é descrito, devemos desconfiar, mas sem juízos de valor. Além do mais sabemos que as coisas se forjam na tensão social, nada é tão linear ou espontaneamente benevolente.

E, é através da análise de uma destas cartas que podemos perceber o que não foi relatado por Davatz, no que se refere aos elogios à nova terra. Nesse sentido cabe analisarmos alguns trechos de uma carta, embora a mesma seja de um imigrante alemão da colônia Independência do Rio de Janeiro, lugar que Davatz considerava ter um clima mais adequado ao plantio do café, ainda que não seja da colônia de Ibicaba em São Paulo seu conteúdo é revelador:

> *Ao Sr. Christoph Münch em Ranis na rua Strumpfwirkern.*
> *Podemos agora afirmar que as cartas impressas que lemos em Ranis só continham verdades. O que eu começo aqui, dá certo. As casas foram sorteadas; eu tenho a de nº 4 com a mais bela plantação de café. Eu e a minha esposa colhemos diariamente de 2 a 4 cestos. Nós podemos trabalhar quando nos apetece. Ninguém nos diz nada; se trabalharmos muito, ganhamos muito* [...] *Nós vivemos aqui livres como passarinhos; podemos, além disso, caçar, pescar e fazer o que nos agrada. Todos os domingos há música para dançar. Minha esposa e filha receberam de presente de boas-vindas brincos de ouro e nós logo compramos roupas melhores e de acordo com a moda daqui.* [...] *Mesmo os escravos vivem aqui em melhor do que um camponês mediano na Alemanha. Esta mão que está escrevendo, e que meu pai tão bem conhece, há de apodrecer se isto não for a pura verdade.* [...] *Minha filha diz quase todos os dias: "Pai, o que fariam meus avós; ah, se eles estivessem aqui e pudessem comer conosco!" Da mesma maneira os nossos amigos em Gefell e Külmla. Temos a impressão de que vivemos no paraíso ou no céu.* [...] *Durante a viagem até aqui recebemos, duas vezes por dia, carne, pão branco, às vezes cerveja e vinho também.* [...] *É verdade que aqui é quente, mas dá para agüentar bem.* [...] *Logo chegamos a uma outra fazenda, cujo proprietário nos convidou para comer; havia 16 tipos de pratos e vinho à vontade. Foi uma bela acolhida! Eu agradeço a Deus por estar no Brasil; nos diziam lá (na Alemanha) que nós seríamos escravos, mas nossa situação atual comparada com a de antes, atesta o contrário: lá éramos escravos; aqui vivemos na Terra Prometida, melhor do que os mais abastados em Ranis. Minha casa é grande, podendo vocês morarem nela: três grandes aposentos e uma cozinha. Ainda não possuo gado, pois estão faltando os currais; logo começarei a construí-los e, então, receberei a quantidade de cabeças de gado que eu desejar.* [...] *A nossa alimentação é composta de arroz, feijão, duas espécies de farinha, sendo uma um tipo de*

> *trigo, mas muito nutritiva, carne de porco e vaca, açúcar. aguardente, batatas, frutas como, por exemplo, laranjas e bananas. A colheita de café começou no dia 27 de maio e dura 3 meses; então iremos receber todos as espécies de frutas para plantar; primeiro temos que preparar o solo para isso. Digo novamente: é verdade o que escrevo. Adeus! Seu querido filho. F. Rossbach e família*[110].

Essa carta data de agosto de 1852 e foi publicada num jornal na Alemanha, região da Turíngia, na cidade de Rudolfstadt num folheto chamado "Fliegende Blätter für Auswanderer, "Folhetos para Emigrantes" n.º 8, e foi editada por Günther Fröbel, que em 1845 havia aberto uma agência de emigração na cidade e dois anos mais tarde fundara o *Jornal Geral da Emigração*, afirmando ter o objetivo de informar e orientar os candidatos à emigrantes. O título dado foi "Boas notícias do Brasil". Uma informação que vale constar é que Thomas Davatz, nas suas lembranças dos acontecimentos, se refere a esse mesmo agenciador:

> *De uma parte dos colonos alemães – dos turíngios pelo menos – pude saber, conforme eles próprios me asseguraram solenemente, que os acordos provisórios com que deixaram sua terra (se não me engano foram realizados e subscritos por Fröbel, em Rudolfstadt) continham cláusulas bem mais sedutoras do que aquelas que os mesmos colonos se viram persuadidos a aceitar, em Hamburgo, por ocasião do embarque e que deveriam cumprir no Brasil*[111].

Isso já se confronta com a idéia de encontrar aqui um Brasil maravilhoso, pois ao ir embarcar as coisas já mudaram, o contrato já não era mais tão atraente quanto o que os fizera tomar a decisão de ir, chegando ao Brasil tinham que se sujeitar a contratos bem mais prejudiciais aos colonos, e, aliás, é possível notar que Davatz era bem informado, tinha uma percepção muito grande do que estava acontecendo à sua volta e um grande repertório de informações.

Quanto a Günther Fröbel não podemos esquecer o papel fundamental do editor que como em todos os jornais "filtra as informações", além do mais é relevante notar que ele era dono de uma das agências as quais recebiam por emigrantes arregimentados e, aliás, eram os principais propagandeadores do Brasil e suas promissoras condições de trabalho. É gritante o quanto a carta destoa das revelações feitas por Davatz. Aliás, demonstra um imigrante maravilhado com o que encontrou, embora se trate de primeiras impressões, de um imigrante recém-chegado, que por não ter ainda mais experiências no interior da colônia talvez ainda

[110] ALVES, Débora Bendocchi. op. cit., p. 172-174.
[111] Idem. p. 85.

não tivesse se confrontado com dificuldades, tirando nosso pessimismo à parte, condições tão perfeitas em uma vida tão complexa seriam possíveis? Já existiu aqui na terra um lugar onde as pessoas vivessem como no céu? Se a carta fosse recheada de descontentamento, reclamações, denúncias, ela teria sido publicada? Ou ainda: podemos apostar na veracidade da carta, considerando-se seus possíveis usos pelos agenciadores?

Além disso, é possível perceber que simula uma adaptação muito rápida para alguém que veio de cultura diversa. Isso sem contar que a "verdade encontrada" parece por vezes irrealizada ou pouco plausível, visto que num país com crise de mão-de-obra nas lavouras se os patrões permitissem que os colonos trabalhassem somente quando quisessem, a necessidade não só deixaria de ser atendida e a produção cairia, como não valeria os esforços para os trazerem da Europa, mesmo porque as queixas de Thomas Davatz deixam claro que os suíços e alemães não vieram para cá a fim de tirar férias e nem desfrutar de lazer. Algumas informações são por vezes duvidosas. Davatz relata, por exemplo, que não era costume dos brasileiros criarem cabras, ovelhas, então como os fazendeiros cederiam aos colonos quantos desses animais eles solicitassem, acaso se os fazendeiros entregassem aos seus colonos a quantidade de animais e comida que eles pedissem não iria à falência?

Outro ponto dessa carta que me chamou a atenção foi que elementos idealizados que Davatz diz serem conteúdos das cartas aparecem na mesma, como uma grande coincidência. Aliás, é freqüente na carta a tentativa de se justificar, de responder a possíveis cartas enviadas anteriormente que remetiam à existência de um trabalho escravo, o autor faz questão o tempo todo de jurar estar dizendo a verdade já pressupondo que se fosse achar mentira as declarações contidas nela, temendo a idéia do embuste. Não se intenciona aqui dizer que o conteúdo da carta é falso, mas também não é possível dar credibilidade total ao seu conteúdo, visto que as relações sociais e de trabalho não se dão de modo tão tranqüilo e passivo. Ainda mais consciente de que o papel que aqui deve ser desempenhado enquanto historiadora deve ser de desconstruir esse "mundo perfeito", sem negar a fonte, mas lançando-lhe ao menos um olhar de desconfiança.

O quadro pintado pela carta acima transcrita parece realmente muito distante das memórias que Davatz narra a partir de sua experiência, ressalvando que são relatos de colônias diferentes e que assim possuem suas particularidades, pois encontram-se sob condições diferenciadas. No entanto, ambas colônias se ligavam a um conjunto de fatores mais amplos, como as condições econômicas do Brasil na época de carência de mão-de-obra, de enriquecimento dos fazendeiros que detinham a propriedade das terras, de ascensão e expansão do café, de estarem sob um mesmo sistema de trabalho, o de parcerias, ambos em

colônias de imigrantes e em uma sociedade onde as relações com o escravismo ainda estavam arraigadas nas práticas patronais. Assim, tais relatos (o de Davatz e o de Rossbach) possuíam com certeza pontos de distanciamento, mas também de proximidade, referiam-se a lugares diferentes, mas não a mundos diferentes, e devemos desconfiar de polarizações, de um antagonismo tão expresso, da oposição entre eles de um ser tão bom e o outro tão ruim.

A terra prometida de Rossbach contrapõe-se ao mundo de decepções de Davatz: "enganei-me redondamente. Não encontrei o que procurava. Fiz a minha desgraça e a desgraça dos meus. Oxalá pudesse voltar ao que era antigamente..."[112], é o relato que suas memórias reconstroem, pois afirma que era isso que escutava constantemente dos colonos à sua volta. J.J. Tschudi nos informa que: "Enquanto os agentes de Vergueiro ainda recrutavam colonos na Europa, lá já chegavam as primeiras cartas contendo relatos cheios de amargas queixas de acusações graves..."[113]. Percebe-se que nem todas as cartas eram censuradas, algumas de fato eram extraviadas ou continham endereços ilegíveis, mal redigidos e/ou incompletos, mas havia cartas que relatavam contentamento com a nova vida no Brasil, as narrativas e memórias eram múltiplas, pois as experiências eram diversas, cada uma com suas particularidades.

Thomas Davatz constrói um conjunto de explicações e justificativas pelas quais colonos escreviam cartas contando coisas boas a respeito de suas vidas no Brasil:

> *Com semelhante cegueira e com a ausência de instrução e de educação, não faltava quem pintasse um quadro muito parcial das coisas. Assim, por exemplo, enumeravam-se as coisas diversas incluídas nas listas de fornecimentos aos colonos, falavam-se dos roçados e nas bonitas casas que estes recebem, e também nas vacas, nos porcos, nas galinhas, mas sem notar o quanto custam, em que condições e de que modo são fornecidos os terrenos de plantios e habitações, qual o estado em que são entregues, quais os produtos que se obtêm, e de que qualidade são, a que ponto chega a falta de leite, de manteiga, de queijo, de ovos, não obstante as vacas e as galinhas... São esses os informes que tão boa impressão vem causar na Europa, mas que nada significam para aqueles que conheçam os fatos de perto*[114].

Essas explicações partem de alguém que já vivera a situação, estando de fora dela, volta o olhar para o que deixou para trás, já na Suíça escreve o livro, já com um distanciamento daquelas condições, já com um amadurecimento das idéias que tinha a cerca

[112] Ibidem. p. 247.
[113] TSCHUDI, Johann Jacob von, op. cit., p. 141.
[114] DAVATZ, Thomas. op. cit., p. 144.

do Brasil e a partir de uma experiência frustrada, das sensações que lhes eram presentes no momento da reconstrução das suas memórias é que ele constrói uma imagem do país. Enquanto o autor da carta Rossbach aparece como um imigrante que apresenta, ao menos na escrita, um contentamento, estes últimos relatos são também influenciados por sentimentos, mas de deslumbre, esperança e otimismo. No entanto, é preciso ponderar em que circunstâncias as cartas poderiam estar sendo escritas, mas isso será posto em questão mais à frente.

Para Davatz não era só a falta de instrução, mas em algumas pessoas o sentimento de vergonha, de honra, orgulho poderiam causar influência e até mesmo o ressentimento lhes deter na hora de compor as cartas:

> [...] *um fundo de ressentimento, que estimula a dizer maravilhas sobre as condições do país. Desejam dar uma resposta esmagadora a certas autoridades locais e a quem quer tivesse feito prognósticos maus sobre as colônias no Brasil: Vêem como os senhores estavam enganados? Nós é que tínhamos razão! Um sentimento de honra mal compreendido, mas muito freqüente leva também certas pessoas a deixar de escrever muitas verdades. Assim, é que certo colono, homem íntegro e sincero, chegou a declarar-me, conforme já referi de passagem: Arrependo-me por quantos cabelos tenho na cabeça, do dia em que me decidi a emigrar, mas não posso confessá-lo. O Sr X. predisse o que me sucederia. Em vez de dar crédito às suas palavras preferi confiar nas boas notícias que me chegavam e o resultado é que não poderei, já agora, declarar-lhe que estava errado. Limito-me a dizer como vou passando e silencio sobre o resto*[115].

É compreensível que a escrita de cartas fosse algo mais complexo, pois envolvia uma série de sentimentos e ressentimentos dos colonos (e também de seus parentes e amigos que ficaram nas terras de origem), talvez até pela própria distância entre uma realidade sonhada e a realidade encontrada. Não era tão fácil desconstruir toda uma imagem acerca do país para o qual defendiam outrora a idéia de imigrar, mesmo porque seria assumir terem se deixado enganar pelas propagandas. Entre os sentimentos que poderiam compor os ressentimentos dos colonos podemos listar o desgosto, a amargura, o descontentamento com a situação presente, até mesmo porque teriam errado em idealizar demais, em nutrir expectativas muito altas. Além disso, tinham que lidar com seus anseios por uma vida melhor, as paixões pelos que deixaram para trás acreditando que valeria a pena, ligando-se isso o remorso, além das

[115] Idem, ibidem.

paixões pelos que os criticavam, os dissuadiam e para os quais o orgulho não lhes deixaria reconhecer que estavam errados. Tudo isso contribuindo para se sentirem humilhados, contritos e enfim diante de um arrependimento, que não queriam ousar admitir.

Esse arrependimento era justamente a presença subentendida dos erros cometidos e suas conseqüências, a insatisfação causada por auto-agredir seus princípios de vida, as condutas que acreditavam ser o melhor para si e para os seus. Não só os colonos que apresentavam declarações omissas ou com conteúdos positivados de como viviam, mas também os próprios relatos de Davatz, que ao contrário, eram carregados de críticas e negatividade, expressavam ressentimentos – em ambos os casos, porque são justamente essas magoas latentes que despertam nossas memórias em maior profundidade. Além disso, por vezes o recalque é justamente a tentativa de disfarce dos ressentimentos, pois a exclusão do campo da consciência de certas idéias, sentimentos e desejos, que o indivíduo não queira admitir, não significam que não estejam mais ali, ao contrário, indicam sua presença contínua fazendo parte da vida psíquica e social do sujeito, alternando-se em momentos em que a memória voluntária e mecânica os afasta das lembranças e os momentos em que afloram involuntariamente, podendo ser despertados até violentamente.

Para Pierre Ansart os sentimentos e emoções que criam, recriam e incitam os ressentimentos são: a inveja, o ciúme, o rancor, a maldade e o desejo de vingança, e, além disso, ele acrescenta, "a experiência da humilhação e, igualmente a experiência do medo. A humilhação não provém apenas de uma inferioridade. Ela é a experiência do amor-próprio ferido, experiência da negação de si e da auto-estima suscitando o desejo de vingança"[116]. Ou seja, a humilhação e o orgulho-ferido, que somam-se também ao exemplo de ressentimento que Davatz nos dá, podemos ampliar ainda mais a lista com o sentimento de frustração, de decepção e a desilusão.

Para além da subjetividade dos que escreviam, outros fatores poderiam determinar a escrita de tais missivas. Pois ainda há mais a ser considerado em relação às correspondências, pois é possível acreditar com base nos relatos de Thomas Davatz que existia um sistema de censura nas fazendas, como ele atesta no caso da fazenda Ibicaba:

> *Muitas vezes ouvi considerações como esta: "Se escrevermos a verdade, as cartas não chegarão ao destino. Para que cheguem é preciso escrever apenas o que satisfaça...". Essa a explicação principal, a meu ver, do fato de não se divulgar a verdade. Em suma as cartas de pessoas consideradas perigosas são cuidadosamente*

116 ANSART, Pierre. op. cit., p.22

> *controladas, a correspondência violada, procurando-se suprimir meticulosamente as descrições exatas. Eu próprio, depois de escrever um relato tanto quanto possível fiel, tive minha correspondência sujeita a censura e recebi mesmo uma carta com o envelope aberto e outra intacta por fora, mas rasgada e amarrotada por dentro. Uma terceira chegou pelo menos às mãos do mensageiro da fazenda de Ibicaba (certamente chegou também à sede da fazenda), mas não a recebi*[117].

O autor descreve um ambiente de medo e precaução entre os colonos em relação ao conteúdo de suas cartas e seria este mais um dos fatores que na ótica de Davatz explicava a existência de tantas narrativas elogiosas quanto às condições dos colonos. Ele acaba assim por assumir que era uma pessoa considerada perigosa e que tinha sua correspondência vigiada. Ele detalha ainda mais a questão da censura das cartas:

> *Vi um atestado assinado por dois colonos, em que estes afirmam ter ouvido de um desempregado da firma Vergueiro em Santos a informação de que eles (os empregados) passavam ali às vezes noites inteiras a ler as cartas dos colonos, Uma senhora afiançou mesmo, e por escrito, que o sr. José Vergueiro, através de quem ela pretendera expedir uma carta fechada à família, abriu a mesma, leu o conteúdo e depois rasgou-a. Essa pessoa declarou que poderia apresentar uma testemunha do fato, a qual, porém, não morava mais em Ibicaba*[118].

Segundo Davatz, muitos colonos não sabiam a princípio enviar suas cartas a não ser por intermédio dos patrões ou do diretor da fazenda, e isso justificaria o fato ocorrido com a senhora citada no trecho acima, porém independente dos administradores remeterem as cartas ou não, poderia haver um crivo pelo qual passavam as mesmas, visto que o Senador Vergueiro zelava pela sua imagem e pela de Ibicaba como modelo de parceria, além do mais o descrédito do sistema poderia prejudicar seus negócios e sabemos que mecanismos de controle são usados para manter relações de poder. Seja como testemunha de algum fato, ou rememorando o que ele próprio experimentou ou ainda citando notícias e documentos, Davatz procura dar legitimidade às idéias que defende:

> *Para oferecer mais uma prova do que afirmo direi que um antigo colono que escrevera uma carta verídica recebeu por esse motivo, tempos após, uma repreensão, que o levou a ditar*

[117] DAVATZ, Thomas. op.cit., p. 148.
[118] Idem. p. 149.

> *outra carta, esta contendo elogiosas referências ao regime da fazenda. A que ele próprio escrevera não chegou à Europa, creio eu, enquanto a segunda, além de ir ao seu destino, foi reproduzida parcialmente em jornais e brochuras. Outro colono, dos antigos, conseguiu enviar à sua família uma exposição fiel das condições da terra, em que não se ocultava o que havia de ruim na colônia. Mais tarde também teriam recebido do diretor uma repreensão severa, e os demais parceiristas foram sujeitos a interrogatórios a fim de declararem se achavam ou não verdadeiras certas passagens destacadas da carta enviada, na qual se dizia, entre outras coisas, que os colonos eram escravos. Não é preciso salientar que a resposta dos colonos coincidiu precisamente com os desejos do diretor. Ignoro se tal resposta foi utilizada na Europa como depoimento em favor da firma Vergueiro, mas é provável que o tenha sido*[119].

As cartas que tinham mais chances de chegar ao destino eram as cartas positivas, ou recheadas de boas notícias, assim eram escolhidas para compor matérias de jornais brasileiros que elogiavam o sistema de parcerias de Vergueiro, bem como folhetos de propagandas na Europa, muitas cartas eram publicadas em jornais, e Davatz tinha conhecimento disso. A esse respeito ele diz:

> *Não conheço os motivos que levaram o ex-cônsul geral Sr. Perret-Gentil a derramar-se em louvores à empresa nos seus escritos. O certo, em todo o caso, é que esses escritos colocam a situação das colônias sob uma luz tão favorável que os louvores se tornam absolutamente suspeitos. É o menos que se pode dizer deles. Silenciam também sobre tudo quanto apresenta de ruim a condição dos colonos e, por outro lado, falam em vantagens que não existem de todo ou que, quando existam, não tem a significação que lhes é atribuída. Tudo isso, é claro, no caso das reproduções que desses escritos oferecem os periódicos sobre emigração serem absolutamente fiéis. São essas as penas com que se enfeita o sistema de colonização naquela província*[120].

Segundo nos informa o tradutor Sérgio Buarque de Holanda, em nota do livro de Davatz, as impressões de Carlos Perret-Gentil sobre Ibicaba e os colonos foram publicadas em um folheto intitulado "A Colônia Senador Vergueiro – Considerações, Santos 1851", o mesmo autor do artigo era administrador da fazenda, quando Tschudi visitou São Paulo. Acerca disso podemos analisar que a informação é algo que está sujeito à subjetividade daquele que a veicula, assim como a memória está sujeita as afetividades daquele que a

[119] Ibidem.
[120] Ibidem. p. 149-150.

reconstrói. Portanto, tanto a Colônia Senador Vergueiro construída por Perret-Gentil quanto a construída por Davatz são passíveis de desconfianças, pois nenhuma pode fazer uma reconstituição total do passado.

Em *Cartas de imigrantes como fontes para o historiador*[121], Débora Bendocchi Alves analisa correspondências da época que consistiam em cartas de imigrantes publicadas em jornais alemães e suíços, mas com um conteúdo bem diferente do livro publicado por Davatz, pois ao contrário, elas eram muito elogiosas do sistema de parceria e da vida dos imigrantes no Brasil, contudo temos que analisar o contexto em que foram produzidas e pensá-las com o olhar crítico do historiador.

Alguns desses jornais na Alemanha e na Suíça tinham o objetivo de informar e orientar os emigrantes que iriam se aventurar, e os artigos e cartas neles publicados apareciam como forma da população conhecer mais sobre o país para o qual iriam, além disso, havia todo um problema social que influenciava os fluxos de saída da população, sendo para as municipalidades, capitães de navios, agências que vendiam passagens, muitas, aliás, de donos de jornais, uma solução econômica e social.

As cartas dos emigrantes/imigrantes constituem fontes fundamentais para pensarmos o movimento migratório no século XIX. Elas construíram uma imagem do Brasil e do sistema de parceria e fizeram parte de estratégias de propaganda e incentivo para a saída de europeus, no caso alemães e suíços de suas "terras natais". Algumas experiências particulares se transformam em informações públicas através das publicações e o leitor buscava alimentar seus anseios de emigrarem. É claro que não podemos generalizar sucessos e fracassos particulares como a condição de todas as fazendas.

Os imigrantes, muitas vezes, queriam incentivar seus amigos e parentes a emigrar. Muitas cartas só falavam bem da nova experiência, talvez por orgulho e vergonha de admitirem suas decepções ou que estavam errados quando eram avisados e não escutaram, entre outros sentimentos. As cartas poderiam estar sendo irônicas, ou ter indícios da situação dos colonos, como contar discretamente, usar termos desconhecidos pelos administradores que leriam as cartas, poderiam ser interpretadas como o contrário do que estava escrito, enfim é difícil acreditar que todos espontaneamente apenas elogiavam o sistema. Os semanários por vezes encomendavam cartas e as selecionavam de acordo com o conteúdo, a fim de fazer propaganda para incentivar outros a comprar passagens e onerar menos as comunidades locais. As notícias se espalhavam pelas cidadezinhas e corriam de "boca em boca", divulgando informações sobre o Brasil, que era desconhecido na época para a maioria dos

[121] ALVES, Débora Bendocchi. op. cit., p. 155-184.

leitores dos jornais. Os jornais utilizavam as cartas como fontes da verdade, e os leitores poderiam estar lendo-as sem uma análise mais atenta das condições em que estas seriam produzidas.

As cartas não eram escritas livremente pelos colonos, mas sob controle de alguém no comando da fazenda. As cartas queixosas da miséria dos imigrantes não chegavam a seus destinos. Então o público quase não tomava conhecimento dos problemas enfrentados pelos colonos no Brasil. Alguns defendiam a inexistência da censura, alegando a falta de capacidade dos correios brasileiros de lidarem com endereços ilegíveis, com a língua alemã e os caracteres góticos que impossibilitariam saber o destino e despachar as cartas corretamente, contudo havia cartas que chegavam aos seus destinos e lembremos também que existia o consulado suíço que poderia auxiliar nessas traduções[122]. Os agentes de propaganda e as cartas contribuíram para a construção de uma imagem positivada e atrativa do Brasil no exterior. Mas a autoridade das cartas é discutível e questionada pela positivação que apresentavam do vivido. Pois havia muitos interesses, como dos jornais, dos fazendeiros, dos governos e dos próprios colonos, sendo que todos estes poderiam ter censurado tais correspondências.

São fontes, mesmo que não sendo donas da verdade, como, aliás, nenhuma fonte é, no entanto, elas possuem conteúdos que servem de material de pesquisa e análise para o historiador, relatam uma história e experiência de alguém, são documentos que com todas as condições em que foram produzidos devem ser "olhados" e pensados criticamente.

Este estudo se propôs a pensar as relações estreitas entre memória e história entremeada com diversas discussões que em seu trajeto passou pela análise das condições brasileiras e européias que propiciaram a vinda de imigrantes ao Brasil, pensando a crise da mão-de-obra e o processo de desenraízamento do escravismo na sociedade, bem como o início da implantação da mão-de-obra livre e as relações de trabalho que tal processo engendrou. Inserindo-se nessa época o sistema de parcerias, que foi aqui pensado na prática, através da experiência de uma das colônias que mais se destacou, é que buscamos uma compreensão histórica das memórias de um colono, às voltas com sua identidade num lugar estranho, considerando a questão da idealização e principalmente dos ressentimentos que expressa em seus relatos, os quais influenciaram na reconstrução das memórias e sua concepção daquele tempo vivido no interior de São Paulo.

---

[122] Essas questões das correspondências dos imigrantes, da censura das cartas e tópicos similares são discutidos de forma mais ampla por Débora Alves Bendochi em *Cartas de imigrantes como fontes para o historiador: Rio de Janeiro-Turíngia (1852-1853)*, embora seu espaço de estudo seja o Rio de Janeiro.

Capítulo III:

Considerações e reflexões finais sobre história, memória e ressentimento.

Nestas considerações finais é onde balizamos as idéias pinçadas ao longo do texto, pontuando temas como a alteridade, a memória da imigração inscrita na história, ressaltando a necessidade de levantarmos fontes, preservar arquivos pessoais, além disso, apontaremos sugestões para se trabalhar com semelhante temática, incentivando mais trabalhos nessa área a fim de alargar o entendimento acerca dessa história. É aqui que concluo minhas idéias, sem fechá-las sob o rótulo da conclusão, mas fazendo as últimas considerações do momento e cheia de expectativas para as possibilidades que se abrirão daqui por diante para a continuidade deste trabalho, focando aspectos para os quais até neste ponto não foi dada a devida atenção.

A experiência frustrada que o imigrante suíço teve no Brasil influenciou subjetivamente a construção de sua narrativa, além de pensarmos a reconstrução histórica daquele tempo sob o foco dos ressentimentos, procuramos considerar os sentimentos inseridos na narrativa que reconstrói as memórias do colono Thomas Davatz. Sendo uma das metas enfatizar as afetividades na construção do saber histórico, pois só o conhecimento não basta. Lembramos a partir das noções que construímos socialmente, e a memória, individual e/ou coletiva, assim como a história são influenciadas pelo presente e reconstruídas na atualidade. Em nosso presente, por exemplo, vivemos um movimento intenso de arquivar, de "gravar tudo" no cd-rom ou na "memória" do computador, vivemos num fluxo contínuo de informações, mas são superficiais e se faz imprescindível a reflexão sobre a memória e a análise histórica. A narrativa de Thomas Davatz foi nosso meio de acesso à algumas memórias daquele tempo, assim como necessitamos de suas memórias, estas necessitam da história, o livro de Davatz é um lugar de memória, uma memória que se fez a partir de um contexto histórico, ao passo que a própria memória também compôs uma história daquela experiência. A memória precisa de lugares para se expressar, e as lembranças de Davatz, a Ibicaba que ele viveu, a colonização e etc são lugares dessas memórias. Há uma dimensão subjetiva presente nas memórias de Davatz que nos mostram o quanto os sentimentos e suas re-atualizações (os ressentimentos) são importantes para a história.

Uma história que não considere as afetividades presentes nos sujeitos que as fizeram dá a impressão de uma história acinzentada, opaca, sem cor. A memória enriquece a história, pois esta tem um vínculo com a imaginação, já a história tem um papel mais restrito ao interpretativo, porém em ambas as sensibilidades estão presentes, nós é que precisamos atentar mais para isso: Acaso sujeitos que tiveram ações com grande repercussão na sociedade eram imunes aos afetos e desafetos a ponto de agirem objetivamente, distante do que pensavam e sentiam? Não dá para fugir das subjetividades, não dá para ser neutro. Ainda pensando como a necessidade da memória e da história são recíprocas podemos perceber que a memória não lembra exatamente do modo que o nosso intelecto entenda, mas opera tempos múltiplos. Então, para ser entendida a memória precisa por vezes da espacialização que a história cria para compreendê-la, bem como a história não opera com os tempos múltiplos da memória, mas divide o tempo em passado, presente e futuro, assim não teríamos acesso aos acontecimentos passados sem a memória, que por sua vez precisou ser historicizada, para ser compreendida e estudada. A memória sem a análise das condições históricas daquele tempo seriam "sem chão", bem como a história sem a memória dos sentimentos e ressentimentos, que influenciaram o percurso dos acontecimentos, seria pobre.

Analisando toda a experiência da fazenda Ibicaba precisamos reconhecer que por sua iniciativa ela desempenhou importante papel na imigração para o nosso país, foi uma experiência marcante na introdução da mão-de-obra livre, teve uma produção significativa de café. O levante dos colonos que ficou conhecido como "a revolta dos parceiros", além de outras minúcias, contadas por Davatz em seu relato de memórias que virou livro, influenciou medidas das municipalidades européias proibitivas da imigração para o Brasil.

A parceria acabou consistindo em um modo de trabalho intermediário entre o escravo e o assalariado, pois por volta de 1860 já se tinha notícia de contratos com trabalhadores livres que recebiam salários. De modo geral, as memórias de um colono no Brasil de Thomas Davatz tiveram implicações na sociedade da época tanto Européia, como por exemplo, o reescrito de Heydt como no Brasil, onde o governo encomendou a um alemão a produção de um livro similar ao de Davatz, porém com uma imagem inversa do país e do sistema de parceria, bem como a vida nas colônias totalmente positivadas e relatando sucessos de imigrantes, tal obra se chamou "*O que Jorge conta sobre o Brasil*"[123], obra que gostaria muito de ter trabalhado como contraponto à obra de Davatz, porém não tive ainda acesso à mesma,

[123] HORMEYER. *O que Jorge conta sobre o Brasil*. trad. de General Bertholdo Klinger. -. Imprenta, Rio de Janeiro : Presença, 1966. 233 páginas. E possível fazer comutação bibliográfica inter-bibliotecas e trazê-lo a Universidade Federal do Paraná (UFPR), ou encomendá-lo a uma livraria, no entanto, ambas as formas levariam por volta de 30 dias e assim não teria tempo hábil para utiliza-lo no presente trabalho.

somente notícia, mas fica aqui a indicação dessa importante fonte para outros e assim que oportuno farei bom uso da mesma.

É claro que não só a imagem que o europeu Davatz tinha do Brasil foi alterada com sua vivência efetiva aqui, mas os imigrantes também deixaram suas impressões, também influenciaram a cultura da região, também estabeleceram relações, vínculos, trocas de conhecimento, pois ninguém está isento do social, e a própria revolta dos colonos também teve sua fama no entorno, nas cidades e vilas vizinhas. Enfim de ambas as partes a concepção e a relação com o outro foi transformada.

O caminho que trilhei buscou não só uma melhor compreensão da imigração para o Brasil e como foram estabelecidas as relações entre colonos e fazendeiros, nem apenas como as diversas culturas em confronto se apropriaram uma das outras. Mas foi focado em analisar como as memórias se inscrevem na história e como os sentimentos presentes nos sujeitos envolvidos têm papel fundamental. Pude perceber ao longo da trajetória que percorri – passando por uma análise dos relatos de memória de Thomas Davatz e pelas memórias dos diários de viajantes – que a memória sempre carrega os sentimentos e ressentimentos consigo, ela não os pode ignorar, pelo contrário nossos sentimentos nos inspiram a lembrar e nossas lembranças, por sua vez, afloram o que sentimos.

Este trabalho tocou em vários temas importante inter-relacionados ao objeto principal de análise, o sistema de parcerias vivido por imigrantes suíços e alemãs no Brasil, desenvolvido em torno da fonte principal que foi as *Memórias de um Colono no Brasil* de Thomas Davatz documento este que nos inspirou a responder à necessidade da história reconhecer a importância dos sentimentos e ressentimentos em suas análises e enfrentando com mente e peito aberto o debate acerca das relações entre memória e história. Partindo disso refletimos como a memória se inscreve historicamente, como é despertada pelas nossas sensações e afetividades e assim fomos um pouco mais além, pois tocamos em diversos assuntos correlacionados como emigração/imigração, processo de transformação da mão-de-obra escrava para a livre, relações de trabalho, legislação da época, questão agrária, imagem do Brasil na Europa, identidade, cultura, alteridade, estereótipos, ressentimentos, entre outros que é claro mereceriam ser pensados de forma mais ampla, embora tivemos a oportunidade de lhes destinar um tímido espaço, porém fundamental.

É importante lançar algumas possibilidades para o desenvolvimento deste tema, fazendo projeções para uma possível continuidade deste trabalho, por isso ficam sugestões abertas para aqueles que apreciarem este assunto.

Este é um tema que aponta para vários caminhos possíveis, e a partir do qual muitas pesquisas podem surgir, tanto na exploração das fontes existentes quanto no levantamento e busca de novas fontes, como, por exemplo, o relato de pessoas que viveram ou tiveram parentes que viveram tais experiências, trabalhar com fotografias e representações da Fazenda Ibicaba, enfim o campo está aberto aos rumos e opções que os historiadores decidirem tomar, muito ainda está por ser desvendado e discutido, precisamos seguir os indícios incansavelmente e sermos sensíveis à eles, para ler nas entrelinhas, pois esta é uma tarefa que exige sensibilidade.

Uma das possibilidades para trabalhar este tema seria focar na visão dos jornais suíços da época e/ou traçar uma relação com os jornais do Brasil, bem como investigar como os fazendeiros, a corte, representavam esta história, do que deve haver resquícios nos materiais didáticos até hoje, a história da imigração, do café e do trabalho no nosso país. Por isso, a análise da obra de Davatz que se procurou fazer aqui é diferente de investigar a visão construída no Brasil sobre o mesmo assunto, que é parte do que me propus a fazer, mas para não ter uma visão só da parte e também não ter só uma visão do todo e sim ambas. Embora para fazer um questionamento mais amplo e mais rico dessas memórias constituídas historicamente é preciso alargar os limites que o tempo presente me impõe.

É claro que falo de um determinado lugar, como alguém que está concluindo uma faculdade de História no século XXI sob outras circunstâncias históricas, e que analiso a visão de alguém que fora estrangeiro em meu país, que por ser suíço possuía outra visão de mundo, mas com certeza há pontos comuns e incomuns em nossas concepções.

Quanto aos resultados que se pretende aqui expor, trata-se de reflexões até o ponto em que se chegou, mas não são conclusivos, são alguns resultados alcançados, apresentados como "conclusões", ou seja, apontamentos que foram surgindo durante todo o percurso deste estudo.

Uma das conclusões a que cheguei é que é preciso lançar um novo olhar para o passado sem dissociar os sentimentos da compreensão histórica, pois a memória dos fatos nunca é retomada, acessada sem trazer consigo o tom dos afetos e desafetos, o lembrar não é neutro, é sempre subjetivo, a historiografia precisa rever muitos temas sob essa ótica, pois só temos a ganhar com o enriquecimento que memórias afetivas trarão à história.

Outra conclusão é que há várias fontes produzidas sobre o assunto da imigração, intencionalmente e não intencionalmente, mas são pouco disponibilizadas e aproveitadas. Além do mais, é preciso construir um acervo com relatos de pessoas e parentes de pessoas que viveram tais experiências, seja de forma escrita e/ou falada.

Este foi um trabalho de pesquisa, de busca por fontes, de leitura e interpretação, de análise histórica e um momento onde pude repensar algumas coisas que aprendi durante todo o curso, visto que a história nos ajuda a compreender as relações humanas que vivemos assim como nossa vida nos ajuda na compreensão histórica.

Logo este primeiro trabalho sistematizado de pesquisa, da graduação, que pensa a memória da imigração e dos trabalhadores livres no sistema de parceria que existiu nas fazendas de café do interior do Brasil do século XIX, discutiu como foram construídas historicamente. A pesquisa teve como objetivo compreender como a memória se inscreve na história, e é impulsionada e movida pelos sentimentos e ressentimentos, tendo como objeto de pesquisa a memória dos imigrantes, em particular suíços e alemães, a fim de pensar a relação desse tema com o nosso presente.

Anexos

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI No 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.

Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de extrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação extrangeira na forma que se declara D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1° Ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2° Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Paragrapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50$ a 200$000.

Art. 3° São terras devolutas:

§ 1° As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2° As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3° As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apezar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4° As que não se acharem occupadas por posses, que, apezar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.

Art. 4° Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com principios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionario, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5° Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes:

§ 1° Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, comprehenderá, além do terreno aproveitado ou do necessario para pastagem dos animaes que tiver o posseiro, outrotanto mais de terreno devoluto que houver contiguo, comtanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual ás ultimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha.

§ 2° As posses em circumstancias de serem legitimadas, que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo, não incursas em commisso ou revalidadas por esta Lei, só darão direito á indemnização pelas bemfeitorias.

Exceptua-se desta regra o caso do verificar-se a favor da posse qualquer das seguintes hypotheses: 1ª, o ter sido declarada boa por sentença passada em julgado entre os sesmeiros ou concessionarios e os posseiros; 2ª, ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco annos; 3ª, ter sido estabelecida depois da dita medição, e não perturbada por 10 annos.

§ 3° Dada a excepção do paragrapho antecedente, os posseiros gozarão do favor que lhes assegura o § 1°, competindo ao respectivo sesmeiro ou concessionario ficar com o terreno que sobrar da divisão feita entre os ditos posseiros, ou considerar-se tambem posseiro para entrar em rateio igual com elles.

§ 4° Os campos de uso commum dos moradores de uma ou mais freguezias, municipios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a pratica actual, emquanto por Lei não se dispuzer o contrario.

Art. 6° Não se haverá por principio do cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derribadas ou queimas de mattos ou campos, levantamentos de ranchos e outros actos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura effectiva e morada habitual exigidas no artigo antecedente.

Art. 7° O Governo marcará os prazos dentro dos quaes deverão ser medidas as terras adquiridas por posses ou por sesmarias, ou outras concessões, que estejam por medir, assim como designará e instruirá as pessoas que devam fazer a medição, attendendo ás circumstancias de cada Provincia, comarca e municipio, o podendo prorogar os prazos marcados, quando o julgar conveniente, por medida geral que comprehenda todos os possuidores da mesma Provincia, comarca e municipio, onde a prorogação convier.

Art. 8° Os possuidores que deixarem de proceder á medição nos prazos marcados pelo Governo serão reputados cahidos em commisso, e perderão por isso o direito que tenham a serem preenchidos das terras concedidas por seus titulos, ou por favor da presente Lei, conservando-o sómente para serem mantidos na posse do terreno que occuparem com effectiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto.

Art. 9° Não obstante os prazos que forem marcados, o Governo mandará proceder á medição das terras devolutas, respeitando-se no acto da medição os limites das concessões e posses que acharem nas circumstancias dos arts. 4° e 5°.

Qualquer opposição que haja da parte dos possuidores não impedirá a medição; mas, ultimada esta, se continuará vista aos oppoentes para deduzirem seus embargos em termo breve.

As questões judiciarias entre os mesmos possuidores não impedirão tão pouco as diligencias tendentes á execução da presente Lei.

Art. 10. O Governo proverá o modo pratico de extremar o dominio publico do particular, segundo as regras acima estabelecidas, incumbindo a sua execução ás autoridades que julgar mais convenientes, ou a commissarios especiaes, os quaes procederão administrativamente, fazendo decidir por arbitros as questões e duvidas de facto, e dando de suas proprias decisões recurso para o Presidente da Provincia, do qual o haverá tambem para o Governo.

Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar titulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por effeito desta Lei, e sem elles não poderão hypothecar os mesmos terrenos, nem alienal-os por qualquer modo.

Esses titulos serão passados pelas Repartições provinciaes que o Governo designar, pagando-se 5$ de direitos de Chancellaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 500 braças por lado, e outrotanto por cada igual quadrado que de mais contiver a posse; e além disso 4$ de feitio, sem mais emolumentos ou sello.

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessarias: 1°, para a colonisação dos indigenas; 2°, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3°, para a construção naval.

Art. 13. O mesmo Governo fará organizar por freguezias o registro das terras possuidas, sobre as declaracões feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas áquelles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexactas.

Art. 14. Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta publica, ou fóra della, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta á venda, guardadas as regras seguintes:

§ 1° A medição e divisão serão feitas, quando o permittirem as circumstancias locaes, por linhas que corram de norte ao sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em angulos rectos, de maneira que formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado demarcados convenientemente.

§ 2° Assim esses lotes, como as sobras de terras, em que se não puder verificar a divisão acima indicada, serão vendidos separadamente sobre o preço minimo, fixado antecipadamente e pago á vista, de meio real, um real, real e meio, e dous réis, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes e sobras.

§ 3° A venda fóra da hasta publica será feita pelo preço que se ajustar, nunca abaixo do minimo fixado, segundo a qualidade e situação dos respectivos lotes e sobras, ante o Tribunal do Thesouro Publico, com assistencia do Chefe da Repartição Geral das Terras, na Provincia do Rio de Janeiro, e ante as Thesourarias, com assistencia de um delegado do dito Chefe, e com approvação do respectivo Presidente, nas outras Provincias do Imperio.

Art. 15. Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o titulo de sua acquisição, terão preferencia na compra das terras devolutas que lhes forem contiguas, comtanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessarios para aproveital-as.

Art. 16. As terras devolutas que se venderem ficarão sempre sujeitas aos onus seguintes:

§ 1° Ceder o terreno preciso para estradas publicas de uma povoação a outra, ou algum porto de embarque, salvo o direito de indemnização das bemfeitorias e do terreno occupado.

§ 2° Dar servidão gratuita aos vizinhos quando lhes for indispensavel para sahirem á uma estrada publica, povoação ou porto de embarque, e com indemnização quando lhes for proveitosa por incurtamento de um quarto ou mais de caminho.

§ 3° Consentir a tirada de aguas desaproveitadas e a passagem dellas, precedendo a indemnização das bemfeitorias e terreno occupado.

§ 4° Sujeitar ás disposições das Leis respectivas quaesquer minas que se descobrirem nas mesmas terras.

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalisados querendo, depois de dous annos de residencia pela fórma por que o foram os da colonia de S, Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do municipio.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Aos colonos assim importados são applicaveis as disposições do artigo antecedente.

Art. 19. O producto dos direitos de Chancellaria e da venda das terras, de que tratam os arts. 11 e 14 será exclusivamente applicado: 1°, á ulterior medição das terras devolutas e 2°, a importação de colonos livres, conforme o artigo precedente.

Art. 20. Emquanto o referido producto não for sufficiente para as despezas a que é destinado, o Governo exigirá annualmento os creditos necessarios para as mesmas despezas, ás quaes

applicará desde já as sobras que existirem dos creditos anteriormente dados a favor da colonisação, e mais a somma de 200$000.

Art. 21. Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessario Regulamento, uma Repartição especial que se denominará - Repartição Geral das Terras Publicas - e será encarregada de dirigir a medição, divisão, e descripção das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalisar a venda e distribuição dellas, e de promover a colonisação nacional e estrangeira.

Art. 22. O Governo fica autorizado igualmente a impor nos Regulamentos que fizer para a execução da presente Lei, penas de prisão até tres mezes, e de multa até 200$000.

Art. 23. Ficam derogadas todas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 18 dias do mez do Setembro de 1850, 29° da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com a rubrica e guarda.
Visconde de Mont'alegre.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, sobre terras devolutas, sesmarias, posses e colonisação.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.
João Gonçalves de Araujo a fez.
Euzebio de Queiroz Coitiuho Mattoso Camara.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 20 de Setembro de 1850. - Josino do Nascimento Silva.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 20 de setembro de 1850. - José de Paiva Magalhães Calvet.

Registrada á fl. 57 do livro 1° do Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 2 de outubro de 1850. - Bernardo José de Castro

*** Nota: Texto redigitado e sujeito a correções.**

Retirado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm> Acesso em: 17/11/2008

Carta de um imigrante publicada num jornal na Alemanha, região da Turíngia, No jornal "Fliegende Blätter für Auswanderer ("Folhetos para Emigrantes"). Editado por G. Froebel em Rudolstadt

N.° 8, fim de agosto de 1852. "Boas notícias do Brasil"

Ao Sr. Christoph Münch em Ranis na rua Strumpfwirkerm.
Colônia Independência, Província do Rio de Janeiro.

Louvado seja Deus, queridos pais! Podemos agora afirmar que as cartas impressas que lemos em Ranis só continham verdades. O que eu começo aqui, dá certo. As casas foram sorteadas; eu tenho a de n° 4 com a mais bela plantação de café. Eu e a minha esposa colhemos diariamente de 2 a 4 cestos. Nós podemos trabalhar quando nos apetece. Ninguém nos diz nada; se trabalharmos muito, ganhamos muito, de 1 a 4 mil réis (1 mil réis equivale a cerca de 25 Sgr) diariamente para cada um. Nós vivemos aqui livres como passarinhos; podemos, além disso, caçar, pescar e fazer o que nos agrada. Todos os domingos há música para dançar. Minha esposa e filha receberam de presente de boas-vindas brincos de ouro e nós logo compramos roupas melhores e de acordo com a moda daqui. Quando vamos passear, não nos deparamos com ninguém que nos diga: 'Pague, ou eu te processo ou penhoro seus bens, seu cafajeste!', como acontece freqüentemente na Alemanha. Mesmo os escravos vivem aqui em melhor do que um camponês mediano na Alemanha. Esta mão que está escrevendo, e que meu pai tão bem conhece, há de apodrecer se isto não for a pura verdade.

No dia 3 de março, quando chegamos em Cahla, a sorte já começou. No dia 5, um trem suplementar nos transportou, em um dia, para Hamburgo; no dia 10 embarcamos no navio e viajamos um total de 8 semanas. Infelizmente não podíamos entender o dialeto dos marujos, motivo pelo qual eles às vezes eram rudes. Minha filha diz quase todos os dias: "Pai, o que fariam meus avós; ah, se eles estivessem aqui e pudessem comer conosco!" Da mesma maneira os nossos amigos em Gefell e Külmla. Temos a impressão de que vivemos no paraíso ou no céu. Apesar de haver madeira em abundancia e de ser inverno aqui agora (maio, junho, julho), não precisamos de aquecimento. Toda (a madeira) é queimada. Durante a viagem até aqui recebemos, duas vezes por dia, carne, pão branco, às vezes cerveja e vinho também. Aqui na colônia não há taberna; mas, certamente, se o taberneiro Walther tivesse vindo, em breve haveria também cerveja. Walther, venha, tenho sede! Porém, temos boa água e bom café. Este último não é como na Alemanha: de 14 grãos 15 xícaras, mas sim, minha mulher pega mãos cheias (de grãos). Ah, se vocês ao menos tivessem o café que aqui ninguém se dá o trabalho de colher! É verdade que aqui é quente, mas dá para agüentar bem. Nós chegamos na nossa fazenda no dia da Assunção e no dia seguinte já nos instalamos na nossa casa. No primeiro dia do feriado de Pentecostes fui passear montado num lindo cavalo e muitos outros foram juntos. Logo chegamos a uma outra fazenda, cujo proprietário nos convidou para comer; havia 16 tipos de pratos e vinho à vontade. Foi uma bela acolhida! Eu agradeço a Deus por estar no Brasil; nos diziam lá (na Alemanha) que nós seríamos escravos, mas nossa situação atual comparada com a de antes, atesta o contrário: lá éramos escravos; aqui vivemos na Terra Prometida, melhor do que os mais abastados em Ranis. Minha casa é grande, podendo vocês morarem nela: três grandes aposentos e uma cozinha.; Ainda não possuo gado, pois estão faltando os currais; logo começarei a construí-los e, então, receberei a quantidade de cabeças de gado que eu desejar; cavalos, muares, bois, vacas, ovelhas, porcos, galinhas, gansos e muitos outros animais vivem soltos por aí. A nossa alimentação é composta de arroz, feijão, duas espécies de farinha, sendo uma um tipo d trigo, mas muito nutritiva, carne de porco e vaca, açúcar, aguardente, batatas, frutas como, por exemplo, laranjas e bananas. A colheita de café começou no dia 27 de maio e dura 3 meses; então iremos receber todos as espécies de frutas para plantar; primeiro temos que preparar o solo para isso. Digo novamente: é verdade o que escrevo.Adeus! Seu querido filho. **F. Rossbach e família.**

ANEXO N.º 1

"Contracto de parceria celebrado entre Vergueiro & Cia. e os abaixo assignados, por intermedio do Snr. Dr. F. Schmidt, em Hamburgo, em nome da referida sociedade".

ART. 1.º

O colono ..... sua mulher ..... e ..... filhos, de ..... e ..... assumem, por sua livre e espontanea vontade, o compromiso de embarcar a bordo do navio..... commandante ..... a ..... no porto de Hamburgo e dirigir-se a Santos, Provincia de São Paulo, Brasil.

ART. 2.º

O Snr. M. Valentim, de Hamburgo, se encarregará dos sobreditos colonos de Hamburgo a Santos, subsistencia inclusive, mediante os preços seguintes:

a) Para cada pessoa adulta, do sexo masculino ou feminino, com mais de dez (2) annos de idade ..... piastras, ou sejam ..... francos.

b) Para crianças de um ou de outro sexo, com menos de dez annos de idade ..... piastras, ou sejam ..... francos.

c) Terão transporte e subsistencia gratis as crianças de menos de um anno.

---

(2) Na ocasião de minha viagem o limite entre crianças e adultos foi fixado na idade de oito anos.

ART. 3.º

Logo que tenha chegado ao porto de Santos o sobredito colono deverá por-se á disposição de Vergueiro & Cia., que cuidará de accolhel-o, agazalhal-o e conduzil-o ao seu lugar de destino.

ART. 4.º

Vergueiro & Cia. obrigam-se:

1 — A adeantar ao sobredito colono a somma necessaria para o transporte de Hamburgo a Santos, na provincia de São Paulo.

2 — A fornecer a cada um dos referidos colonos, logo á sua chegada, o importe das despezas feitas com sua subsistencia e transporte a uma das colonias de Vergueiro & Cia., alem daquillo de que precise para manter-se até ao momento em que possa sustentar-se pelo trabalho que lhe fôr facultado.

3 — A attribuir a cada pae de familia a porção de cafeeiros que elle possa cultivar, colher e beneficiar.

4 — Facultar ao colono o plantio em terras adequadas e em lugar designado dos mantimentos necessarios para o seu sustento.

ART. 5.º

O sobredito colono obriga-se ao seguinte:

1 — A conduzir-se pacificamente sem pertubar ou prejudicar a seus vizinhos nem a colonia.

2 — A cultivar e colher como convem os cafeeiros recebidos, depositando o café colhido no lugar marcado no cafesal onde o entregará por medida ao recebedor da fazenda.

3 — A concorrer em commum com o serviço correspondente á quantidade do café entregue para o trabalho que o mesmo exige até entrar no mercado.

4 — A pagar quatrocentos reis por arroba de café — correspondente a três alqueires rasos de café em cereja — até que o trabalho referido no artigo precedente, trabalho em commum, tenha tido seu curso normal (3).

(3) Esse parágrafo e o seguinte não constam do contrato primitivo tal como vem reproduzido no livro já mencionado de Carlos Perret-Gentil — *op. cit.* ps. 99 sq. (T.)

5 — A replantar as faltas que ocorrerem na parte do cafesal a seu cargo.

6 — A pagar a Vergueiro & Cia. o montante da passagem, sustento e auxilios recebidos, que vencerão os juros legaes de seis por cento contados da data em que for feita a despeza — pelo que ficarão os colonos *solidariamente* responsaveis — applicando na amortização de tal divida pelo menos metade dos seus lucros annuaes.

7 — Os colonos terão de respeitar os regulamentos estabelecidos na colonia.

ART. 6.º

Vendido o café por Vergueiro & Cia. pertencerá a estes a metade do seu producto liquido, e a outra metade ao dito colono.

ART. 7.º

Nos generos alimentares produzidos pelo colono, sendo por elle consumidos não terão Vergueiro & Cia. parte alguma, porém terão metade das sobras alienadas.

ART. 8.º

Vergueiro & Cia. não poderão desonerar-se das obrigações deste contracto emquanto o dito colono cumprir fielmente as suas; é porém livre a este retirar-se depois de satisfazer a Vergueiro & Cia. o que estiver devendo, participando-lhe com um anno de antecedencia (4) por escripto a intenção de se retirar e sujeitando-se ao pagamento da multa de 50$000 por pessoa no caso de abandonar a colonia antes de pagar a divida ou sem antecipar a declaração de sua intenção.

ART. 9.º

Todas as duvidas que ocorrerem entre os contractantes serão decididas por subditos perante a autoridade competente do paiz, sem mais formalidade nem recurso de appellação.

---

(4) ".....seis meses antes", reza o contrato primitivo. V. nota anterior. (T.)

ART. 10.º (5)

Vergueiro & Cia. poderão transferir o presente contracto com todas as clausulas nelle contidas para qualquer outro fazendeiro, desde que o dito colono ..... não tenha nenhum motivo justo ou fundado para recusar essa transferencia.

ART. 11.º

Os colonos abaixo assignados declaram-se de accordo com as condições relacionadas nos paragraphos precedentes e contrahe desde já a divida de ..... piastras por ..... pessoas de sua familia.

(Seguem lugar e data da assinatura do contrato bem como as firmas dos agentes principais e colonos).

Artigos Supplementares

1.º — ..... declara ter recebido de sua municipalidade ..... para preparativos para o embarque, viagem a Hamburgo e transporte a Santos ..... frs. ..... cts. (por extenso ..... francos) ou sejam ..... piastras.

2.º — A familia abaixo-assignada obriga-se solidariamente a amortizar a divida contrahida com a municipalidade de ....., deendo a amortização effectuar-se no curso de cinco annos, a partir do segundo, mediante quotas annuaes equivalentes á quarta parte da somma para o que vigorará o presente contracto entre as partes interessadas por um prazo de cinco annos.

3.º — Para os pagamentos annuaes á municipalidade de ....., conforme as estipulações acima, obrigam-se Vergueiro & Cia. a entregar metade do producto da venda do café e outros generos, da parte pertencente aos colonos (V. arts. 6.º e 7.º), logo após a sua venda, ao Snr. ....., que se incumbirá de encaminhar as referidas sommas á municipalidade de ..... recebendo o mesmo

(5) Os artigos 10.º e 11.º bem como os artigos suplementares não figuram no contrato primitivo referido nas notas anteriores. (T.)

Snr. ....., pelas vias officiais, os poderes necessarios da sobredita municipalidade.

4.º — Os emigrantes abaixo-assignados declaram-se de accordo com as condições expressas nos artigos precedentes, confessando-se devedores da somma de ..... frs. e ..... cts. (por extenso ..... francos) para ..... pessoas.

(Seguem-se as assinaturas dos colonos dos conselheiros municipais, do delegado da companhia em Hamburgo, dos cônsules do Brasil e da Suíça. A assinatura do delegado da companhia é precedida da seguinte declaração: "Em nome de Vergueiro & Cia. de Santos subscrevo o presente contrato, responsabilizando-me provisòriamente pela sua execução.

Hamburgo,

Dr. Schmidt.

ANEXO N.º 8

Relação das Queixas dos Colonos

1.º — A casa Vergueiro reduz a moeda brasileira as dividas contrahidas em suas terras pelos colonos que imigraram com adeantamentos de suas municipalidades e contractos com a mesma companhia, baseando-se em calculos taes que os colonos saem na maioria dos casos prejudicados. Os francos franceses e suissos são cotados frequentemente a 377 reis, ao passo que de outras vezes são avaliados em mais ou em menos do que isso. Em todos os casos, porém, as cotações são exageradas. Vergueiro & Cia. lesam assim os colonos acenando-lhes com a miragem da felicidade e attrahindo-os a estas terras para tratal-os depois de maneira bem diversa daquella com que os seduziram. A reducção a moeda brasileira, de que acima se falou, é de todo desnecessaria. A casa Vergueiro está obrigada a pagar os credores europeus apenas na mesma moeda com que foram feitos os emprestimos aos colonos; na maioria dos casos taes sommas são livres de onus, mas ainda no caso em que fosse necessario o pagamento de juros estes poderiam ser deduzidos dos lucros obtidos, sem reducção do capital e sem que a companhia procurasse passar, á custa dos colonos, como credora destes e devedora das municipalidades.

2.º — Quando um colono chega aqui com uma divida e paga-a na mesma moeda em que o emprestimo fôra feito inicialmente, essa moeda é cotada a um cambio mais baixo do que o da divida. O franco por exemplo é avaliado em 320 reis.

3.º — A casa Vergueiro commetteu uma grave injustiça contra o oleiro Forster, que fez a viagem mediante adeantamento da companhia, depois de ter estabelecido e combinado, ainda na Europa, um ordenado annual fixo. A reducção de sua divida e de seu ordenado a moeda do paiz effectuou-se sobre bases tão differentes, que elle se sentiu lesado.

Alem disso foram deduzidos de seu pagamento as sommas que corresponderiam a todos os domingos e dias santos embora ninguem possa negar que esses dias fazem parte do anno.

4.º — A casa Vergueiro debita aos colonos que receberam de suas municipalidades adeantamentos sem onus para a viagem, juros de 6%, desde o principio. Em conclusão: embolsa quantias que não lhe pertencem e lesam com isso os pobres colonos.

5.º — A casa Vergueiro declara na Europa, por intermedio de seus agentes ou nos ajustes para a viagem, que chegando á America o colono não terá nenhuma taxa a pagar, e nada diz a respeito de qualquer commissão a ser paga. Sem embargo disso, porém, onera aqui cada pessoa de mais de 8 a 10 annos e cada duas crianças de menos do que essa idade, até um anno, com dez mil reis. Essa taxa é chamada dinheiro de commissão.

6.º — A casa Vergueiro debita aos colonos, pela viagem de Santos á colonia, sommas exageradas, que devem ser qualificadas de illegaes visto como, segundo nos consta, os colonos deveriam ser transportados gratuitamente desde aquelle porto até ás fazendas. Nada figura em nossos contractos a respeito da necessidade de tal pagamento.

7.º — A casa Vergueiro cobra por uma pessima casa de residencia, onde o morador é obrigado constantemente a fazer melhoramentos e concertos, afim de que não venha quasi abaixo e onde durante os fortes temporaes tudo fica encharcado, o aluguer annual de doze mil reis. Esse aluguer annual é cobrado mesmo áquelles que tiveram promessa de habitação gratuita. Os colonos recem-chegados são forçados por vezes a esperar longo tempo por uma casa e emquanto não a obtêm são mettidos nas habitações dos mais antigos ou de preferencia no predio destinado á escola, onde se encurralam três, seis e até dez familias, expostas, assim, a toda especie de doenças e epidemias. Nas habitações definitivas, pelas quaes se cobra o aluguér acima referido, compete ao colono fazer tudo pois são fornecidas apenas com quatro paredes, o telhado, duas portas e duas janelas. Compete-lhe limpar a casa do capim e das touceiras, que crescem livremente no interior, aplainar o chão tosco; erguer as paredes internas; fazer um fogão etc. Quasi sempre falta o curral e o cercado, e quando existem eleva-se o aluguér.

8.º — A casa Vergueiro promette facultar aos colonos em terras adequadas e em lugar designado o plantio dos mantimentos necessarios ao seu sustento. No entanto designa-lhes frequentemente roças onde o

plantio já não pode ser effectuado em bôas condições e em epoca na qual o rendimento só pode ser escasso. Nenhum colono dispõe de terras sufficientes para retirar aquillo que exige o seu sustento. Muitos não conseguem sequer plantar milho, arroz e feijão em quantidade sufficiente e quando, por exemplo, um colono chega a vender algum desses artigos ou ainda um porco bem nutrido e gordo afim de comprar outros mantimentos indispensaveis como assucar, sal ou carne de vacca, o Snr. Vergueiro apodera-se muitas vezes de metade do producto da venda. Alem disso grande numero dessas roças são de terras aridas, pedregosas e estragadas, tudo indicando que ainda ficarão peóres dentro de dois annos, quando a grande maioria das terras disponiveis já não poderão ser usadas para a producção de mantimentos devido aos cafeeiros que nellas se plantam.

9.º — A casa Vergueiro está longe de entregar aos colonos sequer metade do producto liquido da venda do café colhido. Três alqueires de café em cereja, conforme resulta da experiencia e do testemunho de outros lavradores, podem dar duas, mas nunca uma arroba de peso, e no entanto paga-se apenas uma arroba e provavelmente nem isso, pois estamos profundamente convictos, embora sem ter meios de proval-o, de que os preços estipulados para os colonos são bem inferiores aos que correm no mercado. A casa Vergueiro não fornece nenhum dado comprobatorio de sua exactidão nos extractos de conta apresentados. Nada sabemos acerca das despezas que entram nas contas, pois não nos é dado assistir á factura das mesmas e somos forçados a entregar por algumas semanas as nossas cadernetas, unico meio de controle de que dispomos, até o dia em que vamos em conjunto recebel-as das mãos do senhor director. É nesse dia que temos de subscrever no grande livro da fazenda, balanços de cuja exactidão não temos provas. E é então que recebemos pelo café colhido, como succedeu no anno passado, pagamentos, muito inferiores ao promettido. Nada prevê nosso contracto sobre uma commissão de venda. Nelle se lê apenas, no artigo 6.º, que vendido o café por Vergueiro & Cia. pertencerá a estes a metade de seu producto liquido, e a outra metade caberá ao colono. Estamos igualmente convencidos de que o Snr. Vergueiro debita uma somma exagerada pelo transporte do café. O resultado de tudo isso é que o café colhido em 1855 foi pago em 31 de julho de 1856 á razão de 467 reis por alqueire, quando faziamos jús, segundo nos parece, a cerca de mil reis.

10.º — Estamos firmemente convencidos, embora sem poder proval-o de que as medidas nem sempre bem aferidas com que se mede

nosso café, são grandes em demasia. É facto que por ocasião da ultima colheita de café foi necessario cortar uma dessas medidas — depois de ter ella servido durante longo tempo — afim de ficar igual ás outras, que provavelmente tambem são demasiado grandes. A balança com que tem sido pesado até aqui, na fazenda, nosso toucinho, nosso café e nosso assucar, é segundo nos parece, uma velha balança inglesa de navio, demasiado leve.

11. — A casa Vergueiro obrigou-se, consoante o contracto a attribuir a cada pae de familia a porção de cafeeiros que elle possa cultivar, colher e beneficiar. Quer dizer que a casa Vergueiro está obrigada a fornecer *cafeeiros* e não plantações onde por vezes só ha a vigesima parte dos pés de café que deveria haver, onde predominam pedras de todos os tamanhos e onde se encontram arvores ainda muito pequenas e que mal fructificam. E desse café uma parte consideravel foi distribuida a novos colonos no anno de 1855. Um desses colonos, por occasião da excellente safra do anno passado, colheu de um trecho onde existiriam perto de 3500 arvores, trezentos e vinte e nove e meio alqueires de café, pelos quaes, de accordo com os preços vigentes até agora, deveria receber, na conta seguinte, 140 ou 145$000 em pagamento. As enxadas que elle quebrou nas pedras innumeras desse cafesal e os lenções, cestas e outros apetrechos necessarios para a colheita custaram-lhe porém, no minimo, uns 20$000.

12. — A casa Vergueiro pode, de accordo com o contracto, reter apenas metade da somma correspondente aos nossos lucros, com o que promette amortizar nossas dividas na Europa até o fim do quinto anno. Ella nos credita, é certo, aquillo que ganhamos, mas somente um anno, approximadamente, depois do trabalho feito. E todavia em lugar de nos entregar essa somma de uma vez, limita-se a pagal-a em parcellas mensaes de dois, de cinco e de dez mil reis, embora tenhamos de contribuir com os juros. Por essa forma a casa Vergueiro apropria-se dos juros de nosso dinheiro e nos tira a opportunidade de obter mantimentos a preços baratos, forçando-nos a adquirir apenas os generos fornecidos na fazenda.

13. — Na fazenda, entretanto, esses generos são muitas vezes mais caros do que em outros lugares. Durante longo tempo o preço de uma arroba de assucar, por exemplo, foi fóra da fazenda de 2$560 a 2$880, ao passo que em Ibicaba custava 5$120. Carne, toucinho e ossos, tudo junto, custavam aqui $240 ao passo que em S. João (1) o toucinho puro

(1) Atual cidade de Rio Claro. V. Nota à pg. 146. (T.)

era vendido a $120, e um colono que dispunha de algum dinheiro comprou um porco gordo fóra de Ibicaba conseguindo retirar do mesmo uma libra de toucinho que lhe ficou ao preço de sessenta reis apenas. Ha anno e meio approximadamente a fazenda vendia porcos inteiros a $280 por libra, emquanto a mesma quantidade de toucinho era vendida a $320. O sal tambem custou aqui durante algum tempo mais do que em Limeira. Desde que surgiu a lembrança de uma syndicancia baixaram consideravelmente os preços de certas mercadorias. Por essa epoca o Snr. Vergueiro teria conseguido obter tambem um documento assignado por cinco negociantes de seu partido politico, onde consta que os mantimentos custaram sempre nas cidades o mesmo que custavam em sua fazenda. Ha ao menos fortes suspeitas de que essa manobra se fez effectivamente. Mas não seria difficil demonstrar com o testemunho de pessoas veridicas, que tal testemunho é mentiroso.

14. — A casa Vergueiro exige de seus colonos que não levem café das plantações para seu consumo domestico, promettendo fornecel-o e das melhores qualidades com esse fim e ao preço pelo qual é pago. E no entanto debita-lhes o producto á razão de $090 a $110 a libra o que perfaz a somma de 2$480 a 3$120 por arroba, deduzida a quota de beneficio a que bem poderia fazer jús o colono. Asim sendo corresponderia ao alqueire, ainda que fossem precisos três para perfazer uma arroba, de $826 a 1$040. É quanto o Snr. Vergueiro cobra dos trabalhadores pelo café que elles mesmos colheram, cumprindo observar que fornece sempre, nesse caso, o producto de peór qualidade. Quando porém se trata de pagar aos colonos pelo café que elles entregam, o preço desce a $407 ou a $467, conforme o demonstram os dois ultimos balanços.

15. — Em algumas cadernetas dos colonos acham-se incluidas nas sommas certas parcellas sem indicação de motivo. De resto, não têm conta as cadernetas em que figuram erros de toda ordem.

16. — Aos colonos que chegaram no dia 8 de julho de 1855 fôra annunciado que, pagando a somma de 6$000 pelos serviços medicos eventuaes, nella estariam incluidos todos os serviços possiveis durante um anno. No entanto aos que acceitaram então semelhante proposta foram debitados nas cadernetas duas vezes seis mil reis, sem embargo do facto de não haver medico na colonia desde o primeiro semestre de 1856. A alguns foram mesmo debitados os 6$000 de serviços medicos embora não tivessem solicitado esses serviços. E houve pelo menos uma familia que se viu sobrecarregada com esses 6$000 apesar de não haver medico na colonia desde que ella aqui chegou.

17. — Joseph Meier, natural da Suissa, appareceu aqui a 26 de Novembro com um contracto em que figuravam clausulas muito mais vantajosas do que as dos outros contractos. Apenas chegado, pretenderam forçal-o a desistir do seu contracto, firmado com Steinman & Devret de Antuerpia, e a acceitar uma das seguintes alternativas ou subscreveria o contracto geral, identico aos nossos ou partiria para outra localidade em que não ha colonos, distante de qualquer povoado ou villa, onde em caso de doença elle não teria vizinhos que o aconselhassem e amparassem e ninguem a quem pudesse perguntar como e quando conviria fazer as plantações, onde nem sequer poderia pensar em dar qualquer instrucção aos seus filhos. Como não quizesse satisfazer qualquer dessas exigencias, recusaram-se os empresarios a reconhecel-o como colono em Ibicaba, e o resultado é que elle se acha aqui ha dois mezes e meio sem casa para morar, sem roçados para o plantio de mantimentos, sem cafesal e, o que é peór, sem saber até quando ficará nessa triste situação. Elle precisa urgentemente de um auxilio efficaz. O caso desse colono serve para mostrar até que ponto a casa Vergueiro sabe respeitar um contracto firmado em seu nome.

18. — Dois artigos supplementares de nosso contracto, um dos quaes obriga o colono a amortizar em cinco annos sua divida á municipalidade de onde veio, e o outro obriga a casa Vergueiro ao reembolso dessa somma com metade dos lucros obtidos pelo colono na colheita do café, permittem a crença de que em cinco annos, o maximo, o colono pode ficar livre de quaesquer dividas. Certa passagem de uma carta inserta no folheto intitulado "A emigração considerada como um beneficio para a communidade, Lichtensteig, impresso por J. W. Wälle, 1854", diz o seguinte: "Em geral o colono e sua familia, depois de receber todos os adeantamentos mencionados (dinheiro para a viagem, mantimentos a credito, etc.) poderá facilmente ver-se livre das suas dividas dentro de três annos." — Dessa forma livra-se o pobre emigrante á crença de que as condições aqui reinantes não poderiam ser melhores e de que as dividas contrahidas desapparecerão promptamente. E a verdade é que passados três annos de trabalho intenso o colono terá quasi sempre de conformar-se com dividas duas e três vezes superiores ao que eram no começo. Mesmo aquelles que chegaram a Santos sem dividas e até com algum dinheiro acabam systematicamente sem vintem ou cheios de compromissos. O ponto de partida desse retrocesso está no facto de se fazer com que o novo imigrante colha o café á razão de

$160 o alqueire, mesmo quando tenha feito a primeira colheita no lugar designado e quando já haja tempo de sobra para o plantio nas terras que lhe correspondem.

(NOTA — Conforme foi dito à pag. 189, falta-me uma cópia exata do original desse documento, datado de 5 de fevereiro de 1857. Reproduzo esse anexo n.º 8 do relatório do Dr. Heusser, a quem, como também já declarei, fora entregue uma cópia imperfeita de nosso original. Certos trechos continham erros evidentes. Procurei corrigi-los. Em outros lugares fiz também algumas alterações, que não modificam o sentido do conjunto e talvez se harmonizem melhor com o texto primitivo. Espero não ser censurado por isso).

Exposição do senador Vergueiro dirigida ao vice-presidente da Província sobre as ocorrências de Ibicaba

Ill^mo^ e Ex^mo^ Snr.

Remettendo eu á Presidencia da Provincia em principios de Janenro p. p. as informações por ella exigidas sobre as Colonias de minha propriedade, informei ao mesmo tempo o acontecimento de 23 de Dezembro, accrescentando alguns indicios de mais vasto plano, q' não podia acreditar parecendo-me loucas vociferações; porem o seguimento me tem convencido q' existe de facto ameaça a tranquillidade publica, e posto q' louco seja, pode produzir grandes males, não havendo huma força publica q' o comprima na sua primeira explosão, plano vasto formado não na Colonia Senador Vergueiro, onde existe hum habil e audaz agente e mestre de escola Dawatz, mas nessa Cidade, figurando nella o hypocrita Oswald, com quem Dawatz está em correspondencia. — De Oswald já eu tinha de mais tempo certeza: dizem q' elle fôra obrigado a sahir da Suissa por comunista, fôra para Argelia e não achando ahi modo de vida nem trabalho, veio para o paciente Brasil, residir em Campinas, d'onde dirigio para Europa correspondencia calumniosa contra as minhas Colonias, de ũa das quaes obtive copia: escrevia cartas aos meus Colonos, excitando-os a queixarem-se de factos, q' elles conhecião serem falsos dos quaes me foi entregue ũa. — Como estes documentos erão escriptos com tal arte q' poderião ser attribuidos a um fanatismo illudido; quiz desenganar-me mandei escrever-lhe convidando-o polidamente q' viesse elle mesmo examinar por si só a Colonia, onde tudo lhe seria patente, e saberia dos proprios colonos q' havia sido enganado: Respondeu-me sophisticamente accrescentando em P. E. — *neste instante me affirmão q' hei de ser obrigado a ir por força.* Asserção incrivel, e a q' mais o desmascarou e me tirou o escrupulo de consideral-o autor das calumnias q' propalava. — O mesmo Oswald, retirando-se para essa Cidade; onde me dizem vive de lições de piano de sua mulher, continúa a escrever calumnias para a Suissa por meio de seu patricio Luden (?),

fabricante de serveja no Rio de Janeiro, q' ignoro se é canal insciente, o q' me foi commendado pelo Governo Imperial em Fevereiro do anno p. p. e eu respondi concluindo com a supplica de mandar o Governo pessôa de sua confiança examinar minuciosamente todos os factos para ficar inteirado. Em quanto isto se passava, e seguidamente até 23 de Dezembro do anno passado, não houve novidade alguma na Colonia, marchando tudo regulamente: nesse dia annunciou-se-me uma deputação della, mandei entrar o Orador Dawatz, ficando no pateo oito companheiros; apresentou-se-me ũa exposição enigmatica, pedindo-me licença para representar aos poderes superiores. Perguntei o q' continha a Representação projectada, respondeu-me que não podia dizer por ora. Então declarei-lhe cathegoricamente — Se contem reclamações sobre faltas de cumprimentos de contractos devem primeiramente ser dirigidas a mim e podem estar certos de ser attendidos, se forem justas: se não se achão bem aqui e esperão q' em outra parte farão maiores interesses, podem retirar-se porq' não gosto de reter ninguem constrangido; se porem o fim é qualquer outro, nesse caso não devo autorizar com a minha licença ũa representação de que ignoro o conteúdo. — Finalmente disse ao mestre escola, q' mandasse todos os mencionados na lista apresentada, q' queria ouvir as queixas de cada um, respondeo-me o mestre-escola: *mas hão de vir armados*. Sim, lhe voltei; tragão todos suas armas q' eu espero desarmado. Retirou-se, e já se achava ũa multidão no Caminho da Colonia á vista da casa e no encontro delle dispararão alguns tiros, com grande alarido, e consta q' soltarão insultos e expressões ameaçadoras —, declarei tambem ao mestre escola q' d'aquelle dia em diante não era mais meu colono, e q' cessava a gratificação expontanea q' recebia pelo exercicio do ensino e q' lhe concedia 30 dias para retirar-se. Em seguida pareceu haver alguma calma, e alguns se declararão illudidos, o mesmo mestre escola declarava q' sem a resposta que esperava do seu Consul nada obraria, porem redobrava o trabalho dos Clubs, e a seducção, com promessas e ameaças, procurando fervorosamente persuadir os principios comunistas, talvez inspirados por Oswald e activando sua correspondencia com todas as colonias para unil-as todas á execução do seu pensamento. — Da minha colonia Angelica sei eu que a principio só poderão obter de poucos ũa reclamação de aggravos infundados, e depois obteve a adhesão completa a quanto o mestre escola fizesse. Das outras, não sei o q' tem obtido, mas é certo q' nellas tem adeptos em todo ou em parte. No meio dessa effervecencia e quando parecião acalmados, apparece o Brigadeiro Machado, mandado pelo Governo já desde muito

tempo; aquartelou-se na Fazenda de Silverio Jordão, proxima da Colonia, onde foi inquiril-os; não quiserão reconhecel-o, e dicerão q' só conhecião a commissão do Governo Suisso, q' esperavão. Esta recusa não podendo o mestre escola ser considerado um pateta, q' não o é prova q' elle enfatuado com a adherencia de seus patricios e de alguns allemães, já se considerava nas alturas soberanas, a que aspira: assim o enigmatico pedido de licença para representar, feito com tanto aparato, só prova um expediente para incutir terror, e provocar motivos de compromettimentos; o cartel está lançado ao Governo e não a mim; cumpre levantal-o. Os planos q' se tem podido coligir dos dictos do mestre escola e dos seus adherentes é estrondozo e impossivel de levar a effeito, mas a tentativa pode produzir grandes males. Dizem q' podem reunir todos os Suissos, todos os Colonos Allemães e grande parte dos escravos cuja sorte é peior q' a delles, e tambem alguns Brasileiros descontentes, esperando pôr em armas 5.000 combatentes com q' podem senhorear-se desta Provincia, e q' depois republicanizarão o Brazil!

Este sonho é tão gigantesco q' as mattas não tem margens para suportal-o (? supital-o?). Se ha no Rio Sociedade comunista, la foi engendrado, Oswald é o seu orgão nesta Provincia, o q' indica o q' já delle e da sua correspondencia com o mestre escola o confirma. — Não lembrei a V. Exª o importante serviço q' a Policia pode prestar ahi nesse caso, por q' o soube muito bem, mas como informante devo affirmar-lhe que a Colonia está em perigo e a segurança publica ameaçada emquanto os Colonos estiveram armados e os demagogos dominando, eu não tenho forças para desarmal-os, e nem expellil-os, nem as autoridades da Limeira, Rio Claro, apezar dos bons desejos no cumprimento dos seus deveres, e até me constava a pouco q' o Commandante do destacamento, retirando-se com licença deixara instrucções ao seu substituto, q' cumprisse as do Delegado excepto a respeito de Colonos. — Ha alguns dias nota-se grande mudança nos revoltosos sendo os mais exaltados os que exortão os outros á ordem, mas isto q' pode ser estrategica nem dá segurança para o futuro, nem desafronta a dignidade nacional offendida pelos proletarios da Suissa.* V. Exª tomará em consideração o q' tenho dito e espero acredite que nada exagero. — Villa do Rio Claro 10 de Fevereiro 1857 — Illmo e Exmo Snr. Antonio Roberto de Almeida, Degnissimo Vice Presidente desta Provincia. — De V. Exª Respeitoso Subdito — N. P. de C. Vergueiro.

Referências Bibliográficas

ALVES, Débora Bendocchi. *Cartas de imigrantes como fontes para o historiador: Rio de Janeiro-Turíngia (1852-1853).* Instituto de História Ibérica e Latinoamericana. Universidade de Colônia. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.23, n.º 45, 2003, pp. 155-184.

ANSART, Pierre. *História e Memória dos Ressentimentos.* In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). Memória e (res)Sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001 [Tradução de Jacy Alves de Seixas].

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória.* São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DIETRICH, Ana Maria. *Imigração suíça e protestantismo no século XIX. Reflexões sobre a micro-história de Guilherme Gaensly.* Imagens de São Paulo. Gaensly no acervo da Light (1899-1925). pp.1-21.

FERRÃO, André Munhoz de Argollo. *Colonos na Fazenda Ibicaba, empresários em Piracicaba: A evolução sócio-econômica de um grupo de imigrantes alemães (1850-1880).* Faculdade de Engenharia Civil. Unicamp. Campinas/SP. 28p.

FREITAS, Fabiano Junqueira de Freitas & BRAGA, Paula Lou Ane Matos. *Questões introdutórias para uma discussão acerca da história e da memória.* Disponível em: < http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/ > . Acesso em: 04/08/2008.

HALBWACHS, Maurice. In: *A Memória coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil: 1850.* São Paulo, ed. Itatiaia da Universidade de São Paulo, 1980. Série Reconquista do Brasil, vol. 11.[Tradução, Prefácio e Notas Sérgio Buarque de Holanda].

MARTINS, Ana Luiza & COHEN, Ilka Stern. *O Brasil pelo olhar de Thomas Davatz (1856-1858).* Série O Olhar Estrangeiro. São Paulo: Atual Editora, 2000. 95p.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História Agrária do Brasil: Um debate com a historiografia.* VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. A Questão Social no Novo Milênio. Coimbra 16,17 e 18 de Setembro de 2004.

MOURA, Denise A. Soares.(Professora de História do Brasil no Dep. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP.). Resenha de MESSIAS, Rosana Carvalho. *O Cultivo do café nas bocas do sertão: mercado interno e mão-de-obra no período de transição 1830-*

1888. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. História (São Paulo) Print ISSN 0101-9074. História vol.23 no.1-2 Franca 2004.

NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. *Além de senzalas e fábricas. Uma história social do trabalho*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.18, n.1. Julho de 2006.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, n. 10, Dez 1993. [Trad. Yara Aun Khoury].

OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi. *Conferência História e Memória: A Questão da Imigração*. Universidade Federal de Uberlândia, 21 de Julho de 2003.

PACANO, Fábio Augusto. *História, Memória e Identidade*. p.9. Disponível em: <www.2csh.clio.pro.br/fabio%20augusto%20pacano.pdf> . Acesso em: 19/10/2008.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p. 200-212. 1992. Retirado de < www.google.com.br > (em PDF). Acesso em 24/09/2007.

SANGLARD, Gisele. *De Nova Friburg a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. V. 10. n. 1 Rio de Janeiro jan/abr. 2003. ISSN 0104-5970. 53 páginas. Disponível em: < http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/ > . Acesso em: 04/08/2008.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Comemorar entre Memória e Esquecimento: Reflexões sobre a memória histórica*. História: Questões & Debates. Curitiba, Editora da UFPR, n.32, jan/jun, 2000.

_____. *Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: Memória Coletiva e História*. São Paulo: História. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

_____. *Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica*. In: Bresciani, M.S, Magalhães, M.B., Seixas, J.A. (org.). Razão e paixão na política. Brasília: Ed. UNB, 2002.

_____. *Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história?* Projeto História. São Paulo: Educ, v.24, 2002.

_____. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia, Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp. p.37-58.

SEYFERTH, Giralda. *Identidade Étnica, assimilação e cidadania. A Imigração alemã e o Estado brasileiro*. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de Outubro de 1993. 24 páginas. Disponível em: < http://www.scielo.br > . Acesso em: 19/10/2008.

WITTER, José Sebastião. *A Revolta dos Parceiros*. Série Tudo é História. Editora brasiliense, 1986. São Paulo. 79 p.

_____. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. Edições Arquivo do Estado, São Paulo, 1982. 2ª Edição revista e ampliada. Coleção Monografias. Vol. 5. 170 páginas.

Fontes

Livros/relatórios:

- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil: 1850.* São Paulo, ed. Itatiaia da Universidade de São Paulo, 1980. Série Reconquista do Brasil, vol. 11. [Tradução, Prefácio e Notas Sérgio Buarque de Holanda].

- TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818 – 1819. *Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Belo Horizonte*: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

Cartas:

- Carta do Imigrante F. Rossbach, de Agosto de 1852, publicada na região da Turíngia, Alemanha, na cidade de Rudolfstadt num folheto chamado "Fliegende Blätter für Auswanderer, "Folhetos para Emigrantes" n.º 8, editor Günther Fröbel.
- Exposição do Senador Vergueiro dirigida ao vice-presidente da Província de São Paulo.

Leis:

- LEI DE TERRAS Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 20 de setembro de 1850. - José de Paiva Magalhães Calvet. Registrada á fl. 57 do livro 1º do Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negócios do Império em 2 de outubro de 1850. - Bernardo José de Castro. Encontrada no site da Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm> Acesso em: 17/11/2008.

Outros:

- Contrato de Parceria.
- Relação das Queixas dos Colonos.